

**FACULDADE CÁSPER LÍBERO**  
**MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

**OS RELATÓRIOS DO UNICEF  
SEGUNDO OLHAR JORNALÍSTICO**

**DÁVIUS DA COSTA RIBEIRO SAMPAIO**

São Paulo  
2009

**DÁVIUS DA COSTA RIBEIRO SAMPAIO**

**OS RELATÓRIOS DO UNICEF  
SEGUNDO OLHAR JORNALÍSTICO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, área de concentração “Produtos midiáticos: jornalismo e entretenimento”, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em comunicação sob a orientação da Professora Doutora Dulcília Helena Schroeder Buitoni.

São Paulo  
2009

SAMPAIO, Dávius da Costa Ribeiro. *Os relatórios do UNICEF segundo olhar jornalístico*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2009.

## **BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Bernardo Kucinski

Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Laan Mendes de Barros

Faculdade Cásper Líbero

Profa. Dra. Dulcília Helena Schroeder Buitoni

Faculdade Cásper Líbero

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora e amiga, Professora Dra. Dulcília Helena Schroeder Buitoni, pelos preciosos ensinamentos, paciência, apoio incondicional e acolhimento ao projeto desde o primeiro instante.

A todos os professores, colaboradores e colegas do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, cujas aulas e apoio foram fundamentais para a execução deste projeto.

Ao Professor Dr. Bernardo Kucinski, pela dedicação e pelas orientações que nos ajudaram a aperfeiçoar este trabalho.

Ao Professor Dr. Laan Mendes de Barros, por ter nos ajudado a compreender (e lidar com) os desafios acadêmicos.

Ao Professor Dr. José Eugênio de O. Menezes, pelas aulas que tanto nos ajudaram a enxergar com mais clareza o nosso objeto de pesquisa.

À Professora Dra. Loreni Valdez, pela dedicação e comprometimento durante as revisões dos textos que compõem esta dissertação.

Aos colegas da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, por todas as orientações, informações e atenção.

Ao meu amigo, colega e coordenador Professor Ms Sérgio Braga, pelo incentivo e apoio constantes.

Aos meus primos, por tudo.

Ao meu filho, Vinícius, meu companheiro de todas as horas.

Aos meus pais e tios, *in memoriam*.

## RESUMO

Esta dissertação trata de como a imprensa brasileira contemporânea – jornais impressos, especialmente – aborda informações sobre mortalidade infantil contidas nos relatórios intitulados "Situação Mundial da Infância", publicados anualmente pelo Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância, da ONU. Esses relatórios, editados em Nova Iorque e traduzidos pelos escritórios do Unicef espalhados pelo mundo para os idiomas locais, informam às respectivas sociedades acerca da qualidade de vida infantil estabelecida nos quase 200 países onde o levantamento é produzido, com foco especial para a mortalidade "evitável", expressão adotada frequentemente pelos documentos. Uma das perguntas motivadoras desse projeto nasceu daí: se as mortes são "evitáveis", por que essa questão não é sequer contemplada pela maioria das matérias jornalísticas voltadas para o assunto? A conclusão da nossa pesquisa apontou para algumas aparentes deturpações de conteúdo, como, por exemplo, o hábito de se ordenarem "rankings" internacionais de mortes "evitáveis", sem se levar em conta uma série de relativizações e outras alternativas de sintaxes matemáticas. Essas aparentes distorções parecem se originar na própria abordagem matemática contida nos relatórios do Unicef e encampadas posteriormente pelas matérias jornalísticas. Tentamos compreender essas aparentes distorções a partir de pistas deixadas pelos próprios números oferecidos pelos relatórios, baseando-nos em conceitos da incomunicação desenvolvidos por autores como Vilém Flusser e Norval Baitello Jr. Nosso intuito foi o de colaborar para as discussões em torno de como se podem produzir abordagens do assunto mais abrangentes e aprofundadas; e, em segunda instância, sugerir debates acerca das muitas outras possibilidades da ação da incomunicação em processos da comunicação social em geral e do jornalismo em particular.

Palavras-chave: Unicef; Mortalidade Infantil; Jornalismo; Jornais Diários; Comunicação.

## ABSTRACT

This essay shows how the Brazilian contemporaneous press - newspapers mainly - talks about the issue "infant mortality", using the information from the reports called "The State of the World's Children" published yearly by Unicef - The United Nations Children's Fund - from the UN. These reports which are edited in New York and translated by the Unicef offices around the world to their correspondent languages inform the society about the infant life quality throughout almost 200 countries where the study is made, with special focus on the preventable mortality, an expression frequently used inside the reports. One of the questions to motivate this project comes from that: if such deaths can be avoided, why isn't this point even contemplated at the main newspapers when they point out the problem? Our research conclusion showed some mistakes in content, such as the habit of ranking the preventable deaths internationally, without taking into consideration some factors and other alternatives of mathematical syntax. Such apparent distortions seem to be originated from the mathematical approach used in the reports from Unicef and expropriated, further, through the paper articles. We tried to understand the apparent distortions using the clues left from the numbers inside the reports and basing on the concepts of lack of communication developed by some authors such as Vilém Flusser and Norval Baitello Jr. Our goal was to collaborate with the discussions on how deeper and more extended approaches regarding the subject could be produced; then, on a second moment, suggest debates about the many possibilities of actions about the lack of communication inside the social communication process and the journalism.

Key-words: Communication; Journalism; Daily Papers; Infant Mortality; Unicef.

# SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 1  |
| <br>  |    |
| <b>CAPÍTULO 1 – REFERENCIAIS TEÓRICOS</b> .....   | 5  |
| 1.1 A ONU – Organização das Nações Unidas .....   | 5  |
| 1.2 O Unicef .....  | 7  |
| 1.2.1 ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) .....                               | 8  |
| 1.2.2 Os relatórios sobre mortalidade infantil produzidos pelo UNICEF .....                         | 10 |
| 1.2.2.1 O que são os relatórios .....   | 10 |
| 1.2.2.2 Como o Unicef propaga os relatórios SMI .....   | 11 |
| 1.2.3 Articulações entre Unicef e imprensa para a produção de pautas<br>jornalísticas .....         | 12 |
| 1.3 Algumas condicionantes do jornalismo .....  | 13 |
| 1.3.1 Premissa ética .....  | 13 |
| 1.3.2 Como a imprensa costuma divulgar os relatórios .....  | 18 |
| 1.3.3 A pressa jornalística .....   | 22 |
| 1.3.4 Propriedade e pertinência .....   | 24 |
| <br>  |    |
| <b>CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DE MÍDIA</b> .....  | 27 |
| 2.1 Notas explicativas .....  | 27 |
| 2.1.1 O Estado de São Paulo .....   | 29 |
| 2.2 Folha de S. Paulo .....   | 30 |
| 2.3 O Globo .....   | 31 |
| 2.4 Jornal do Brasil .....  | 31 |
| <br>  |    |
| <b>CAPÍTULO 3 – A AÇÃO DA INCOMUNICAÇÃO A SERVIÇO DOS<br/>NÚMEROS</b> .....                         | 35 |
| 3.1 Incomunicação .....   | 35 |
| 3.1.1 O invisível como informação .....   | 36 |
| 3.1.2 A inversão de valores .....   | 41 |
| 3.1.3 O discurso imagético dos relatórios – quando as imagens revelam o que<br>também sonégam ..... | 48 |

|  |    |
|--|----|
| 3.1.4 O discurso matemático dos relatórios – números que desinformam enquanto informam ..... | 54 |
| 3.1.5 O silêncio enquanto ação da incomunicação .....  | 62 |

|                        |    |
|------------------------|----|
| <b>CONCLUSÃO</b> ..... | 67 |
|------------------------|----|

|                          |    |
|--------------------------|----|
| <b>REFERÊNCIAS</b> ..... | 71 |
|--------------------------|----|

## **ANEXO 1**

Relatórios Situação Mundial da Infância 2006, 2007, 2008 – formato pdf, em Cd anexo.

|                      |    |
|----------------------|----|
| <b>ANEXO 2</b> ..... | 75 |
|----------------------|----|

|               |    |
|---------------|----|
| O Globo ..... | 76 |
|---------------|----|

|                        |    |
|------------------------|----|
| Jornal do Brasil ..... | 87 |
|------------------------|----|

|                             |     |
|-----------------------------|-----|
| O Estado de São Paulo ..... | 107 |
|-----------------------------|-----|

|                         |     |
|-------------------------|-----|
| Folha de S. Paulo ..... | 107 |
|-------------------------|-----|

## INTRODUÇÃO

Há muitos anos, o modo como os relatórios do Unicef / ONU são divulgados pela imprensa, especialmente no que tange à mortalidade infantil, causa-nos estranheza, como jornalista e cidadão. A maneira como os jornais abordam o assunto, a distância entre o jornalista e os números impressionantes apresentados pelo noticiário – cerca de 10 milhões de mortes ao ano – sempre nos pareceu inadequada. Não acreditamos que jornal e jornalista devam lamentar o que quer que seja, emocionarem-se, abrir mão da isenção técnica conquistada historicamente pela profissão, ainda que em nome da mais legítima passionalidade. Mas a questão é que as recorrentes notícias acerca dos relatórios do Unicef trazem consigo incoerências que, por si só, constituem um desafio inclusive à própria isenção jornalística, como veremos.

O Unicef administra e emprega recursos de toda ordem em prol de crianças que vivam em situação de risco social. Ao mesmo tempo, o órgão recolhe informações que o ajudam a editar, anualmente, o relatório intitulado Situação Mundial da Infância (SMI), colocado à disposição da imprensa em todo o mundo, em inglês e em diversos outros idiomas, conforme a atuação da instituição por meio de escritórios regionais.

O fato de tais relatórios apresentarem sistematicamente um expressivo número global consolidado de mortes de crianças de 0 a 5 anos por razões “evitáveis” (termo empregado pelo Fundo por meio dos relatórios) sempre esteve no centro da nossa atenção. A pergunta, pronta, está posta: se as mortes são evitáveis, por que acontecem?

As mortes são evitáveis, mas acontecem continuamente, e em vez de essa contradição produzir, aos olhos da imprensa, um desdobramento natural de pauta, ao contrário, os relatórios costumam se esgotar em si mesmos.

Assim, nosso trabalho consistiu em observar inicialmente como dois grandes jornais, *O Estado de S. Paulo* e *a Folha de S. Paulo*, costumam abordar tais relatórios (partimos do pressuposto de que diários impressos costumam aprofundar

notícias que outros meios – como o rádio, a televisão e a internet – tratam com mais superficialidade, dada a própria natureza dos veículos). Posto que os documentos do Unicef são apresentados à imprensa geralmente no mês de janeiro, nossa pesquisa cobriu o período de janeiro de 2007 a junho de 2009, encampando, dessa forma, a repercussão sobre os relatórios SMI de 2006, 2007 e 2008, respectivamente relativos aos anos de 2005, 2006 e 2007 (Anexo 1).

A intenção era a de compreender se havia padrões de divulgação entre os diários, se a aparente superficialidade com que se tratava o assunto (conforme a nossa percepção) era comum aos dois veículos, bem como verificar até que ponto essa suposta superficialidade pudesse comprometer o resultado da notícia.

Durante o Exame de Qualificação para o desenvolvimento da pesquisa, por sugestão da banca, o diário *O Globo*, do Rio de Janeiro, foi incluído nos levantamentos. Posto que o número de inserções localizadas no diário carioca era muito superior ao número de matérias encontradas nos jornais paulistas, achamos por bem incluir, ainda, o *Jornal do Brasil*, também do Rio de Janeiro. O *JB*, surpreendentemente, apresentou ainda mais inserções acerca do tema em comparação aos jornais de São Paulo e mesmo *O Globo*. Acabamos encontrando, assim, ainda que esse dado não vá interferir em nossos levantamentos, uma disparidade regional acentuada: ao que parece, diários cariocas pautam os relatórios do Unicef e a mortalidade infantil com mais frequência que os jornais paulistas.

A nossa observação se focou na análise qualitativa de todos os textos encontrados nos quatro jornais durante o período observado. Restringimos o assunto à repercussão em torno dos relatórios e, especialmente, no que diz respeito aos dados relativos à mortalidade infantil. Ou seja: de que formas os relatórios divulgam esses dados e como os jornais os abordam e os estendem ao leitor.

A superficialidade padronizada com que o tema é tratado de forma recorrente nos levou a acreditar que há distorções sérias no processo de triagem de dados e elaboração de notícias sobre o assunto. O acompanhamento aparentemente passivo por parte desses diários sobre essa silenciosa tragédia social, crônica, acaba, a nosso ver, promovendo ou ao menos endossando um olhar desconectado e por isso descomprometido com a importância da questão. Não parece haver subjetividade no

espanto que nasce diante do relato de que 9,7 milhões de crianças de até cinco anos de idade morram por ano por conta de equívocos. O próprio Unicef o chama de “inadmissível” (relatório SMI 2008, Prólogo). Mas, como veremos, dificilmente haverá espaço para esse desdobramento nos jornais.

Dividimos o estudo em três capítulos. O primeiro traz alguns parâmetros básicos a respeito da ONU (Organização das Nações Unidas), do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e dos ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), convencionados pela ONU em 2000. Traz também uma série de aspectos profissionais que costumam afetar a vida cotidiana do jornalismo e do jornalista: a pressa profissional, propriedade e pertinência, a relação importante / interessante numa perspectiva ética, a relativização do valor-notícia quando se tem e não se tem uma imagem corresponde ao fato, interesses de mercado etc. Isto é, procuramos submeter a legitimidade da nossa preocupação acadêmica a essas condicionantes que operam no fazer jornalístico diário.

O segundo capítulo consiste na análise de veículos de comunicação. Corresponde à leitura, triagem e classificação de todo o material encontrado. A análise passa, necessariamente, pelo conteúdo de cada texto. É qualitativa. Tem a intenção de separar os textos que meramente repetem dados (quase sempre, matemáticos) apresentados pelos relatórios dos que, a partir dessas informações, os aprofundam, questionando as contradições apontadas ou, ao menos, identificando-as, no sentido de ampliar para o leitor as possibilidades de reflexão.

O terceiro capítulo versa sobre o que estamos chamando de incomunicação, a exemplo da terminologia utilizada por pesquisadores como Norval Baitello Jr., entre outros. O objetivo foi o de demonstrar a inversão de valores que, segundo a nossa ótica, contribui em muito para o resultado contraditório ao qual nos referimos. Ao se considerarem os números, abstratos, como valores fundamentais para compreender a mortalidade infantil, pensa-se que se encontrou o concreto. A formação de um suposto “ranking”, por exemplo, que padroniza os desiguais e os ordena verticalmente, parece ser demonstração desse fenômeno. Por outro lado, ao se desconsiderar o que de fato é concreto, ou seja, as crianças, que são o objeto dessa conta, mas que não têm nome, corpo, imagem, nem pátria, elas se tornam o abstrato. Essa inversão, declarada ou não, orquestrada por forças econômicas e

ideológicas ou não (não é papel do nosso trabalho debatê-lo), parece aninhar-se na escuridão da incomunicação. Tentamos explorá-la.

Nossa pesquisa releu uma das principais sintaxes matemáticas construídas pelos relatórios, presente nas três edições observadas, aquela que estabelece uma ordem mundial entre 192 países quanto à mortalidade infantil e que constitui a porta por meio da qual os relatórios costumam chegar à imprensa. Trata-se de uma tabela internacional, em que os países são ordenados de forma decrescente, relacionados conforme a quantidade de crianças mortas por razões “evitáveis”, termo recorrente nos referidos documentos. Nossa intenção foi a de identificar, de acordo com a própria lógica utilizada por essa tabela, novas combinações numéricas, capazes de colocar em xeque a relevância do formato matemático proposto pelos relatórios, que, como dissemos, costuma monopolizar e pautar a atenção do noticiário.

Tal tabela é encampada pela imprensa e reproduzida geralmente sem alterações. Entretanto, ela ganha um novo nome: “ranking”. E o “ranking” torna-se a notícia, invariavelmente. A *posição* que cada país ocupa nesse jogo produzido em laboratório – as nações e tampouco as crianças competem entre si por esses resultados – leva o debate para a esfera da absoluta relatividade, em que os significados dançam ao gosto das comparações que se queiram produzir. A lógica da uniformização vertical que estabelece a tal tabela, que bem poderia ser alvo de ataques da Antropologia (contra a visão etnocêntrica que torna todos iguais para que depois possam ser novamente diferenciados e classificados), vê-se em xeque ao ser reexaminada, segundo raciocínios muito semelhantes aos que a sustentam. Outras releituras matemáticas são possíveis e, nessa medida, outros ganchos jornalísticos poderiam ser gerados ou sugeridos aos jornais, em nome do interesse público.

Enfim, o projeto buscou, a partir de contradições que sempre nos pareceram nocivas ao jornalismo, à informação e ao leitor, evidenciar que a incomunicação pode atuar sobre a comunicação jornalística de forma a comprometer a sua qualidade, embora o faça de modo silencioso e invisível. Já se disse que uma fotografia revela também o que não mostra. É o que parece acontecer entre os dados do Unicef e os jornais.

## **CAPÍTULO 1**

### **REFERENCIAIS TEÓRICOS**

#### **1.1 A ONU – Organização das Nações Unidas**

A Organização das Nações Unidas (ONU), sediada em Nova Iorque (EUA), é uma instituição constituída por representações de 192 Estados soberanos, fundada logo após a Segunda Guerra Mundial – não por acaso – em 26 de junho de 1945. Os principais objetivos da entidade são o de colaborar o quanto possível para a paz e a segurança em todo o mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos, conforme assegura a instituição em textos permanentes de seu site. Os países-membros constitutivos em torno da reconhecida Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional, devem respeito aos princípios abrigados na referida Carta. Entre outros direitos considerados fundamentais, o documento defende o direito à liberdade de opinião e expressão, à educação, alimentação e moradia dignas, tidos como princípios universais e sem os quais uma sociedade não pode aspirar à justiça social.

Seis órgãos principais constituem as Nações Unidas: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Tribunal Internacional de Justiça e Secretariado. Todos se situam na sede da ONU, em Nova Iorque, com exceção do Tribunal, estabelecido em Haia, Holanda. Vinculados à instituição, atuam a OMS (Organização Mundial da Saúde), o OIT (Organização Internacional do Trabalho), o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Esses organismos especializados, junto com outros programas e fundos (tal como o Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef), compõem o Sistema das Nações Unidas.

Diversos documentos definidos pela entidade já foram produzidos e firmados entre os Estados-membros, sobre os mais variados temas – de direitos políticos da

mulher até escravidão, de direito penal internacional à preservação da diversidade biológica, de proibição de armas químicas a direitos das crianças. Os instrumentos mais comuns para expressar a afinidade entre os países-membros sobre temas de interesse internacional são acordos, tratados, convenções, protocolos, resoluções e estatutos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos documentos básicos das Nações Unidas, assinada em 1948. Nela, são enumerados os direitos que todos os seres humanos devem possuir, segundo a Organização. Apresentados como direitos universais e fundados sobre princípios tidos como democráticos, parecerá frágil qualquer tentativa de contestá-los. Quem dirá o contrário de que *"todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal"*, como assegura o Artigo III da Declaração?

Em que pesem (e pesam) discussões ideológicas em relação à ONU por conta de a entidade se apresentar ao mundo como alternativa internacional legítima, para avaliar e sugerir como a vida humana deve se organizar em toda parte, essa questão não terá importância para efeito da nossa investigação. Como veremos mais adiante, o objeto de análise deste projeto se restringe ao modo como alguns jornais divulgam os resultados das pesquisas que lhe são entregues prontos por agências de notícias ou pelo próprio Unicef, ao modo como a imprensa reproduz esses dados. Ou seja, os nossos objetivos não alcançam o modo como as próprias pesquisas são orientadas e desenvolvidas, dados esses que poderão integrar este projeto tão-somente enquanto referenciais de contextualização. Lembramos que parte significativa das nações não reconhece a ONU como instituição representativa, a exemplo do mundo islâmico. Exemplos ainda mais específicos da impossibilidade de unanimidade em torno da instituição repousam na própria Declaração Universal dos Direitos do Homem: *"Artigo XVII: 1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros"*, o que para inúmeros povos indígenas, por exemplo, não faz qualquer sentido. A propósito, o Brasil também é um dos países-membros da ONU, relação que pressupõe subordinação institucional sem, no entanto, perda de soberania.

Que influências filosóficas e/ou ideológicas (locais, regionais, internacionais) prevaleçam ou já tenham prevalecido, portanto, na gestão das políticas das Nações Unidas e também na condução do Unicef, bem como acerca de suas metodologias

de pesquisa e apuração de informações, é uma questão que escapa do nosso interesse acadêmico, servindo, aqui, quando muito, conforme dissemos, como contexto. Em suma, a integridade dos dados apresentados pelos relatórios do Unicef, quanto a eventual manipulação, imprecisão, subjetivismo das informações e/ou de padrões discutíveis de observação é, assim, insignificante para a constituição desta dissertação.

### 1.1 O Unicef

Criado pela ONU e a ela subordinado, o Unicef foi instituído provisoriamente em 11 de dezembro de 1946, durante a primeira sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Tornou-se permanente três anos depois. Seus primeiros programas forneceram ajuda emergencial a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China, segundo informa a própria entidade por meio do seu site. Sua sede central, em Nova Iorque, realiza atividades com apoio dos seus oito escritórios regionais e outros 126 escritórios locais, alcançando 192 países e territórios. A entidade conta também com ajuda de 36 comitês nacionais que funcionam, principalmente, nos países mais ricos. Os comitês arrecadam fundos com a ajuda de voluntários e também vendem os famosos cartões de Natal e produtos do Unicef.

No Brasil, o Fundo atua desde 1950, envolvendo-se desde em campanhas de aleitamento materno até gestões para a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A educação, de modo geral, é um dos objetos de análise permanentes do órgão. O acesso universal à educação, em especial, assim como as políticas de Estado que façam frente ao trabalho infantil e à desnutrição constituem alguns dos principais focos de atuação do Fundo no País, conforme os relatórios Situação Mundial da Infância relativos a 2006, 2007 e 2008.

Como a nossa pesquisa diz respeito ao modo como a mortalidade é abordada e publicada (os relatórios se ocupam também de outros dados e fatores de desenvolvimento humano), toda vez que empregarmos o termo “mortalidade infantil” estaremos nos referindo à morte de crianças de 0 a 5 anos de idade, conforme nomenclatura utilizada pelo próprio Unicef. E ainda que empreguemos expressões

como “crianças”, “meninos e meninas” ou equivalentes, será sempre a esse mesmo grupo ao qual estaremos nos referindo, excluindo-se, portanto, crianças acima da idade referida.

### **1. 2.1 ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015)**

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram definidos no encontro intitulado Cúpula do Milênio, que reuniu representantes de 189 nações nos Estados Unidos em 2000. O tratado estabeleceu o prazo de até 2015 para que algumas metas globais fossem alcançadas, entre elas a redução em 2/3 da mortalidade infantil (a partir dos números de 1990, 13 milhões de crianças mortas por razões evitáveis). Para que os ODM pudessem ser alcançados, os chefes de Estado elegeram oito prioridades:

1. Acabar com a extrema pobreza e a fome.
2. Educação básica de qualidade para todos.
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde das gestantes.
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.
7. Garantir a sustentabilidade ambiental.
8. Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

É relevante perceber que os objetivos foram universalizados em vez de particularizados. A rigor, pareceria mais coerente que as metas fossem adequadas às demandas locais, conforme os indicadores sociais de cada nação. Afinal, enquanto, por exemplo, a distribuição de água tratada possa ser fundamental para um país (ou região do país), o acesso à escola básica e alfabetização pode ser prioritário a outro (ou outra região). E, nessa medida, passa a ser o Unicef quem pauta quais devam ser as prioridades de desenvolvimento humano em toda parte. Mas a lógica do projeto teria sido a de estabelecer alguns denominadores sociais comuns em torno de questões cruciais da vida em coletividade. Monitorar / acompanhar resultados, dessa forma, solucionariam duas questões: uma,

metodológica (para a definição de parâmetros e ações sistemáticos); outra, de comunicação (a unificação do discurso facilitaria a distribuição de informações).

As tabelas e os gráficos constituem uma linguagem de apoio básico, funcionam como sintetizadores de informação, e que auxiliam na formação da lógica que recobre os relatórios. A partir dos mesmos cálculos, saberemos, assim, por exemplo, como está uma determinada particularidade do acesso ao leite materno no Sudão e no Paraguai. Se, no caso desse exemplo, a questão do aleitamento materno é emergencial para o Sudão e não para o Paraguai, os interesses paraguaios, aqui, estariam *suprimidos* a serviço de se atribuir mais atenção solidariamente aos interesses dos sudaneses, que mereceram mais atenção por conta de aquela determinada necessidade ter sido eleita mais importante que outras numa grande escala de valores. A universalização de como as carências são compreendidas, portanto, determina uma arbitrariedade metodológica, sem a qual, parece, o próprio poder de monitoramento estaria mais subordinado a condicionantes de muitas outras naturezas, inclusive culturais.

Também do ponto de vista da comunicação social, a universalização de perguntas e respostas servirá para a confecção de um produto inteligível e de alcance mundial. Compreendida a subordinação da realidade social de cada região a uma ótica metodológica comum, será facilitada a compreensão do papel da comunicação implícito a essa lógica. Comparar uma nação *a outra* a partir dos mesmos denominadores comuns numéricos permitirá ao leitor de cada país estabelecer referências amplas e que o ajudem a enxergar seu país não em função de suas próprias demandas, mas com relação à capacidade das demais nações de superarem carências similares. A possibilidade comparativa estabelece, dessa forma, duas consequências: a arbitrariedade, de um lado, e um olhar universal para questões sociais-limite, de outro. Como alguns jornais lidam com esses dados, definidos por essa sintaxe bastante baseada na matemática e na universalização, foi o que investigamos.

## **1. 2.2 Os relatórios sobre mortalidade infantil produzidos pelo Unicef**

### **1. 2.2.1 O que são os relatórios**

As principais fontes de informação que subsidiam os relatórios Situação Mundial da Infância (SMI) são os governos dos países pesquisados, além dos escritórios do Unicef espalhados pelo mundo e entidades constituídas e reconhecidas internacionalmente. Entretanto, todos os dados passam por um filtro e são homogeneizados pelo escritório central do órgão, em Nova Iorque (EUA), a partir de critérios previamente convençados e de uma pauta a ser respondida. O escritório do Fundo no Brasil, por exemplo, sediado em Brasília, fornece eventualmente (não obrigatoriamente) dados ao escritório central novaiorquino, mas em nenhum momento participa da construção das informações que serão veiculadas ou da consolidação de dados e nem do discurso linguístico que terá o documento final, segundo nos informou. Tudo que diga respeito à produção dos relatórios se concentra sob a gestão central do Fundo, nos Estados Unidos.

Muitas das unidades descentralizadas, como o escritório brasileiro, dispõem de estrutura de comunicação social, comandada por jornalistas, responsáveis pelo relacionamento com a imprensa, publicações e sites locais. Mas em relação aos relatórios SMI, essa estrutura se limita a traduzir (do inglês) o texto para os idiomas das nações destinatárias. Os escritórios locais recebem os relatórios já editados, inclusive com imagens, e apenas traduzem o texto original. Em última análise, enfim, os relatórios são arquitetados para resultar em um discurso internacional, único (a despeito das mais distintas leituras que se depreenderão dele), centralizado, e não tecido em coautoria com os países sobre os quais versam os próprios documentos.

Os relatórios SMI são orientados por referências estatísticas e observações gerais, capazes por vezes de pormenorizar questões sobre os mais variados assuntos correlacionados à mortalidade, direta e indiretamente. Os números dão sustentação às informações por meio de quadros e gráficos comparativos, que por padrão elenca os países por ordem crescente ou decrescente conforme cada valor em questão. Os quadros, às vezes, dizem respeito também a percentuais supranacionais, como, por exemplo, sobre o trabalho infantil em todo o mundo, não

segmentado por país de origem, mas por faixa de renda familiar, grau de desenvolvimento escolar etc. Mas, por diversas sintaxes, linguísticas e matemáticas, os relatórios apontam para dois eixos temáticos centrais: a) em se tratando, enfim, de mortalidade infantil, a maioria das mortes se dá por razões evitáveis, segundo o Unicef; b) África e parte da Ásia são as principais regiões do mundo onde há forte concentração dos motivos que levam a índices tão elevados de mortalidade infantil evitável. O quadro principal, e que por isso é diagramado com destaque gráfico e no início de um anexo composto de uma série de outros quadros, dá conta, em ordem decrescente, da mortalidade infantil em todo o planeta. Serra Leoa é o país que figura em primeiro lugar nas três edições dos relatórios analisados, de 2006, 2007 e 2008. Ao final do quadro, na outra ponta, estão, respectivamente, Cingapura, San Marino e Suécia. Como veremos nos resultados desta dissertação, essa lógica de apresentação será encampada pelos jornais, de um modo geral, e ganhará deles o título de “ranking”, termo recorrente utilizado pelos diários para se referirem a esses dados gerais.

### **1.2.2.2 Como o Unicef propaga os relatórios SMI**

Uma vez concluído o relatório SMI, em Nova Iorque, o Unicef distribui os originais em inglês aos escritórios regionais do Fundo, para a tradução, bem como os coloca à disposição das principais agências de notícias do mundo. Uma vez traduzidos e reeditados conforme o modelo original (não há, portanto, liberdade quer para a reorganização de conteúdos e dados linguísticos, quer para a reprogramação visual, alteração de imagens etc.), os relatórios são colocados à disposição da imprensa, por meio de arquivos em formato virtual pdf. O departamento de comunicação social do Unicef no Brasil fica com a incumbência de se relacionar com os veículos de comunicação e estimular a publicação dos referidos conteúdos. O relatório costuma ser publicado geralmente no mês de janeiro, quando é estendido à imprensa. Há uma relação de tensão entre os jornalistas contratados do Unicef incumbidos dessa repercussão e os veículos de comunicação. Segundo nos informou o escritório do Unicef em Brasília, os editores de diversos jornais costumam se queixar de tantas informações recebidas do Fundo por sua assessoria de comunicação.

### 1.2.3 Articulações entre Unicef e imprensa para a produção de pautas jornalísticas

O Unicef desenvolve iniciativas (e prestigia outras tantas, promovidas por terceiros) de apoio à criança e ao adolescente nos países em que atua, sobretudo em regiões onde as carências sociais são mais visíveis. As ações são consideradas bem sucedidas na proporção em que obtêm repercussão por meio de veículos de comunicação. Em última análise, a entidade espera que suas iniciativas (como, por exemplo, “nomear” pessoas famosas – “celebridades” – seus representantes, e investi-los de “autoridade” em visitas a comunidades de crianças pobres) incentivem as sociedades a reproduzir o gesto de apoio ao público infanto-juvenil. Como se se dissesse: não nos esqueçamos de que podemos – ou devemos – ajudar crianças e adolescentes carentes onde quer que estejam.

Nesse sentido, é clara a necessidade de articulação entre Unicef e imprensa para que as iniciativas da entidade sejam divulgadas. O próprio Unicef demonstra compreender que a imprensa precisa de pautas que a ajudem a justificar a divulgação das iniciativas da entidade. Toda a lógica de seu relacionamento com os órgãos de imprensa e agências noticiosas aponta na direção de um cuidado especial com a produção de pautas que, em tese, sejam capazes de, por si só, merecer a atenção profissional dos jornalistas. Dois exemplos de chamada que o site da entidade fez em dezembro de 2008: “*Felipe Massa comanda leilão em prol dos projetos do UNICEF*” (18/12/2008); “*Prefeito de São Paulo reafirma compromisso com 20 metas pela infância e adolescência*” (11/12/2008). É comum, enfim, que as informações elaboradas pelo Unicef que objetivem espaço noticioso sejam associadas a personagens que costumeiramente frequentem o noticiário. O próprio Unicef esclarece:

Os Campeões do UNICEF emprestam seu carisma, sua capacidade de mobilização e sua visibilidade para ajudar a colocar os direitos das crianças e dos adolescentes no centro da agenda pública do Brasil. Felipe Massa vai chamar atenção para os direitos das crianças, sempre que tiver oportunidade, em suas aparições públicas, quando conceder entrevistas, realizar visitas, conversar com outras pessoas. ([www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br), em 1º/6/2009)

## 1.3 Algumas condicionantes do jornalismo

### 1.3.1 Premissa ética

As contradições que cercam o jornalismo são alvo permanente de debates, sob pontos de vista mais diversos, desde o seu caráter histórico [como discute Nelson Traquina (2005)] à legitimidade da informação quando analisada do ponto de vista da urgência com que é produzida. Mas, uma das chaves que parecem ter se tornado centrais entre essas discussões é a questão da ética no/para o jornalismo. Segundo Bernardo Kucinski (2005:17), “o jornalismo brasileiro vive hoje uma crise ética muito especial. Mais do que a incidência de desvios éticos pontuais, a característica dessa crise é o vazio ético”. Uma das questões subjacentes deste projeto é a de suscitar discussão a respeito de que parâmetros éticos possam ser requeridos atualmente para o jornalismo no sentido de ajudá-lo a identificar e lidar com deficiências produzidas e/ou intrínsecas ao fazer jornalístico (superficialidade, sensacionalismo, incompletude, desvirtuamento de propósitos, “mercantilização” da notícia, entre outras possibilidades que concorram para o prejuízo da informação).

O debate acerca da ética (em que pesem a subjetividade das opiniões – técnicas e acadêmicas – que cercam esse assunto e a ressalva de que o nosso trabalho não tem a pretensão de examinar a ética jornalística) nos levará a refletir sobre duas das aparentes carências modernas e possivelmente *inerentes* ao jornalismo, as noções de relevância e de pertinência, debatidas frequentemente em muitas redações (não raro pelos próprios *ombudsman* em relação às escolhas qualitativas e quantitativas dos respectivos jornais onde trabalham) e que constituem elementos centrais das preocupações deste estudo. Ética e noção de pertinência parecem estar conectadas por uma linha reta, curta e lógica. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, dia 20/4/2008, Carlos Eduardo Lins e Silva, que a partir do dia seguinte ocupou o cargo de *ombudsman* desse diário, destacou que:

Para mim, a saída para o jornal impresso é apostar na profundidade, na qualidade, e ter mais foco, tratar de menos assuntos. Porque isso a internet não pode dar. O jornal impresso precisa procurar o tipo de conteúdo em que ele se sai melhor, em vez de insistir em competir com a internet naquilo que ela pode oferecer com mais comodidade para o leitor. <sup>(1)</sup>

---

(1) Em entrevista à *Folha de S. Paulo* publicada em 20/4/08 (pela internet: <http://www.google.com.br/notebook/public/09750216126199455098/BDUThlgoQ1Orn65Yj>)

“Tratar de menos assuntos” implica, a nosso ver, uma provável consequência de “apostar na profundidade, na qualidade” e, portanto, repensar sobre como hierarquizar assuntos. Na sequência, ao responder sobre o que mais “o irrita” nos jornais diários, o jornalista responde: “o que mais me irrita é a superficialidade (*preocupação recorrente*)”<sup>(2)</sup> Ou seja, apesar de a pergunta ser bastante genérica, o jornalista centra sua atenção sobre aquilo que lhe parece ser uma preocupação fundamental: superficialidade / qualidade.

Parece ser um padrão, no Brasil, que assuntos que possam ser considerados objetivamente fundamentais do ponto de vista da cidadania (por exemplo, desigualdades sociais em níveis radicais) não sejam pautados pelo noticiário com a mesma frequência com que temas mais sujeitos à espetacularização da notícia. Entendemos que, de alguma forma, todos os dias, a sociedade perde a oportunidade de se envolver em debates importantes a respeito de sua própria vida por conta, entre outras razões, de pautas discutíveis do ponto de vista da ética no exercício do jornalismo.

Tragédias como quedas de aviões, atos terroristas, ou mesmo acidentes naturais de grandes proporções, como terremotos e tsunamis, parecem reclamar por manchetes e imagens proporcionais à sua gravidade e seu poder de devastação. Já, as tragédias sociais que sejam entendidas como “problema”, como questão crônica, e não pontual, a exemplo da miséria, pulverizada em todo o mundo, costumam ser naturalizadas pela imprensa. A esse processo, Bernardo Kucinski chama de “ética da equidade”:

Entre os extremos éticos, existe a ética da equidade, de ampla e crescente aceitação na definição de políticas públicas de saúde. De raízes religiosas, inspirada nos princípios da caridade e solidariedade, a ética da equidade concebe a sociedade como uma comunidade moral na qual o bem-estar de cada um deve ser preocupação de todos, mas em que a desigualdade é aceita como natural. Considera a democracia um jogo com ganhadores e perdedores competindo entre si segundo regras iguais para todos. A igualdade da democracia está nas regras do jogo, e não nas pessoas ou nas suas condições de vida. (KUCINSKI, 2005: 33)

---

(2) Em entrevista à *Folha de S. Paulo* publicada em 20/4/08 (pela internet: <http://www.google.com.br/notebook/public/09750216126199455098/BDUThlgoQ1Orn65Yj>)

A adolescente paulistana que há alguns anos foi atingida por um tiro ao passar em frente a uma agência bancária, onde policiais e assaltantes se enfrentavam, ainda hoje é fonte de entrevistas acerca da violência urbana. A menina faz parte da história de um assalto, e um assalto, sobretudo com vítima, tem geralmente espaço assegurado nos mais diversos veículos de comunicação. Já a fome, a distância entre milhões de crianças e o poder do Estado em toda parte do mundo, questão que, como sabemos, não é novidade (e, assim, em tese, não seria *notícia*), costuma ser retratada pela lógica dos relatórios, repercutidos sumariamente, como que por atribuição da administração (dar a saber), não da Comunicação Social (colocar em discussão).

Assim, esta pesquisa tentará mostrar haver uma disparidade sobre a ideia de *relevância* entre o modo como os relatórios do Unicef são divulgados e o valor objetivo que as estatísticas desses levantamentos acomodam: cerca de 10 milhões de mortes por ano “por razões evitáveis”, segundo a entidade. Se essas mortes são mesmo “evitáveis” (expressão que a instituição reivindica a ponto de conseguir fazer com que o noticiário a encampe em seus *leads* sem objeção, como notaremos no exemplo que segue e no material objeto da nossa análise) ou ainda se são consideradas “evitáveis” apenas pelo próprio Unicef (embora o noticiário não discuta o valor semântico do termo ou o refute, adotando-o, como dissemos), parece-nos apropriado então levar em consideração algumas conquistas contemporâneas em torno da ética.

Levamos em conta que por ética jornalística não se pode estabelecer um *saber* conclusivo<sup>(3)</sup>, quer pelo enraizamento da ética na cultura (variável e mutável), quer pela dificuldade de se delimitar seu campo de atuação (fora dos veículos de comunicação, jornalistas assessoram empresas, partidos políticos, entidades de classe, órgãos governamentais, universidades, áreas de interesses e demandas éticas diversas) ou ainda pelas discussões sobre a subjetividade em torno do conceito de ética para o jornalismo.

---

(3) Refere-se aqui ao que vai além dos preceitos éticos estabelecidos pelo Código de Ética da categoria profissional, a desdobramentos (às vezes imponderáveis e sujeitos mais ao que aprendemos a chamar de “bom senso”) que o próprio código não teria como alcançar objetivamente.

Dentre outras linhas de análise que possam predominar nas redações e direções dos jornais, conforme os parâmetros estabelecidos em cada uma, duas vertentes gerais se revezam entre as preferências de muitos profissionais da área, como destaca Eugênio Bucci em sua obra *Sobre ética e imprensa* (2004:21-22): a deontológica, segundo a qual a *verdade* deve prevalecer e se interpor em qualquer situação, "doa a quem doer"; e a teleológica, de fundamento utilitarista, de acordo com a qual se deve tentar *prever* os efeitos da notícia, uma vez que ela não deve resultar em danos maiores do que aqueles que, por exemplo, seriam causados pela sua omissão, a exemplo do pacto de silêncio preestabelecido entre imprensa e polícia para lidar com casos de sequestro.

Enquanto essas duas linhas de raciocínio disputam espaços nas mentes que conduzem o jornalismo em grande parte do ocidente, não se percebe nascer nos grandes jornais – conforme os resultados de nossa pesquisa – uma lógica que reclame algum vínculo ético entre o jornalista e aquilo que ele publica, a exemplo do que vai sugerir o autor e pensador latino-americano Jesús Martín Barbero (2003), como veremos adiante, e do que acredita Eugênio Bucci: "é (o jornalista) cada vez mais chamado a pensar nas consequências do que pratica. Ele também não está autorizado a entregar os resultados a Deus ou ao acaso" (op. cit., p. 25). De um modo geral, acredita-se ainda que o papel do jornalista se encerre no ato da entrega do material redacional ou da gravação de sua matéria. Essa visão estanque, além de cômoda, provavelmente descende do credo na isentabilidade jornalística. Bucci lembra que

Desses paradigmas (do liberalismo) é que brota a promessa de liberdade de imprensa. Agora, o desafio da reflexão contemporânea sobre jornalismo é examinar os limites que o liberalismo enfrenta para realizar na prática a sua promessa. O mercado pode mesmo oferecer com eficácia as soluções éticas que o projeto democrático espera da imprensa? Além do mercado, qual é a origem e qual é a legitimidade dos valores que devem orientar a prática dos jornalistas e de todos os que operam e comandam os meios de comunicação? (BUCCI, 2004: 26)

Segundo o autor e jornalista Nelson Traquina (2005), o jornalismo não pode servir a não ser à democracia, numa relação de interdependência mútua entre Estado democrático e imprensa livre. Traquina aborda as relações históricas entre jornalismo e democracia, na perspectiva da concepção de Estado de Direito. Para ele, "tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo sem

liberdade ou é farsa ou é tragédia” (p. ). Para o autor, assim como para Bucci, defender e cultivar uma ética jornalística não é um imperativo pessoal para o jornalista, mas para a lógica do jornalismo, sem a qual, ele inexistente. "A ética jornalística não é apenas um atributo intrínseco do profissional ou da redação, mas é, acima disso, um pacto de confiança entre a instituição do jornalismo e o público” (op. cit., p. 25), ressalta Eugênio Bucci. Continuemos com ele:

A ética é da esfera do cidadão – e a técnica se restringe aos especialistas. Na democracia, porém, a técnica deve, ao menos em termos ideais, buscar uma subordinação às decisões éticas socialmente compartilhadas. (2004: 48)

O jornalismo só faz sentido na democracia, na observância dos direitos humanos, numa sociedade que cultive a pluralidade e as diferenças de opinião. Na defesa desses temas, é bom frisar, o jornalista nunca é isento, neutro e equânime, mas sempre é um militante. O jornalista é um democrata por definição - pelos próprios pressupostos que alicerçam a profissão. (2004:49)

O que ambos os jornalistas, Traquina e Bucci, enfim, nos ajudam a compreender é que não pode haver jornalismo mais ou menos comprometido com aquilo que o fundou. Se é jornalismo, precisa, por conta de sua natureza, estar a serviço da liberdade de expressão e de todos os direitos que resguardam a democracia – até para que se possam manifestar e sustentar correntes de pensamento antidemocráticas (eis um modo, acreditamos, de se saber se de fato se está vivendo em democracia ou não). E daí emerge uma contradição, apontada acima por Bernardo Kucinski sob o conceito da ética da equidade, implicada agora pela seguinte pergunta: como explicar que o jornalismo brasileiro possa viver em plena democracia político-ideológica (o que lhe assegura, portanto, poder pensar, se expressar, reivindicar, questionar, cobrar, acusar, requerer, recusar, desmentir, exigir...), mas limitar sua participação acerca dos relatórios que recebe do Unicef a acompanhar ou monitorar os números, discutir superficialmente os contextos que ambientam esses dados e restringir sua prática investigativa – seu ofício! – aos limites trazidos pelos próprios relatórios? (que são relatórios, não um projeto para se acabar com o abandono dessas crianças).

As matérias publicadas e coletadas por nossa pesquisa, derivadas muitas vezes de coletivas de imprensa junto à representante do Unicef no País, indicam claramente que os dados oferecidos pelo Unicef não constroem, não indignam, não ferem o jornal e o jornalista. A contradição repousa na evidência de que

crianças com até cinco anos de idade não podem ser responsáveis pela própria morte – razão suficiente para legitimar o termo "evitáveis" insistentemente empregado pelos relatórios do Fundo. "Evitáveis" não apenas porque o medicamento e o alimento não chegaram a tempo ou sequer chegariam, mas também porque, segundo a lógica da democracia, não se consegue conceber a ideia de que viver ou morrer seja questão de sorte ou acaso, de vitória ou infortúnio. Para a democracia e, segundo todos os acordos e tratados assinados junto à ONU, o direito à vida é inalienável. Para a democracia, os relatórios do Unicef são, em si, uma aberração, a admissão de que os números podem continuar existindo. É isso o que a linguagem matemática diz por meio da sintaxe Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (1990-2015), ininteligível para a democracia. O sentido latente desse compromisso, em última instância, e muito remota, até pode ser o de se erradicar a mortalidade infantil (esse, sim, pareceria um compromisso fundado na ética); mas não é esse, oficialmente, o compromisso; o compromisso, e sem qualquer previsão de punição a quem quer que seja para o caso de ele não ser alcançado, é o de "reduzir", "diminuir", "atingir determinada marca até 2015". O compromisso, institucional, é com o número, não com a vida. Está posta a contradição que aprofundaremos adiante ao discutir a incomunicação.

### **1.3.2 Como a imprensa costuma divulgar os relatórios**

A título de exemplificar os inúmeros casos de publicações que nos moveram a observar com mais atenção o nosso objeto de pesquisa, destacamos, por escolha aleatória, o exemplo que segue, que espelha a forma predominante como a maioria dos jornais mais reconhecidos – impressos, virtuais ou por radiodifusão – abordam a questão, como veremos no Capítulo 2:

UOL – 18/09/2006 – 20h07

#### ***ONU pede medidas para combater a mortalidade infantil***

*Nações Unidas, 18 set (EFE) - A ONU denunciou (grifo nosso) hoje que cerca de 29 mil menores de cinco anos morrem diariamente por causas que, em sua maioria, poderiam ser evitadas facilmente (idem), e convocou uma reunião para promover*

*medidas neste sentido. Dirigentes políticos e especialistas do setor de saúde, junto com outras personalidades como a rainha Rania da Jordânia; o primeiro-ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, e o presidente do Afeganistão, Hamid Karzai, se reúnem hoje em Nova York para analisar estratégias para reduzir a mortalidade infantil (...).*  
(Fonte: website UOL. Link:

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/09/18/ult1808u74798.jhtm>  
(acesso: mar/2007)

Segue, agora, o que publicou o mesmo site um ano depois, a partir de outra agência de notícias:

UOL – 12/09/2007 - 21h41

### ***Luta contra mortalidade infantil teve progressos, segundo Unicef***

*NOVA YORK, 13 Set 2007 (AFP) - A luta contra a mortalidade infantil teve progressos reais (grifo nosso), apesar de desiguais nos diversos continentes, anunciou nesta quarta-feira o Fundo da ONU para a Infância (Unicef). Segundo a Unicef, a mortalidade infantil atingiu seu menor nível em 17 anos, com o total de óbitos de crianças com menos de cinco anos sendo de 9,7 milhões em 2006, contra cerca de 13 milhões em 1990 (...).*

(Fonte: website UOL. Link:

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/09/12/ult34u189375.jhtm>  
(acesso: set/2007)

O primeiro *lead* traz uma denúncia: “A ONU denunciou”; o segundo remete à ideia de *celebração*: “*teve progressos reais*” – portanto, com orientação antagônica àquela empregada no texto anterior. A contradição só não foi aparente ao leitor por conta do intervalo de tempo entre uma notícia e outra, de um ano. O que nos parece ainda mais preocupante é a metodologia (ou falta de uma) de investigação. As agências de notícias (EFE e AFP), no caso que mencionamos, encamparam e reduziram as informações colhidas a um dado estatístico consolidado, como se a simples comparação proposta pela matéria entre os dois números (de 1990 *versus* o de 2006) desse conta de explicar o que, conceitualmente, não se explica e, jornalisticamente, não se aborda: se as mortes são “facilmente evitáveis”, por que aconteceram, sejam as 13 milhões de 1990 ou as 9,7 milhões de 2006.

Depois, o site brasileiro os reproduziu, reencampando os dados sem exame adicional e desconectando os textos entre si. Em última análise, o segundo texto

remete a um raciocínio (“progresso real”) subjetivo e até perigoso do ponto de vista da isenção jornalística (“progresso real” parece ser apenas um ponto de vista, e que pode sugerir o *sentimento* de que não é necessário que se preocupe mais com a questão, já que o assunto *vem sendo resolvido*).

Por fim, o texto insinua, mas não aborda um dado fundamental: “A luta contra a mortalidade infantil teve progressos reais, apesar de desiguais em diversos continentes (*grifo nosso*)”. A frase secundária não informa (apesar da disponibilidade de espaço para mais dados, pois esse exemplo foi colhido da internet) que na África ocidental e central o número de mortes é estável – eram 208 crianças por mil nascidas em 1990 e são 186 por mil nascidas em 2006. Ou seja, “nenhum progresso” (sic), segundo avaliação do Unicef publicada no mesmo relatório de onde foram extraídos os demais dados para a matéria (Relatório Unicef SMI 2008, p. 7). Por que esse dado foi desconsiderado para a elaboração do texto, não se pode afirmar. Mas parece provável que a sua inclusão comprometeria a integridade da notícia tal como foi elaborada, sustentada por uma escolha jornalística, a de fazer prevalecer a importância dada a determinado aspecto da informação, a redução do assunto ao número absoluto de uma conta mundial – ponto de vista que, como parece nesse caso, ajuda o jornalista e o seu leitor a *se livrarem* de compreender a geocomplexidade da dor, a dor dos outros (a África não é aqui). Admitir a contradição equivaleria, no jornalismo, a estabelecer outra pauta: por que não se conseguem na África e na Ásia os mesmos índices de redução da miséria que se têm conseguido no restante do planeta?

O site pode não se ter dado conta de que o seu segundo texto, além de invalidar o que parecia ser o ponto central da notícia anterior (mortes “que poderiam ser evitadas facilmente”), ainda atenua o impacto do óbito de 9,7 milhões de crianças em 2006 (dado que parecia temível em setembro de 2006 e fora divulgado sob o prisma da “denúncia” na matéria anterior), por conta do pressuposto de que comparado a 13 milhões de mortes em 1990, o número atual é um “progresso real”. Ler e comparar os dois títulos entre si (o que foi *impossível* ao leitor comum, por causa do intervalo de um ano entre as veiculações) causaria estranheza ainda maior. Estranheza que se acentua ao se levar em conta o que o próprio Unicef acabou por dizer sobre o assunto em seu site em janeiro de 2008:

Em 2006, 9,7 milhões de crianças com menos de 5 anos de idade morreram em todo o mundo. Pela primeira vez na história recente, esse número caiu abaixo de 10 milhões. No entanto, não há espaço para grandes comemorações. Na sua maioria, essas mortes poderiam ter sido evitadas. ([www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br), jan 2008)

Ou por meio do mesmo relatório de onde as agências de notícias pinçaram os dados que lhe interessaram para montar os textos e enviá-los a inúmeros órgãos de imprensa:

Em 2006, pela primeira vez na história recente, o número total de mortes anuais de crianças menores de 5 anos caiu abaixo de 10 milhões – ficou em 9,7 milhões. No entanto, não há espaço para complacência. A perda de 9,7 milhões de vidas a cada ano é inadmissível, especialmente quando se considera que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. (grifo nosso). (Relatório Unicef 2008, prólogo)

Ou seja, ainda que o extenso relatório da instituição, repleto de dados e gráficos ao longo de 164 páginas, significasse uma barreira ao cotidiano prático jornalístico, uma breve leitura atenta das introduções acima (do resumo eletrônico oferecido pelo site da entidade e pelo próprio relatório anual, eletrônico ou impresso) forneceria uma pista lógica, possivelmente outra pauta: “milhões de crianças ainda excluídas das intervenções de saúde”. A partir daí, enxergamos com mais nitidez a possibilidade de a imprensa se deslocar do *discurso estatístico* para outros pontos de vista, o que desencadearia o aprofundamento do tema para diversas outras questões, como direitos elementares da criança, o debate acerca da concidadania, saúde pública para a mulher gestante, pediatria e alimentação básicas etc. Os efeitos multiplicadores das grandes coberturas jornalísticas são uma consequência esperada (inclusive pela própria imprensa, a exemplo de coberturas como a do caso Isabella Nardoni e mais recentemente das inundações de cidades inteiras no Estado de Santa Catarina. Por meio de um aparente círculo virtuoso, quanto mais a imprensa noticiou esses temas, mais precisava noticiar, gerando mobilizações junto à opinião pública).

Destaquemos, por fim, ainda acerca do exemplo aplicado, que o fenômeno da encampação por parte da agência de notícias parece se dever a uma condicionante

gerada pelo próprio Unicef. Ao abrir o discurso de apresentação do seu relatório de 2008 com a chamada “em 2006, pela primeira vez na história recente, o número total de mortes (...) caiu abaixo de 10 milhões”, o próprio órgão, contraditoriamente, parece chamar a atenção da imprensa a se encantar com a comparabilidade matemática e, por consequência, a se afastar de uma questão real e aparentemente mais importante: a morte **evitável**. Nem mesmo a frase subsequente – “no entanto não há espaço para grandes comemorações” – teve força suficiente para demover o jornalista responsável pelo segundo texto que vimos acima a abrir mão da sintaxe “A luta contra a mortalidade infantil teve progressos reais (...)” enquanto gancho para a matéria. A rigor, se o número estivesse um pouco acima de 10 milhões, o mote da notícia teria de ser outro. É possível, estranhamente, que inúmeros outros jornais por todo o mundo tenham *suavizado* o tom dessa informação por conta de uma diferença matemática de 300 mil crianças mortas. O que mais além do encantamento pelos números pode explicar de que forma 300 mil ganham tal importância frente a 9,7 milhões? Jornalistas, como veremos mais adiante, no Capítulo 3, precisam ou acreditam precisar de números para estabelecer uma relação de confiança com o leitor, para garantir credibilidade à informação. O número afasta a possibilidade da opinião.

### 1.3.3 A pressa jornalística

Pensemos nessa provável disparidade sob o ponto de vista da questão da “pressa”, costumeiro bode expiatório do erro jornalístico, das suas supostas omissões, enquanto um dos fatores que pudessem condicionar o modo como os referidos relatórios do Unicef são tratados pelos órgãos de imprensa. Salvo exceções, o tempo entre o instante em que determinado fato acontece e o momento em que ele se torna público vem de fato diminuindo radicalmente, sobretudo por conta da internet, quer como mídia, quer como ferramenta de apuração / transmissão de dados. Parece justo atribuir à vida apressada do jornalismo algum crédito *compensatório*, ao menos lógico, que ajude a justificar muitas das inadequações profissionais.

Exemplo disso é a crescente apropriação que a imprensa (a televisiva e os

sites de notícias, antes dos demais meios) faz dos recursos da proliferação de câmaras filmadoras de segurança e monitoramento, em maioria do modelo IP, próprias para transmissão de imagens pela internet, destinadas a vigiar cada vez mais espaços públicos e privados. Tal tecnologia pode acabar se estabelecendo como referência do próximo passo do processo da *press*a, uma espécie de olho que já estava lá antes mesmo de o fato acontecer – lembre-se do caso do frentista atropelado há alguns anos em São Paulo, dentro de um posto de combustíveis, cuja imagem frequentou telejornais durante semanas, ou de inúmeros assaltos em lojas de conveniência transformados em informação graças ao registro de câmaras de segurança.

Entretanto, no caso do nosso objeto de pesquisa, o fator “tempo” tem função oposta, *age* a favor, pois:

a) um ano (intervalo-padrão entre os relatórios do Unicef) é tempo suficiente para que todas ou a maioria das articulações necessárias ao jornalismo (planejamentos de reportagens, editoriais, cruzamentos de dados, projetos gráficos, investigações aprofundadas, venda de patrocínios) sejam realizadas para a consecução de trabalhos densos, que demandem páginas inteiras, cadernos especiais ou até livros-reportagem. Em março de 2008, durante o claro descontrole público sobre a proliferação da dengue no Estado do Rio de Janeiro, a Rede Globo de Televisão, em seu Jornal Nacional, veiculou uma reportagem sobre as consequências trágicas da epidemia. A matéria, por decisão editorial, resolveu dar *nome* a diversas crianças mortas pela doença, contando um pouco sobre a história de vida de cada uma, de suas famílias, da dor de cada pai e mãe. A reportagem ganhou uma dimensão humana a partir daí. Possivelmente a decisão tenha passado por uma premissa básica: *se é de gente que estamos tratando, falemos de gente*, a despeito dos números da epidemia. A emissora não precisou (nem pôde ter sido diferente) de mais de alguns dias para produzir todo o conteúdo jornalístico. Era uma questão de olhar, escolher, decidir.

b) os dados não surgem como que por mágica à véspera de sua publicação, são produzidos / capturados / processados paulatinamente ao longo do ano. O acompanhamento diacrônico das pesquisas, no ritmo em que são produzidas,

implicaria, evidentemente, a aproximação entre o jornalista e o objeto da análise – o objeto não mais como um elemento descontínuo e fenomenológico, constituinte apenas do dado estatístico ou de um gráfico comparativo sincrônico, mas como o correspondente desse dado no espaço da existência: as crianças e as questões que as levam à morte, aquelas “evitáveis facilmente”.

Em suma, parece-nos que a redução de assuntos a dados numéricos isolados não pode ser atribuída à urgência, ao ritmo industrial do jornalismo.

### 1.3.4 Propriedade e pertinência

Parece-nos importante levar em conta uma das discussões centrais do jornalismo, a questão do que é próprio ou não do jornalismo, a distância entre a noção de acontecimento (compreendido como “fato” e, portanto, passível de ser jornalístico) e de problema (entendido como “processo”, contínuo, e, assim, sujeito a um suposto desgaste do valor noticioso correspondente).

A despeito das teorias, práticas e manuais jornalísticos, a predisposição de *consumo* da informação por parte do “cliente” – leitor / telespectador / ouvinte / internauta –, como sabemos, é um importante referencial para a produção jornalística em todos os meios de comunicação, por conta da lógica de mercado (a audiência dos meios de radiodifusão e a tiragem e circulação dos meios impressos regulam os valores da publicidade que sustentam esses meios). Pesquisas e esforços sistemáticos são desenvolvidos continuamente no sentido de identificar preferências, implementar adaptações e conquistar cada vez mais *consumidores* assíduos, “fiéis”, a exemplo do que explica Bernardo Ajzenberg, diretor de conteúdo da *Folha Online*: “Além disso, alguns estudos recentes demonstram que o leitor de internet normalmente para de ler um texto ali pela vigésima linha. Isso obriga a que, nesse momento de uma notícia (ou narrativa), o jornalista introduza algo que renove a atenção do usuário.”<sup>(4)</sup>

---

(4) Entrevista concedida a Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, in: *Prática de Texto*, p. 140.

É plenamente possível supor que, circunstancialmente, o interesse do leitor seja uma condicionante lógica (do ponto de vista de mercado, como dissemos) e legítima (do ponto de vista do reconhecimento ao leitor-sujeito, que participa do processo de construção dos conteúdos midiáticos, ainda que por questões de mercado)<sup>(5)</sup> para justificar decisões da pauta jornalística (e ainda que atender a essas expectativas implique contradições do ponto de vista social, do papel social do jornalismo enquanto defensor do que quer que seja fundamental para o *bem comum*). Além disso, profissionais e autores como Eugênio Bucci, bastante preocupados com a questão da ética no exercício da profissão, vão dizer que "os jornalistas são trabalhadores intelectuais. Vendem o seu trabalho, com ou sem vínculos empregatícios, para empresas capitalistas – ou para empresas mais ou menos públicas, que, de todo modo, se viabilizam segundo critérios de mercado". (2004:21-22)

Consideremos, também, que o conteúdo do relatório anual do Unicef não constitui, por definição, informação, algo *novo*, mas apenas a atualização sistemática de dados – o que, portanto, conceitualmente, não constituiria o que chamamos de “notícia” (tal como pensa a escola americana da qual a nossa imprensa descende). Ou seja, apesar das teses que possam se levantar em contrário, parece admissível imaginar que a simples atualização do dado estatístico anual não faça ou fizesse jus a *alardes*, a dedicação aprofundada.

Mas em contraposição a essa visão mais instrumental do jornalismo, Barbero alerta para o que considera uma evidência crítica, a necessidade de se rever o papel do jornalista na condução das informações que apura: “É nítida a demanda social de um comunicador capaz de enfrentar os resultados do que o seu próprio trabalho põe em jogo e as contradições que atravessam a sua prática.” (2005: ) . Nelson Traquina é ainda mais enfático: "na definição e construção das notícias, a importância do que é importante não pode ser apagada pelo imperativo do que é interessante." (2005:208)

---

(5) Não cabe aqui uma extensa discussão acerca do poder de condicionamento que os próprios veículos de comunicação exercem sobre o “receptor”, no sentido de que a noção de liberdade de escolha desse possa ser sempre objeto de discussão. Reconhecemos, por enquanto, que existe de fato nessa relação um fluxo de implicações de mão-dupla, a começar a começar pelas determinações mercadológicas instituídas pela audiência (radiodifusão) e circulação (impressos).

Ao enxergar a Comunicação de um ponto de vista latino-americano e pelo viés (constitutivo, indissociável) da cultura, Barbero (2003) vislumbra a desterritorialização dos estudos sobre a Comunicação e o reposicionamento desses estudos sobre um campo estratégico e que demandaria dos profissionais da Comunicação se enxergarem como intelectuais, não apenas como processadores / portadores / divulgadores de informações.

Em 1991, conceituado repórter da *Folha de S. Paulo*, Clóvis Rossi, durante entrevista acadêmica que nos concedeu para a conclusão de uma especialização em Comunicação e Educação, ressaltou uma das suas costumeiras reflexões à época em torno do exercício profissional. Disse-nos que, toda noite, ao ir dormir, se pergunta sobre a importância daquilo que produziu, se poderia ter feito mais, melhor... e que, às vezes, sente-se como um náufrago, que lança ao mar uma garrafa: não sabe se será encontrada, quem encontrará, como lerão...

## CAPÍTULO 2

### ANÁLISE DE MÍDIA

#### 2.1 Notas explicativas

Segue apuração junto aos jornais *O Estado de São Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, os dois últimos do Estado de Rio de Janeiro, sobre como esses diários abordaram os relatórios Situação Mundial da Infância, do Unicef, quanto à mortalidade infantil.

Nosso processo de apuração das publicações variou conforme a política e a disponibilidade instituídas em cada empresa jornalística, conforme segue:

*O Estado de São Paulo* – O veículo não permitia, no período desta pesquisa, a consulta por meio externo (autônomo), física ou digital. Dessa forma, utilizamos a alternativa oferecida pela empresa, a encomenda junto a um dos seus departamentos, que comercializa esse serviço. Paralelamente, consultamos o jornal fisicamente junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, obtendo o mesmo resultado apresentado pelo próprio jornal.

*Folha de S. Paulo* – O jornal oferece o arquivo dos seus diários eletrônica e gratuitamente, pela internet, e também comercializa o serviço de pesquisa internamente. Utilizamos ambos os meios, de modo que o serviço comercializado pela empresa pudesse ratificar o resultado que obtivemos de forma autônoma. Foi o que aconteceu.

*O Globo* – Sugerido pela banca durante o Exame de Qualificação, o diário oferece uma ferramenta de pesquisa eletrônica, mas parcial, isto é, o interessado pode apurar o que precisa por palavras-chave, de modo que os textos localizados lhes serão apresentados parcialmente, para confirmação do interesse e compra avulsa das publicações.

*Jornal do Brasil* – Ao incluir o diário *O Globo*, achamos por bem adicionar também o concorrente carioca *Jornal do Brasil*, que, dentre os quatro jornais observados, mostrou-se o mais envolvido com o tema. O jornal oferece a possibilidade de pesquisa apenas sob seus próprios cuidados, comercialmente, como faz *O Estado de S. Paulo*. Foi a nossa alternativa.

Os resultados apurados junto aos dois jornais de São Paulo nos impressionaram por conta da escassez de material sobre o nosso objeto de estudo (*O Estado de São Paulo* publicou apenas uma matéria a respeito durante todo o período investigado; *Folha de S. Paulo*, seis publicações). Em *O Globo*, localizamos 18 inserções; e no *Jornal do Brasil*, surpreendentemente, 145 textos mencionaram as nossas palavras-chave, incluindo-se chamadas de capa. Embora o volume de menções no JB tenha sido bastante elevado em relação aos demais jornais, um pequeno percentual de matérias correspondeu de fato ao nosso assunto principal, 21 textos.

Segue quadro-resumo relativo às inserções, demonstrando:

- a) número de textos levantados a partir da pesquisa pelas palavras-chave – Situação Mundial da Infância; mortalidade infantil; Unicef – em busca aleatória;
- b) número de textos que se vincularam aos relatórios SMI edições 2006, 2007, 2008, direta ou indiretamente;
- c) textos que, quer pela relativização dos resultados, quer por outro caminho crítico, ofereceram ao leitor uma abordagem adicional àquela que predomina no noticiário – o raciocínio matemático e comparativo;
- d) textos que, direta ou indiretamente, segundo a nossa análise, tenham pretendido levar o leitor a refletir sobre a questão: se a maioria das mortes é evitável, por que acontece?

| <b>Em relação aos Relatórios Situação Mundial da Infância, do Unicef</b> |            |   |   |  |
|--|------------|---|---|--|
|  |            | Textos vinculados aos relatórios SMI, direta ou indiretamente | Textos que, quer pela relativização dos resultados, quer por outro caminho crítico, ofereceram ao leitor uma abordagem adicional àquela que predomina no noticiário, ao raciocínio matemático e comparativo | Textos que, direta ou indiretamente, tenham pretendido levar o leitor a refletir sobre o problema “se a maioria das mortes é evitável, por que acontece” |
| <b><i>Jornal do Brasil</i></b>   | <b>145</b> | <b>21</b>   | <b>3</b>  | <b>0</b>   |
| <b><i>O Globo</i></b>  | <b>18</b>  | <b>6</b>  | <b>1</b>  | <b>0</b>   |
| <b><i>Folha de S. Paulo</i></b>  | <b>6</b>   | <b>4</b>  | <b>1</b>  | <b>0</b>   |
| <b><i>O Estado de S. Paulo</i></b>                                       | <b>1</b>   | <b>1</b>  | <b>0</b>  | <b>0</b>   |

\* Palavras-chave: Situação Mundial da Infância; mortalidade infantil; Unicef.

Nota: Depois de serem descartados os textos que – embora mencionassem alguma palavra-chave da pesquisa – não diziam respeito ao nosso objeto de estudo, todo o material jornalístico investigado foi reunido no Anexo II, acompanhado de cópias de e-mails de encaminhamento por parte dos veículos de comunicação. Os arquivos encaminhados pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* foram fornecidos em pdf, razão pela qual a impressão anexa é fiel ao original, com tamanho proporcionalmente reduzido. Já, os textos publicados pelos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, por norma deles, foram fornecidos em formato Word, sem imagens de nenhum tipo, apenas os textos corridos. É dessa forma que constam no anexo. Abaixo, o resultado da observação sobre os veículos:

### ***O Estado de S. Paulo***

O jornal *O Estado de S. Paulo* produziu uma reportagem de repercussão sobre o relatório SMI 2007. O gancho é a “queda” de 27 posições do Brasil no “ranking” mundial. Essa ideia orienta toda a matéria. O texto principal discute questões estritamente nacionais e regionais, a partir de diferenças numéricas entre

os estados brasileiros. Chega a alguma relatividade, mas em torno de pormenores comparativos. Como se trata de um material reproduzido em pdf, podemos verificar no Anexo II que há duas tabelas publicadas ao lado do texto. A primeira atribui valores aos estados do Brasil; a segunda remete a números internacionais, escolhidos aleatoriamente. As tabelas (nacional e mundial) são desconexas entre si. A matéria não as articula. O texto não avança para além das referências numéricas. Não se verificaram outras publicações. Além de constar reproduzida no Anexo 2, a matéria de O Estado consta do Anexo I, com imagens, no cd que também armazena os relatórios SMI do Unicef 2006, 2007 e 2008.

### ***Folha de S. Paulo***

O jornal *Folha de S. Paulo*, apesar das quatro inserções que abordam o tema, em apenas uma pequena nota, assinada por Gilberto Dimenstein, oferece ao leitor uma abordagem crítica a partir da relativização de dados. Embora o jornalista tenha restringido o conteúdo de um relatório internacional (SMI 2008) à qualidade de vida e mortalidade infantil no município de São Paulo, o modo como os números são abordados traz possibilidades de leitura que desafiam a imobilidade estatística, comum às tabelas gerais consolidadas.

O segundo texto da *Folha* sobre o assunto é um editorial, também sobre o SMI 2008. Como a “queda” brasileira foi significativa e se rompeu a barreira dos 10 milhões de mortos (como discutiremos no Capítulo 3), o texto traz o efusivo título “Avanço Notável”. Apesar de algumas ressalvas, todo o conteúdo está orientado segundo o título, “comemora” uma posição aparentemente inesperada para o País em relação às demais nações.

O terceiro texto da *Folha* foca a lógica do “ranking” apresentado pelo relatório SMI 2008 e a ele se limita. Dá conta de dados estatísticos em geral.

O quarto e último texto da *Folha* também aborda o relatório SMI 2008. Direciona a pauta para um dos ganchos definidos pelo próprio relatório: a gravidez precoce como fator influenciador da mortalidade infantil. O destaque é o aumento brasileiro acentuado da população de meninas e adolescentes grávidas nos últimos

anos.

Há um desdobramento desse texto que leva ao único caso que verificamos em que a matéria retrata a vida de uma personagem. Laura, adolescente de 15 anos de idade, mãe do bebê Mateus, ajuda a destacar a dimensão humana do problema abordado. Há inclusive foto de ambos, realizada a partir de evidente cuidado artístico. Embora a matéria se afaste do nosso interesse central, parece importante ressaltar que o tratamento jornalístico ganha qualidade e supera, nesse momento, a autoridade dos números. Além de constar reproduzidas no Anexo 2, as matérias da Folha constam do Anexo I, com imagens, no cd que também armazena os relatórios SMI do Unicef 2006, 2007 e 2008.

### ***O Globo***

Dos seis textos apurados, um chamou a nossa atenção. A matéria gira em torno do “ranking” e da posição brasileira dentro dele, mas a inserção de um depoimento da diretora brasileira do Unicef oferece um ponto de vista que ajuda a relativizar os dados e a oferecer um novo olhar para o problema: “a redução da mortalidade fica mais difícil à medida que o país avança. Taxas elevadas são prontamente reduzidas mediante ações como a vacinação infantil ou o uso do soro caseiro, prática incentivada pela Pastoral da Criança para combater mortes por diarreia”. Esse raciocínio pode ter ajudado o leitor a se dar conta de que quanto mais se reduz o número de mortes, mais difícil será continuar a redução – ponto de vista importante para a formação de opinião, inclusive em relação aos dados internacionais, embora a matéria não os aborde.

Os demais textos, alguns de opinião, outros de repercussão, pouco se diferem das outras matérias em torno das mesmas questões, conforme veremos, uma a uma (o fato de os textos estarem dispostos em Word nos permitiu inserir comentário junto a cada um deles).

### ***Jornal do Brasil***

Embora o volume de inserções localizadas a partir das palavras-chave tenha sido impressionante em relação aos números encontrados nos demais veículos, dos 145 textos levantados, apenas 21 abordam as questões relativas aos relatórios SMI. Desses, somente três se posicionaram de modo a propiciar outros pontos de vista ao leitor, relativizando os dados. Dois deles foram escritos em dupla, pelas jornalistas Valderez Caetano e Karla Correia. São raros textos em que a tônica da matéria não são os números – embora eles componham o cenário textual do início ao fim –, mas a relativização entre eles.

Em vez de a matéria enaltecer a queda da taxa brasileira segundo o relatório SMI 2007, como outros jornais fizeram, e apenas a mencionando para elaborar o *lead* do texto, desta vez a ressalva que alerta para a relatividade dos números abre a matéria: “Apesar da redução em quase 50% do número de mortes de crianças abaixo de cinco anos nos últimos 15 anos, o Brasil ainda tem taxas de mortalidade piores do que 104 países”. Embora toda a introdução esteja focada sobre as questões brasileiras, mais adiante surge outro diferencial em relação à maioria dos textos observados: “O documento do Unicef é mais um retrato da diferença de qualidade de vida na África e na Europa. Os campeões de mortalidade infantil são africanos (...)”. Apesar de a linguagem não se revestir de cuidado científico, ela é, essencialmente, jornalística, no sentido de que tenta levar o leitor a compreender com facilidade o que se esconde por detrás de tantos gráficos. Diversas relativizações continuam compondo o conteúdo da matéria, como, por exemplo, um depoimento que destaca a *permissão* de sobrevivência para a atual geração, mas os impedimentos de desenvolvimento da geração seguinte. Acreditamos que este texto supere a lógica padronizada da repercussão dos relatórios.

Não por coincidência, o texto complementar das jornalistas (o segundo dos três que destacamos) inicia o conteúdo não por meio de números absolutos, mas destacando o papel da mulher nos processos de enfrentamento das dificuldades de saúde e educação das crianças: “No relatório ‘Situação Mundial da Infância 2007’, o Unicef destaca que o papel das mulheres é fundamental para mudar as condições de educação e saúde das crianças”. O texto se debruçará sobre o papel político da mulher de um modo geral. Parece claro que os relatórios do Unicef têm influência

predominante no direcionamento das pautas jornalísticas. Até mesmo em textos como os das jornalistas em questão, que escapam do olhar mais frequente sobre os relatórios, o gancho, sobretudo do segundo texto, foi oferecido pelo próprio relatório: “Mulheres e crianças: o duplo dividendo de igualdade de gênero”. De qualquer forma, outra exceção: esse texto também abre mão da lógica matemática para abordar o conteúdo do relatório. As jornalistas parecem estar envolvidas com a questão por meio de um ponto de observação mais próximo do problema, menos refém de equações matemáticas interpretativas e a distância.

O terceiro texto que destacamos do *Jornal do Brasil*, da jornalista Cláudia Dianni, coloca em questão o “progresso” brasileiro no “ranking” da ONU para o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, a partir da metodologia empregada para os cálculos. Os questionamentos trazem observações como “Os indicadores da África estão estagnados desde 1990”, informação que põe em xeque os olhares menos atentos e minuciosos em relação a essa disparidade.

Dentre os demais textos do *JB*, um, produzido pela Reuters, destaca-se pelo motivo inverso: “Taxas de mortalidade infantil diminuem em todo o mundo.” Não bastasse o equívoco grosseiro, o texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório, reproduzindo-os simplesmente. A matéria ressalta que pela primeira vez o número geral de mortes fica abaixo de 10 milhões de crianças de 0 a 5 anos de idade (SMI 2008).

Em suma, nosso levantamento concluiu que apenas cinco textos jornalísticos de um total de 35 inserções apuradas sobre o assunto remetem o leitor a refletir sobre a relatividade dos valores apresentados pelos relatórios Situação Mundial da Infância durante o período verificado. Uma das observações que os próprios relatórios destacam como relativas em função dos dados consolidados e que poucas matérias abordam é a situação da África e de parte da Ásia diante do mundo. Aliás, veremos no Capítulo 3 que em diversos países africanos, a mortalidade infantil não decresce, mas cresce, e muito.

Quisemos responder a outra questão: quantos textos jornalísticos abordaram ou ao menos fizeram menção à contradição central apresentada sistematicamente pelos relatórios SMI: se a maioria das mortes é evitável, como asseguram os

próprios relatórios, por que acontece? Como sabemos, presumir que uma pergunta não será respondida não costuma ser motivo para que a questão não seja formulada. Parece razoável que o Unicef não pudesse responder a essa pergunta, na medida em que o Fundo, indiretamente, é a própria extensão da vontade de todos os países vinculados à ONU, cerca de 200, sob autoridade de quase todos os chefes de Estado do planeta, responsáveis pela esmagadora maioria das riquezas do mundo. Entretanto, as técnicas mais básicas do jornalismo recomendariam que se perguntasse ao Unicef quem deve ser responsabilizado por essa contradição. Conforme o quadro acima, porém, não encontramos exemplo nesse sentido. A sensibilidade jornalística que tão facilmente se permite afetar por crises agudas, como catástrofes naturais ou acidentais, parece não permiti-lo com a mesma fluidez em se tratando de crises crônicas como a tragédia anunciada continuamente pelo Unicef. Como se se tratasse de conteúdo indiscutível, *dado* pela natureza (ou, como já ouvimos, controle de natalidade).

## CAPÍTULO 3

### AÇÃO DA INCOMUNICAÇÃO A SERVIÇO DOS NÚMEROS

#### 3.1 Incomunicação

Há tempos que considerável parte das atuais ementas de disciplinas universitárias voltadas para estudantes de comunicação no Brasil procura levar o aluno a compreender como as escolhas jornalísticas (de linguagem, linha editorial, pauta, diagramação etc.) podem refletir posturas e tendências previamente estabelecidas e pressupostas; a compreender, inclusive, como as forças da chamada língua-padrão (norma culta) agem sobre as diversas outras variantes linguísticas, incluindo-se as mais recentes formas virtuais de se comunicar (sites, blogs, e-mails, mensagens, chats e twitter). São comuns conteúdos que alertem o estudante para a relatividade das *verdades* jornalísticas, a partir da observação, por exemplo, de como os jornais tratam distintamente as mesmas pautas, conforme as respectivas escolhas de cada um.

Esse olhar autocrítico – frente à ideia profissional de que se possa praticar uma espécie de jornalismo puro, fundado na isenção e na objetividade – encontra em incontáveis fontes a premissa de que a objetividade no jornalismo é importante enquanto meta teórica, na perspectiva do exercício ético do jornalismo, mas não realmente enquanto recurso exequível. Dentre outros autores, Umberto Eco assegura que “(...) muitos de nós sustentávamos que (...) não existe notícia verdadeiramente objetiva. Mesmo separando acuradamente comentário e notícia, a própria escolha da notícia e sua paginação constituem um elemento de impacto implícito. A autocrítica, enfim, parece merecer cada vez mais atenção de pesquisadores e jornalistas que buscam o aprimoramento das metodologias profissionais (apuração) e, conseqüentemente, dos seus efeitos (redação e relação) junto à sociedade.

Nesse sentido, uma das questões que nos preocupam é a ideia de “relevância” dos conteúdos, sua “importância”, como parâmetro para as escolhas jornalísticas. Inúmeras vezes lemos, ouvimos ou assistimos a notícias que parecem

merecer aprofundamento e continuidade (por conta, por exemplo, de complexas extensões sociais), mas que por inúmeras razões, presumíveis ou não, acabam por se esgotar em si mesmas. Temas que aparentemente sugerem especial pertinência e importância (na perspectiva do aprimoramento da cidadania e da democracia) acabam desfilando sem destaque junto a diversos outros assuntos, que podem incluir até um filhote de urso que resistiu à perda da mãe em um zoológico chinês.

Acreditamos que essa aparente confusão valorativa entre os fatos selecionados para a edição do dia sofra efetiva influência do que alguns autores passaram a chamar de incomunicação. Já não estaríamos discutindo apenas as escolhas conscientes (de editores, repórteres, redatores), mas também o papel avesso dessas escolhas, ou seja, o ponto de vista que busca observar o que as escolhas negam, como negam, quanto negam. Foi para debatê-lo na perspectiva do jornalismo que elegemos como tema desta dissertação o modo como alguns jornais diários divulgam (e silenciam) os dados apurados pelo Unicef sobre a mortalidade infantil – questão, aliás, que alcança o País de forma direta, posto que o Brasil representa parte dos números contemplados pelos referidos levantamentos. Cerca de 29 mil crianças de 0 a 5 anos de idade morrem por aqui todo ano por razões “evitáveis”, segundo os referidos relatórios.

Uma das atribuições do Unicef, como vimos, é a de acompanhar e atualizar dados acerca da mortalidade infantil nos países em que a entidade tem inserção, por meio do vínculo institucional estabelecido entre esses Estados e a ONU. Trata-se de uma estratégia de monitoramento de indicadores sociais, bem como das próprias ações do Fundo para o enfrentamento da miséria, sobretudo no plano técnico (alocação de suprimentos, por exemplo). Esses registros são documentados e apontam uma infinidade de informações enquanto, ao mesmo tempo, à sombra dos dados, também sonegam conteúdos objetivamente relevantes.

### **3.1.1 O invisível como informação**

É provável que o poder imagético tenha papel essencial sobre como os relatórios do Unicef sejam encarados pela imprensa, sobre o potencial informativo

que esses dados espelhem para os jornalistas. A inexistência de imagens de mortes em massa, de imagens que representem crianças morrendo em *escala* impede o surgimento de um elemento espetacular que *justifique* atenção na proporção dos dados numéricos correspondentes. A capacidade comunicativa de uma cena bizarra ou de horror costuma ser muito superior à força de uma informação mediada pelo texto ou por um punhado de números. Susan Sontag, em *Diante da dor dos outros*, destaca que “ao contrário de um relato escrito – que, conforme sua complexidade de pensamento, de referências e vocabulário, é oferecido a um número maior ou menor de leitores –, uma foto só tem uma língua e se destina potencialmente a todos.” (2008: p. 21)

Imagina-se que tenham morrido em 2009 – segundo a recorrência estatística – mais de 9 milhões de crianças de 0 a 5 anos de idade por “motivos evitáveis”. Previsão a ser confirmada. Mas tantas crianças não caberiam em um *click* fotográfico, posto que essas mortes não acontecem ao mesmo tempo e no mesmo lugar. Uma fotografia que exibisse 9 milhões de crianças mortas estarreceria o mundo, tal qual o filme que se repete em nossa mente dos aviões que se chocam contra as torres do World Trade Center, ou o tsunami que avança sobre as praias da Indonésia ou ainda milhares de corpos de judeus esqueléticos amontoados uns sobre os outros. Como diz Sontag:

De fato, há muitos usos para as inúmeras oportunidades oferecidas pela vida moderna de ver – à distancia, por meio da fotografia – a dor de outras pessoas. Fotos de uma atrocidade podem suscitar reações opostas. Um apelo em favor da paz. Um clamor de vingança. Ou apenas a atordoada consciência, reabastecida por informações fotográficas, de que coisas terríveis acontecem. (op. cit., p. 16)

A impossibilidade de submeter os 9,7 milhões de pequenos corpos a um denominador comum espacial – posto que as mortes acontecem de modo pulverizado no tempo e no espaço – contribui para neutralizar a força do coletivo que permeia a tragédia. Fosse possível um *click* fotográfico, mesmo que ficcional, que pudesse dar conta tridimensional dos 9,7 milhões de corpos, possivelmente os relatórios do Unicef se tornassem *reais*. Sontag lembra que “Algo se torna real – para quem está longe, acompanhando o fato em forma de 'notícia' – ao ser fotografado”. (op. cit., p. 22) Se esses números se tornassem *reais*, tornar-se-iam mais impactantes e implicariam, provavelmente, articulações internacionais, de

Estado, baseadas na comoção e na grita que possivelmente seriam desencadeadas por milhares de manifestações de toda ordem, em toda parte, em inúmeros segmentos sociais e níveis de poder, por razões morais, religiosas, humanistas etc. Sontag sustenta ainda que

(...) atrocidades que não estejam garantidas em nossa mente por imagens fotográficas bem conhecidas, ou das quais simplesmente temos muito poucas imagens – o extermínio total do povo hereró na Namíbia, decretado pela administração colonial alemã, em 1904; o ataque japonês contra a China, em especial o massacre de quase 400 mil pessoas e o estupro de 80 mil chinesas em dezembro de 1937, o chamado Estupro de Nanquim; o estupro de cerca de 130 mil mulheres ou meninas (das quais 10 mil cometeram suicídio) pelos soldados soviéticos vitoriosos, deixados à solta por seus oficiais comandantes, em Berlim, em 1945 –, parecem mais remotas. Essas são lembranças que poucos se deram ao trabalho de reivindicar. (op. cit., p. 72)

Acontece que não há uma coleção fotográfica representativa e à altura da contínua tragédia monitorada pelo Unicef. Hiroshima e Nagasaki contam com espetaculares “cogumelos” de fogo e fumaça, além de cenas de devastação inesquecíveis. Funcionam como signos que, ao serem reapresentados à memória, imortalizam a bomba atômica (para que não se possa mais esquecer do que ela faz). Mas nenhuma imagem reivindica os milhões de óbitos relatados pelo Unicef a cada ano. Nenhum *click* conseguiu ainda estabelecer uma linha lógica (ou mágica) entre esses milhões de crianças e o sentido da compaixão (ou a fúria da indignação). Como se não houvesse trauma, como se esses pequenos já fossem números mesmo antes de morrer. E como se esses números, já como corpos vazios, anônimos, apenas mudassem de posição: de fora para dentro do relatório. Ao contrário, desde que as primeiras fotografias de Isabella Nardoni começaram a circular, ela se fez viva, presente, comovente, e reivindicou a mobilização de toda a sociedade. Sontag ajuda a compreender:

O fluxo incessante de imagens (televisão, vídeo, cinema) constitui o nosso meio circulante, mas, quando se trata de recordar, a fotografia fere mais fundo. A memória congela o quadro; sua unidade básica é a imagem isolada. Numa era sobrecarregada de informação, a fotografia oferece um modo rápido de apreender algo e uma forma compacta de memorizá-lo. A foto é como uma citação ou uma máxima ou um provérbio. Cada um de nós estoca, na mente, centenas de fotos, que podem ser recuperadas imediatamente. (op. cit., p. 23)

A desconexão temporal, espacial, jurídica e cultural entre as mortes dessas crianças (que só poderiam estar interligadas por razões ideológicas ou religiosas, conforme cada leitura) acabam por despatriotizar a tragédia. A despeito do expressivo número de falecimentos contabilizados pelos relatórios – repetimos: 9.700.000 em 2006 – o esvaziamento étnico e de identidade cultural dessa multipopulação invisível acaba descoletivizando o coletivo. É como se, de um lado, as crianças perdessem o direito a continuar pertencendo ao povo que pertenciam antes de serem inseridas nessa conta, e, de outro, não pudessem pertencer a um novo grupo social e supranacional (senão enquanto números), como são os médicos sem fronteiras, os militantes do Greenpeace, os astros do pop... Como se, ao morrer, passassem a *descender* de uma abstração, e não mais de seus pais e pátrias. Vem, possivelmente, daí a razão pelas quais matérias jornalísticas que repercutem os relatórios, como vimos e ainda veremos, não aprofundem o assunto para muito além dos números absolutos e iniciais – nem mesmo, no nosso caso, para abordar as mortes brasileiras. O relatório – e não a criança – é o centro da notícia.

Ao não se buscar – ou, pior, ao se negar – um denominador comum histórico para a base de todo o grupo – além do fato de todo ele se irmanar na matemática que parece tentar dar conta da sua morte –, impede-se o surgimento de unidade de sentido para o número que o carrega. Desistoricizar o conteúdo desses relatórios é também uma das formas de torná-los invisíveis. Já que inexitem produções iconográficas coordenadas mundialmente – os motivos que fundamentam os relatórios são mundiais em diversos aspectos, como a miséria, ainda que cada sociedade se coloque de modo único frente ao problema –, dada a inexistência de respectivas iconotecas espalhadas por toda parte, de símbolos históricos, os milhões de crianças que continuam morrendo continuam cabendo em alguns poucos números, uma embalagem anônima, como também parece ser o conteúdo.

Exemplo importante de reivindicação de memória por imagens é o Muzeum Auschwitz, na Polônia, que pode ser visitado física ou virtualmente ([www.auschwitz.org.pl](http://www.auschwitz.org.pl)). Consta que o museu reúne mais de 80 mil sapatos, 3.800 malas de viagem – muitas das quais, com os nomes de seus ex-donos –, 12 mil utensílios de cozinha, 6 mil trabalhos artísticos, entre muitos outros objetos que

pertenceram aos prisioneiros do mais famoso campo de concentração nazista. O seu site dispõe de uma "photo gallery", dotada de milhares de imagens representativas. Uma delas, uma sala que teria funcionado como câmara de gás, onde se sabe terem sido assassinadas milhares de pessoas, vazia, parece evocar a sua própria história e, possivelmente, a entes descendentes, saudade, agonia, dor, a despeito de tudo aquilo que a estatística não pode alcançar, tudo o que está na contramão da sua razão: o exclusivo, a identidade. Essas toneladas de souvenirs reclamam uma aura, e podem ser vistas, podem fazer ouvir, pensar, recusar, rejeitar. Equivalem às fotografias dos cogumelos de Hiroshima e Nagasaki. Não há como esquecer o holocausto. Não há como não se empenhar para que outros dele não aconteçam.

Para poderem existir frente ao mundo civilizado, esses meninos e meninas precisam deixar de ser corpo para se tornar número. E, assim, de tantas que são, essas crianças têm de ser ultracompactadas para se acomodar em tabelas e gráficos, fazendo parte, na fase de levantamentos, de uma sintaxe matemática, e, depois, de um dado único e consolidado, reatualizado ano a ano. O fato é que morrem sempre 26.575 crianças nas próximas (ou últimas) 24 horas – número bastante superior ao de vítimas do ataque contra o World Trade Center. Lá, porém, não bastassem as poderosas imagens que rememoram a tragédia, erigiu-se no local um marco arquitetônico em homenagem aos seus mortos, nominados e conectados por um denominador comum: o terrorismo. As chances de as crianças integrantes dos relatórios virem a fazer jus ao mesmo tratamento, de ultrapassarem o estágio meramente informativo da tragédia, não são grandes. Sontag lembra que “a iconografia do sofrimento tem uma longa linhagem. Os sofrimentos mais comumente considerados dignos de ser representados são aqueles tidos como frutos da ira, divina ou humana” (2008:37). A miséria e o abandono, ainda que exercidos contra crianças cuja possibilidade de consciência crítica e ação (ou reação) é nula, ainda que nos coloque a refletir sobre a possível existência, aí, de uma das grandes covardias na contramão das conquistas éticas, morais e humanistas do nosso tempo, simplesmente não comovem. Não é incomum a ideia de que tudo não passe de um natural processo de controle de natalidade, providenciado por ninguém, pelo acaso – raciocínio que de algum modo dá guarida a uma acomodação ética diante da questão.

Em suma, não é o número de pessoas sob risco de morte e sob a própria morte o fator determinante para o direcionamento da pauta dos grandes jornais, mas a oferta de imagens que ajudem a revitalizar os horrores originais associados à história noticiada. A boneca construída para simular o corpo de Isabella Nardoni, a menina morta por motivo *não* evitável (um surto do pai, supostamente, segundo o promotor responsável pelo caso), ganhou mais horas e centímetros-coluna da imprensa brasileira que os últimos 20 relatórios anuais do Unicef juntos, correspondentes a mais de 200 milhões de crianças mortas, todas com idade igual ou inferior a de Isabella. De Isabella, sabemos basicamente um sorriso, encantador e inesquecível, possivelmente uma das primeiras imagens que nos vêm à mente ao lembrar a menina. Já, das outras 200 milhões de crianças, não sabemos nada além de nove dígitos. Comenta Sontag:

A primeira idéia é que a atenção pública é guiada pelas atenções da mídia – ou seja, de forma mais categórica, pelas imagens. Quando há fotos, uma guerra se torna “real”. Assim, o protesto contra a guerra do Vietnã foi mobilizado por imagens. O sentimento de que algo tinha de ser feito a respeito da guerra na Bósnia foi construído a partir das atenções dos jornalistas – o “efeito CNN”, como foi às vezes chamado – que trouxeram imagens da Sarajevo sitiada para milhões de salas de estar, noite após noite, durante mais de três anos. Esses exemplos ilustram a influência determinante das fotos para definir a que catástrofes e crises nós prestamos atenção, com o que nos importamos e, por fim, que juízos estão associados a esses conflitos. (op. cit., p. 87)

### 3.1.2 A inversão de valores

Norval Baitello Jr. nos ajudou a lidar com o que ele e outros pesquisadores passaram a chamar de incomunicação. Terreno estranho, desconhecido de um modo geral, sobre o qual a literatura educacional formal passa longe. Não se trata apenas do espaço onde a comunicação não acontece, mas, ao contrário, onde ela é efetiva e se dá por meio de lógicas às vezes obscuras, às vezes inaudíveis, às vezes invisíveis, à espreita ou como parte da própria equação sintática que dá sustentação ao raciocínio proposto. Baitello (2005: 9) conceitua:

Quanto mais se aperfeiçoam os recursos, as técnicas e as possibilidades que o homem tem de se comunicar com o mundo, com os outros homens e consigo mesmo, aumenta também, em idêntica proporção, as suas incapacidades, suas lacunas, seu boicote, seus entraves ao mesmo processo, ampliando um território tão antigo quanto esquecido, o território

da incomunicação humana. Assim, andam de mãos dadas e crescem juntas, como irmãs gêmeas, a comunicação e a incomunicação.

Lembremos que cinco não é o mesmo que 5. Se avistamos três pessoas caminhando juntas, pensamos provavelmente em *três*, não em 3, porque somos capazes de compreender os três corpos, em suas três dimensões, constituintes de uma mesma cena, cada qual com sua forma e dinâmica, sua existência. A necessidade de transformar essa imagem num dado pasteurizado, um dígito, para a formulação, por exemplo, de uma notícia, destituirá essas pessoas de suas idiosincrasias, nomes, memória, desejos... Elas três, assim, juntas, passarão a ser tão-somente o dígito 3 (a mesma representação algarítmica que utilizaremos para nos referir a 3 navios, 3 borboletas, 3 partos ou 3 mortes). Nessa perspectiva, é possível sugerir que os algarismos que inundam o noticiário diário comuniquem na mesma medida em que incomunicam. É possível imaginar que porções de algarismos, frequentemente, são representações de valores que fazem sentido mais entre si mesmos (de dado para dado, número para número), numa relação autista, do que entre a notícia e o leitor.

Vilém Flusser propõe um olhar para o que chamou de perda crescente do espaço da comunicação entre os homens: da comunicação corporal, tridimensional, o homem teria passado a se comunicar por meio de imagens bidimensionais (a arte rupestre é exemplo recorrente); ao conquistar a escrita, teria passado para outro estágio da comunicação, unidimensional, fundamentalmente associado à capacidade de codificação, representação. O passo seguinte seria a comunicação digital, nulodimensional, uma vez que tudo passou a ser um código binário virtual, "0 e 1". A partir de "dimensão nenhuma", o homem estaria em busca de reconstruir virtualmente as dimensões superadas. (1985: ). Norval Baitello desenvolve a idéia:

Quando seres humanos tridimensionais são reduzidos a um ponto (um número da estatística, um cliente de banco, um ponto ou um traço nas cotas de audiência, um contribuinte, um número de cadastro, etc.), são, naquela função, seres nulodimensionais. Quando se transformam ou são medidos por uma carreira, um currículo, uma trajetória, são considerados apenas em sua unidimensionalidade. (op. cit., p. 78)

Nossas vidas que, potencialmente, possuem uma dimensão corporal e uma temporalidade multidirecional, com histórias e vivências diversificadas e complexas, acabam se transformando em carreira, em linha, em ascensão

ou queda. (...) Com o desenvolvimento do pensamento lógico, nascido da linearidade da escrita, surge a realidade nulodimensional, habitada pelos pontos apenas (nem linhas, nem superfícies, nem volumes). (...) Passamos a ser um número (...) sem corpo. (op. cit., p. 77)

Parece mais simples a partir da reflexão de Baitello compreender como é possível que milhões de pessoas *caibam* nos mesmos Algarismos que também abrigam grãos, gado e bauxita. Na coluna do jornal ou na voz do jornalista, 10 milhões de crianças é uma medida que se confunde com de 10 milhões de toneladas de aço. É como se a magia do número, que a tudo suprime e a tudo legitima, pudesse servir como representação não apenas matemática, de volume, de peso, de tamanho, mas de conteúdo, também, da qualidade do objeto. Pasteurizar significa homogeneizar, atribuir ao todo as mesmas características que, antes, permitiram o controle sobre a parte. Desde que se possua e aplique a fórmula, quem conhece a parte, conhece o todo. E, nessa perspectiva, 1 e 1 milhão é a mesma coisa, não apenas graficamente, mas na incomunicação que os habita. 10 milhões de crianças, enquanto dado, é uma coisa só, tal quais 10 milhões de tomates. Baitello Júnior aprofunda a análise:

Nossas vidas reduzidas são uma decorrência imediata do mecanismo da transferência dos nossos corpos para as imagens, para as carreiras, para as funções, porque aceitamos passivamente transformar nossos corpos em imagem, em linha, em número. Ao mesmo tempo, não é somente a mídia que promove as dilacerações. Nossa sociedade montou seu funcionamento sobre o fenômeno da dilaceração dos corpos: o desemprego, a pobreza e a fome arrancam o homem do status humano e transformam as pessoas em pedaços de pessoas. (op. cit., pp. 78-79)

O autor nos leva a lembrar que jornalistas são profissionais oriundos da mesma vivência cultural dos profissionais de quaisquer outros segmentos de mercado. O mito da isenção e da neutralidade costuma afetar as técnicas da profissão, não a visão de mundo dos cidadãos *escondidos* por detrás dos profissionais do jornalismo. Visão que, além disso, ainda é muito orientada, segundo a setorização, a especialização, o conhecimento recortado e compartimentado, como ainda veremos com Edgar Morin. Uma vez que desde a formação na graduação, o jornalista entende que os números têm a função de legitimar sua matéria (como também ainda veremos), parece provável que parte significativa dos jornalistas não se dê conta de que, ao aceitar a substituição do que é humano pelo que é numeral, passa a raciocinar no plano do nulodimensional, passa a praticar um

profundo silêncio.

O silêncio que nos habituamos a considerar em nossas formulações lógicas é aquele que se opõe à existência. Silêncio, assim, equivale a não dizer. Mas, como sabemos, ao não dizer, muitas vezes se está dizendo. Eduardo Peñuela Cañizal, in *Os meios da incomunicação* (2005:15), destaca que “(...) o silêncio é um código tão importante quanto qualquer dos outros códigos de que nos servimos para falar”. Não raro, a própria solução de uma piada se deve ao tempo dado ao ouvinte para que ele, ao se deparar com o silêncio, compreenda o sentido final do texto. O silêncio – nesse caso, linguístico e intencional – requeria do leitor o chamado conhecimento ilocucional (KOCH, 2007:46) para supor e complementar o sentido pretendido pelo autor. Eram “frases de silêncio”, que, conforme a densidade das histórias, ganhavam a eloquência de gritos da ironia. A comunhão entre leitor e autor, a essa altura, se dá muito mais por meio da cumplicidade já conquistada mutuamente que por conta exclusivamente da relação e decodificação textuais. E, a essa altura, o silêncio é franco e reconstruído por parte do leitor-sujeito. Silêncio, aí, é valor.

Mas o silêncio afeito à incomunicação ainda não é esse. A questão é que o silêncio pode forjar-se de natureza mais estranha, dissimulada, sobre um terreno em que a cumplicidade entre autor e leitor não seja consentida, mas “imposta”. Diz Cañizal: “Não é difícil constatar, por exemplo, que as palavras e as imagens de uma notícia que remete a um acontecimento 'esboçam frases de silêncio' e que, às vezes, esses 'enunciados mudos' fornecem mais informações do que o texto explícito da notícia (...)”. (2005:15) Os memoráveis personagens do cartunista Henfil, como a Graúna, encerravam muitas vezes os seus quadrinhos com o *silêncio*, ou seja, sem balão de texto, *fitando* o leitor, como se estivessem *dizendo* (e estavam) o que não diziam.

Ao abordar o que chama de “imagem técnica” (imagem produzida por aparelho, posterior, portanto, à imagem tradicional, anterior à escrita), Flusser (1985: 10) argumenta que “o caráter aparentemente não-simbólico, objetivo, das imagens técnicas faz com que seu observador as olhe como se fossem janelas e não imagens. O observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos (...)”. Ou seja, aqui já não há *acordo* ou *cumplicidade* ou a clara

consciência da mediação e manipulação, mas a aceitação pura e simples do que e de como se vê – e, na mesma medida e pelas mesmas razões, **do que e de como não se vê** –, como se o invisível inexistisse. Para aplicar a ideia, lembremos novamente de Isabella Nardoni. Embora não tenhamos assistido a imagens da morte da menina, uma série de outras imagens foram emprestadas (leia-se: criadas, editadas, roteirizadas, musicadas, dramatizadas etc.) em seu lugar – imagens técnicas, sob a promessa da sobriedade jornalística, consumidas como a expressão nua e crua do real. Como seria possível, sem esses mesmos recursos, enxergar a morte a partir exclusivamente do código 1 (para representar uma menina de 5 anos de idade)? O algarismo silencia, cala o que possa haver de real na informação, embora se garanta que o manual do jornalismo esteja sendo cumprido à risca (números devem garantir isenção à informação e, conseqüentemente, credibilidade à notícia).

A esse respeito, a professora e pesquisadora Genilda Alves de Souza, em sua defesa de dissertação de mestrado (Faculdade Cásper Líbero, 2009) analisou como a imprensa nacional, segundo ela, se apropria de dados de pesquisa de opinião (área em que a professora é especialista) para compor e legitimar a informação. Demonstrou que ao serem retirados de seu ambiente *natural* e transpostos para o texto jornalístico, os dados estatísticos, invariavelmente, ganham conotações diversas, conforme a orientação e as escolhas do jornal e do jornalista. Destacou que, ao entrevistar cinco jornalistas com destacada experiência profissional (de um grande jornal diário e uma conhecida revista semanal, ambos sediados no município de São Paulo), em busca de suas opiniões e pontos de vista, todos foram tácitos ao afirmar que os números de pesquisas dão credibilidade às suas notícias, uma vez que esses garantem isenção a elas. Entretanto, a pesquisa da professora Genilda Alves de Souza aponta para o sentido contrário, por conta de como os dados são recortados pelo olhar jornalístico.

O recorte que o jornalista faz dos dados estatísticos equivale ao que ele acredita ser de mais interesse, sustentou a professora durante a sua defesa. Além disso, ressaltou que as conexões estabelecidas a partir dos dados estatísticos são sempre conotativas. Para explicar, exibiu uma manchete do jornal *O Estado de São Paulo*: “Cresce aprovação de Lula, apesar das crises”. A edição foi publicada

durante o chamado “caos aéreo”, crise que aturdiu a sociedade quanto à aviação comercial brasileira, deflagrada a partir do desastre ocorrido com um grande avião em São Paulo, em 2007, seguido de uma greve de operadores de aeroportos. A chamada de capa tentou correlacionar dois elementos distintos entre si: um dado estatístico sobre a popularidade do presidente da República e, ao mesmo tempo, a crise da aviação. Um dos membros da banca perguntou à pesquisadora se não é esse o papel da imprensa, o de contextualizar o dado, para que ele não se perca da realidade. Explicou, então, que a matéria que se seguia após a manchete tratava exclusivamente da referida pesquisa de opinião e que em nenhum momento o questionário incluiu alguma questão acerca da “crise aérea”. Ou seja, quem estabeleceu a linha lógica entre o dado apurado por um órgão de pesquisa (neste caso, acerca da popularidade do presidente) e uma crise pontual que já ocupava significativo espaço nos jornais da época foi o próprio jornal, e não a pesquisa ou até mesmo uma relação objetiva de causa e efeito entre os dois elementos que constituíram a manchete.

A pesquisadora conclui em sua dissertação:

Os dados quantitativos colocados na mídia estão a serviço da “espetacularização da mensagem midiática”, concedendo às notícias a credibilidade necessária e isentando-as de seus conteúdos verdadeiros: o mercadológico, o político, o ideológico (2009: 125).

A linguagem matemática facilita e reforça os mitos de transparência, neutralidade e independência do discurso jornalístico, principalmente se estiver sobre a forma de pesquisas de opinião. Não é mais o jornalista expondo a sua verdade. Trata-se do jornalista informando a verdade para o seu público, traduzida nos números da pesquisa, na opinião da maioria (op. cit., p.125).

Parece razoável depreender daí a possibilidade de um olhar mais atento aos enunciados utilizados como exemplos neste Capítulo (“Como a imprensa costuma divulgar os relatórios”, Capítulo 1, subitem 1.3.2). Expressões como “pela primeira vez na história recente” (Relatório Unicef, 2008), “a luta contra a mortalidade infantil teve progressos reais” (UOL, 2007) e “avanço notável” (*Folha de S. Paulo*, 2008), por exemplo, parecem agora, sob exame mais rigoroso, ancorarem-se em expectativas e avaliações **externas** às próprias pesquisas do Unicef, alheias àquilo que esses levantamentos apuram; parecem levar a conexões tão ilógicas quanto à demonstrada pela pesquisadora Genilda Alves de Souza. O mote oferecido pelo

próprio relatório do Unicef (“pela primeira vez na história recente”), como já discutimos, parece ter favorecido as (ou resultado nas) sintaxes jornalísticas “teve progressos reais” e “avanço notável” das matérias mencionadas. Esse mote – ou “gancho”, como chamam os jornalistas – está conectado à ideia de alcance de uma *barreira* aritmética fictícia (simbólica), de cima para baixo, a marca dos 10 milhões. Uma vez que a redução do número absoluto encontrou e ultrapassou a *linha* dos 10 milhões, a notícia passou a ter o seu gancho estabelecido. O *fato* matemático desse episódio, que conforme pesquisamos orientou a maior parte dos *leads* jornalísticos, foi a tônica da informação. Como a marca dos 10 milhões foi obtida por meio da redução e não do crescimento, a notícia *precisava* ser *boa*.

É verdade que essa ideia conta com um segundo cenário, que requer uma segunda leitura, baseada no plano Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, um acordo internacional focado na redução do número da mortalidade infantil em dois terços até 2015, tomando-se por base os registros de 1990 (cerca de 13 milhões de mortes). Dessa forma, chegar a um número inferior aos 10 milhões equivaleria a algum significado como “estamos nos movendo em direção à meta que estipulamos”. No entanto, apesar disso, não há como explicar em que ou por que esse raciocínio abstrato atenua a dor das 9,7 milhões de crianças mortas e seus familiares em 2006 por razões evitáveis. São conteúdos díspares, dissociados na realidade, insociáveis em suas naturezas distintas, mas correlacionados na retórica do relatório e no discurso jornalístico; associados, ainda, por meio de um pacto institucional, à autoridade do planejamento, à demonstração de efetividade com que as metas vêm sendo conquistadas, apesar dos pesares. Esse parece ser o ambiente que gera o poder de convencimento para a criação de pautas jornalísticas, posto que os números parecem ter exatamente essa função para a imprensa, como já vimos.

A atuação, nesse caso, da incomunicação fez com que **o visível e o invisível trocassem de posição**: de um lado, já não é amargo tomar ciência do real, que é a morte de 9,7 milhões de crianças por razões evitáveis; já não é amargo dar-se conta da declaração matemática e pública da perda evitável de mais de 10 milhões de crianças vezes o número de anos desde 1990, algo acima de 200 milhões; de outro lado, há motivo para alguma celebração ao se tomar ciência do abstrato, do

apontamento de um número que, ao sofrer uma queda decimal, ao estar 3% abaixo de determinada medida simbólica, tornou-se o centro das atenções e dos discursos.

A propósito, o número persistiu em queda de 2006 a 2007, de 9,7 para 9,2 milhões de crianças, segundo o relatório do Unicef 2009, não contemplado pela nossa pesquisa. O decréscimo do número de mortes, desta vez, foi de aproximadamente 5%. Entretanto, sem qualquer *efeito* numérico interessante, a redução, agora, não mereceu a mesma atenção da imprensa. O foco do relatório, o novo gancho a servir de chamariz para os jornais, é a situação atual da saúde materna e neonatal. Diz o relatório de 2009, na abertura de seu prólogo: "Desde 1990 – ano de referência para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – estima-se em 10 milhões o número de mulheres que morreram devido a complicações relacionadas à gravidez e ao parto; e em cerca de 4 milhões o número de recém-nascidos que morrem a cada ano antes de completar 28 dias de vida. (Relatório SMI 2009, Prólogo)

### **3.1.3 O discurso imagético dos relatórios – quando as imagens revelam o que também sonegam**

O relatório “Situação Mundial da Infância” traz, a cada ano, uma sequência de fotografias (25, em média) que funcionam como registros complementares às informações textuais. A exemplo das narrativas jornalísticas, tais imagens se alinham aos conteúdos diagramados ao seu redor, fotos que, invariavelmente, encurtam caminhos para a compreensão do que se está ali abordando. Não são imagens que correspondam isolada e factualmente aos dados impressos nas colunas ao lado, tal qual a estreita relação jornalística entre texto e fotografia. Mas são imagens documentais, extraídas do cotidiano, associadas diretamente à realidade abordada, escolhidas, pontualmente, para ilustrar os temas que se vão apresentando ao longo dos textos e quadros estatísticos, como: agentes do UNICEF, crianças assistidas por programas institucionais, mulheres engajadas em movimentos comunitários, ações apoiadas pelo UNICEF, e até a própria diretora executiva do Fundo, que marca a abertura dos três relatórios pesquisados.

Tomada em seu conjunto, cada sequência anual de imagens parece dizer

algo mais do que diz individualmente cada fotografia que a integra. Isso porque cada grupo de fotografias apresentadas como independentes entre si parece se subordinar à pauta do documento, de modo que, como em um móbile, uma imagem acaba implicando o movimento (ou significado) de outra. Tal como os conteúdos alfanuméricos atendem a uma ordem estabelecida conforme a pauta temática que alimenta e orienta toda a narrativa, as imagens parecem obedecer a um eixo imagético pré-definido. Ao leitor comum, ou mesmo ao jornalista que avalia cada um desses relatórios ao seu tempo, a percepção dessa dinâmica de conjunto parece improvável, dado o intervalo anual entre um relatório e outro.

Ao compreender a relação de implicação documental entre imagem e escrita, o leitor será levado a contemplar a “coleção” de fotografias como registro visual daquilo que o relatório resume como importante, relevante. A inserção da fotografia da diretora executiva do Unicef, Ann Vaneman, na abertura de todos os relatórios, ajuda a estabelecer confiabilidade no sentido de que as imagens bem representem os textos. Não se trata, enfim, de uma técnica jornalística, mas institucional, administrativa, de quem procura prestar contas.

Posto que o denominador comum a todos os relatórios é o foco sobre a expressiva mortalidade infantil por razões sempre “evitáveis”, seria de se esperar que as imagens fotográficas compusessem “coleções” equivalentes umas as outras, embora compostas sempre por imagens únicas (tais quais fotos de jogadores de futebol em ação, sempre únicas, apesar de todas estarem vinculadas a um cenário-chave, um móbile em permanente movimento). Os motivos centrais técnicos, afinal, que levam aos milhões de mortes anualmente são, a princípio, segundo os estudos do Fundo, os mesmos, quase sempre associados à extrema pobreza: falta da distribuição de água tratada, falta de alcance efetivo da saúde pública, comprometimento do aleitamento materno e falta alimentação básica etc.

Mas não é isso o que acontece com os referidos conjuntos imagéticos. Como podemos verificar no Anexo 1 (pdf dos três relatórios em questão), as três coleções fotográficas dizem coisas distintas entre si, embora todas estejam ali para tratar, ao final, do mesmo assunto: morte evitável de crianças.

No primeiro relatório, de 2006, do início ao fim, poucas são as imagens em

que crianças aparecem sorrindo ou atendidas em suas necessidades básicas. Ao contrário, quase todas as fotos indicam situações-limite, de pobreza, abandono, abuso, incerteza. “Invisíveis e excluídas”, título do documento, estabelece um diapasão para os assuntos e, conseqüentemente, as respectivas imagens. Não será difícil, ao folhear o relatório, perceber a densidade dramática de seu conteúdo a partir desse conjunto fotográfico. Ressaltamos a fotografia final, de uma criança por trás de uma porta entreaberta, sugerindo uma evidente sensação de total abandono.

Já o conjunto fotográfico presente no relatório relativo a 2007 remete a outro olhar, aparentemente menos preocupante, mais sereno, longe de situações-limite, com semblantes mais confiantes e esperançosos. A figura da mulher, como sugere o título, “Mulheres e Crianças – o duplo dividendo da igualdade de gêneros”, aparece imponente em sua importância social, coragem profissional, capacidade de organização e até sua beleza. Afeto entre mãe e filho e segurança quanto à integridade física estão mais presentes. Algumas fotografias de mulheres em situação de trabalho foram realizadas com lentes teleobjetivas, que aproximam a imagem e privilegiam o assunto em foco, em detrimento do restante do quadro, desfocado; outras fotos registram mulheres de baixo para cima, “engrandecendo” a imagem feminina; várias fotografias também expressam cuidado notadamente especial com a vestimenta de quem é fotografado, num tom bastante diferente da dramaticidade obtida com o conjunto fotográfico presente no relatório anterior.

O terceiro conjunto fotográfico, atribuído ao relatório intitulado “Sobrevivência infantil”, de 2008, traz (de forma ainda mais distante em relação ao primeiro conjunto de imagens) a ideia da possibilidade de se superarem os obstáculos impostos pela pobreza e limitações sociais. Os sorrisos são fartos. A segurança e integridade física são garantidas. Os cuidados básicos de saúde são assegurados. Como quem diz: “É assim que se deve fazer”. Em uma das imagens, um bebê sequer chora ao receber uma injeção, enquanto se espera que todo bebê chore nessa situação. Há, parece, um discurso imagético que remete à ideia de “estamos no caminho certo”. E mais do que isso, que reforçam (e se alinham com) o discurso matemático. Os números absolutos, de um modo geral, nesse mesmo relatório (2008), como vimos, dizem o mesmo que as fotos tentam dizer por outro caminho: a redução de 13 milhões de mortes, em 1990, para 9,7 milhões, em 2006, de fato parece assegurar uma notícia

animadora, esperançosa – não fosse, como veremos a seguir, as desconexões entre essas imagens e combinações numéricas outras, decorrentes dos (e paralelas aos) dados oficiais (à sombra da comunicação, pelo caminho da incomunicação).

O fato é que, se o discurso matemático em torno da mortalidade infantil estabelece uma sintaxe previamente articulada, as fotografias escolhidas para legitimar os registros dos relatórios parecem cumprir, da mesma maneira, uma função previamente estudada. A rápida comparação entre o primeiro e o terceiro conjunto de imagens parece ser uma evidência contundente disso. O terceiro conjunto fotográfico, relativo ao relatório de 2008, nega o que o conjunto de 2006 expressa.

### **3.1.4 O discurso matemático dos relatórios – números que desinformam enquanto informam**

Há uma infinidade de possibilidades de leitura para os muitos números apresentados pelos relatórios Situação Mundial da Infância. As tabelas reúnem dados acerca dos mais variados assuntos, como, por exemplo, a predominância da presença de meninos em relação às meninas nas escolas públicas, ou a prevalência de crianças negras à medida que os índices da mortalidade se agravam etc. Alguns detalhamentos chegam ao ponto de enxergar até a relação entre a formação escolar da mãe com o número de mortes prematuras de crianças, sugerindo que garantir vaga escolar à mãe equivale a reduzir a taxa de mortalidade infantil. Em suma, os relatórios trazem, pela linguagem matemática, uma grande variedade de possibilidades e remetem a inúmeras indagações e, portanto, incontáveis pautas jornalísticas em potencial.

Entretanto, em todos os relatórios, a primeira tabela proposta pelos quadros estatísticos do Unicef – possivelmente aquela que mais chame a atenção dos jornalistas – traz o *ranking* internacional (termo utilizado pelos jornais que observamos, não pelo Unicef) da mortalidade infantil, listando em ordem decrescente todos os países vinculados à ONU, de modo que o primeiro colocado apresenta o número mais elevado de mortes evitáveis a cada mil crianças nascidas,

enquanto o último colocado, o menor número. “Ranking”, termo largamente empregado pela imprensa ao repercutir os relatórios, costuma orientar, como sabemos, nos esportes em geral, a posição hierárquica de sucesso ou insucesso entre os competidores.

Possivelmente por conta da lógica de como estão representados e ordenados ali os quase 200 países que integram o estudo, não seja necessário pedir à imprensa que adote um termo ao qual ela já esteja tão familiarizada. Costumeiramente jornalistas lidam com “rankings”: as ações mais valiosas, as empresas mais ricas; o risco-Brasil, o crescimento econômico dos países, os produtos responsáveis pela alta inflacionária etc. No caso, especialmente, das análises econômicas, como, por exemplo, responsabilizar as panificadoras pela alta inflacionária em virtude de aumentos sucessivos do preço do pãozinho pode levar ao debate sobre a legitimidade desses aumentos de preço. Há, aí, implicitamente, até do ponto de vista das razões históricas do jornalismo, um motivo claro para a adoção da idéia do “ranking” e de outras tantas sintaxes da estatística.

Mas a ideia de “ranking”, em se tratando do nosso objeto de estudo, traz consigo um desafio implícito: não parece haver sentido para um termo que sugira uma competição ou um jogo comparativo entre realidades sociais distintas (em busca de quem perca menos crianças de até 5 anos por razões evitáveis). Afinal, esses números seriam independentes, autônomos, cada qual relativo a uma determinada realidade socioeconômica e cultural, histórica. Em última análise, voltaríamos então à discussão sobre as muitas diferenças entre o “3” e o “três”. 3 crianças asiáticas ou norte-americanas são tidas simplesmente como um mesmo dado. Para Flusser, como vimos, esse seria o estágio nulodimensional da comunicação. É a partir daí que o número incomunica, pois ele passa a dar conta, além daquilo que conhece, também do que desconhece, que, nesse caso, é a diferença, a nuance, a idiosincrasia, ora, o humano. A morte, no caso do nosso objeto, é tão única quanto cada criança a morrer. Matematizar o universo das mortes é um modo de lidar com elas, não de conhecê-las.

Ao se elencarem os dados consolidados país a país, por meio de uma ordenação (como o *ranking*), o que se tem em construção é um discurso, pois os dados, já nulodimensionais, passam a integrar um conteúdo despersonalizado,

aquém daquilo que os próprios números supostamente significariam isoladamente. 20 crianças brasileiras mortas a cada mil nascidas vivas são "poucas" em comparação às 270 por 1000 de Serra Leoa; mas são muitas diante das 7 por 1000 registradas em Cuba no mesmo período. Ou seja, ao contrário do que aparentemente se pretendia ao reunir dados em tabelas (detê-los, contê-los, sabê-los), tais números ganham relatividade e passeiam por significados diferentes quando apresentados segundo a lógica do "ranking". De novo, empreguemos aqui a metáfora do móbile, cuja dinâmica não envolve apenas as imagens fotográficas dos relatórios, mas também seus dados numéricos absolutos.

Observemos a tabela abaixo, apresentada pelo relatório Situação Mundial da Infância 2008, que, como de costume, é o primeiro dentre uma série de quadros estatísticos apresentados pelo documento, e, em seguida, a respectiva repercussão gerada em dois dos maiores jornais do País, *O Estado de São Paulo* e *Folha de S. Paulo*:

A tabela do relatório SMI de 2008 (constam, aqui, apenas as primeiras 50 linhas):

#### **Relatório Situação Mundial da Infância (crianças de 0 a 5 anos)**

| <b>País</b>          | <b>Classificação geral</b> | <b>Mortes por 1000</b> |
|----------------------|----------------------------|------------------------|
| Serra Leoa           | 1º                         | 270                    |
| Angola               | 2º                         | 260                    |
| Afeganistão          | 3º                         | 257                    |
| Níger                | 4º                         | 253                    |
| Libéria              | 5º                         | 235                    |
| Mali                 | 6º                         | 217                    |
| Chade                | 7º                         | 209                    |
| Guiné Equatorial     | 8º                         | 206                    |
| Rep. Dem. do Congo   | 9º                         | 205                    |
| Burquina Fasso       | 10º                        | 204                    |
| Guiné-Bissau         | 11º                        | 200                    |
| Nigéria              | 12º                        | 191                    |
| Zâmbia               | 13º                        | 182                    |
| Burundi              | 14º                        | 181                    |
| Rep. Centro-Africana | 15º                        | 175                    |
| Suazilândia          | 16º                        | 164                    |
| Guiné                | 17º                        | 161                    |
| Ruanda               | 18º                        | 160                    |

|                     |             |           |
|---------------------|-------------|-----------|
| Camarões            | 19º         | 149       |
| Benin               | 20º         | 148       |
| Somália             | 21º         | 145       |
| Moçambique          | 22º         | 138       |
| Uganda              | 23º         | 134       |
| Lesoto              | 24º         | 132       |
| Djibuti             | 25º         | 130       |
| Costa do Marfim     | 26º         | 127       |
| Congo               | 27º         | 126       |
| Mauritânia          | 28º         | 125       |
| Botsuana            | 29º         | 124       |
| Etiópia             | 30º         | 123       |
| Quênia              | 31º         | 121       |
| Gana                | 32º         | 120       |
| Malawi              | 33º         | 120       |
| Tanzânia            | 34º         | 118       |
| Senegal             | 35º         | 116       |
| Madagascar          | 36º         | 115       |
| Gâmbia              | 37º         | 113       |
| Togo                | 38º         | 108       |
| Zimbábue            | 39º         | 105       |
| Mianmá              | 40º         | 104       |
| Iêmen               | 41º         | 100       |
| Paquistão           | 42º         | 97        |
| São Tomé e Príncipe | 43º         | 96        |
| Gabão               | 44º         | 91        |
| Sudão               | 45º         | 89        |
| Azerbaijão          | 46º         | 88        |
| Camboja             | 47º         | 82        |
| Haiti               | 48º         | 80        |
| Índia               | 49º         | 80        |
| Laos                | 50º         | 75        |
| <b>Brasil</b>       | <b>113º</b> | <b>20</b> |

A repercussão no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 23/1/2008:

### **Situação da infância no Brasil melhora**

#### **UNICEF: AVANÇOS E DESIGUALDADES**

País avança 27 posições em ranking que avalia mortalidade até os 5 anos

A vida das crianças brasileiras melhorou. O relatório Situação Mundial da Infância 2007 do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), divulgado ontem, mostra que a mortalidade infantil no País caiu. Entre 194 países, o Brasil melhorou 27 posições em um ano no ranking que avalia a chance de meninos e meninas chegarem aos 5 anos. Ainda assim, a possibilidade de uma criança morrer em

Alagoas é mais de três vezes maior do que uma nascida em São Paulo ou em Santa Catarina. Nos últimos cinco anos, 20 mil crianças brasileiras foram salvas por intervenções simples, como exames pré-natais, cuidados preventivos, vacinação e políticas de alimentação adequada. A maioria, nas regiões mais pobres do País. É no Norte e no Nordeste que houve os maiores avanços. Mas, como também é nesses lugares que se concentra a pobreza, ainda há muito que avançar. 'Houve uma queda de mais de 50% na mortalidade no Brasil desde 1990, o que mostra um caminho correto', avalia a representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier. 'Agora, se podemos ter esse avanço, ele precisa ser para todos. Um País que consegue fazer acontecer, precisa fazer para todos os grupos.' Marie-Pierre lembra que a mortalidade entre crianças negras brasileiras é 48% maior que entre as brancas. Entre as indígenas, 138% maior. Dos 3 milhões de crianças que nasceram em 2005 no Brasil, 400 mil não foram registradas. Se na região Sul o sub-registro é zero, no Nordeste uma em cada cinco crianças não é registrada. O número de crianças em creche na região Norte é a metade da região Sudeste, apesar do índice nesses Estados, 19,2%, também não ser ainda dos melhores. Dos 20,5 milhões de crianças brasileiras até 6 anos de idade, 56% vivem em famílias com renda per capita abaixo de meio salário mínimo por mês. Ainda assim, o Unicef vê avanços significativos nas regiões mais pobres. 'Há uma tendência na diminuição da desigualdade. Se analisarmos a evolução, é onde há mais pobreza que os ganhos foram maiores. Nos Estados do Sul e do Sudeste, também houve avanços, mas foram menores', afirma Marie-Pierre Poirier. Um dos avanços brasileiros mereceu um texto explicativo na versão internacional do relatório do Unicef. O Programa de Saúde da Família (PSF) e de agentes comunitários de saúde foi tratado como um exemplo. 'Desde 1990, a introdução do programa de agentes comunitários de saúde contribuiu para a redução nas mortes de bebês em todo o País, especialmente nas regiões mais pobres', diz o relatório. A representante do Unicef, no entanto, afirma que o governo brasileiro precisa fortalecer sua própria capacidade de atendimento em saúde e também em educação, transformando o que hoje são campanhas em ações permanentes. 'É sempre preciso acelerar. Não se pode trabalhar com campanhas ou ações pontuais', afirma.

Essa matéria é seguida de outros dois textos, sob os títulos "Estados pobres avançaram mais que ricos" e "Morte no primeiro mês de vida cresce 10 pontos", igualmente todos focados em dados relativos ao Brasil, embora o relatório seja internacional. Todo o conteúdo internacional aparece reduzido a um quadro ilustrativo com uma relação aleatória de 20 países, iniciando-se pelo 1º país onde o índice é o maior e se encerrando pelo 189º país, onde a taxa é a menor, para posicionar a *situação* do Brasil, em 113º lugar.

Agora, a repercussão do diário *Folha de S. Paulo* (editorial), publicada em 24/1/2008:

### **Avanço notável**

Redução da mortalidade infantil é significativa, mas restam ainda muitos desafios

### para aperfeiçoar atendimento pré-natal

Num período de 16 anos, o Brasil conseguiu reduzir quase à metade (46,9%) o seu índice de mortalidade infantil. Relatório divulgado nesta semana pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostra que, entre 1990 e 2006, a taxa de óbitos de crianças entre 0 e 1 ano caiu de 46,9 por mil nascidos vivos para 24,9 por mil. Quando considerado o conceito mais elástico de mortalidade na infância, que contabiliza óbitos ocorridos até os cinco anos, o resultado é semelhante. Em 1990, morriam 59,6 crianças a cada mil nascidas vivas, contra 29,9 por mil em 2006. É um avanço digno de nota. O ritmo da melhora supera a média mundial. A boa nova não deve, entretanto, obscurecer os desafios que restam. São ainda muito grandes as disparidades entre as diversas regiões do país e entre grupos sociais. A taxa de mortalidade infantil (0 a 1 ano) registrada no Nordeste (36,9 por mil), por exemplo, é 48% maior do que a média nacional. Já o risco de uma criança de família pobre perecer antes de completar um ano é mais do que o dobro do de um bebê cujos pais têm altos rendimentos. O mesmo se verifica em relação a grupos étnicos. O índice de mortalidade para a população indígena é 138% maior do que para a população branca; já o de filhos de mães negras é 37% superior ao registrado entre brancas. Outro ponto importante diz respeito à continuidade das reduções. Avançar a partir de agora tende a tornar-se cada vez mais difícil. Os progressos verificados até o momento são atribuídos principalmente a melhorias nas condições de vida em geral. Influíram fatores como maior acesso a saneamento básico, cobertura vacinal, aprimoramento do modelo de atenção à saúde – com destaque para o sistema de médico da família – mais mães freqüentando a escola e até melhora discreta no perfil da renda. Isso contribuiu para reduzir de modo mais acentuado as mortes por doenças infecciosas e parasitárias, que são as principais causas de óbito de bebês de mais de um mês. A faixa na qual agora se concentram as mortes, com 51% do total de óbitos, é a chamada neonatal precoce (zero a seis dias). Aí as causas de óbito mais comuns são problemas relacionados ao parto, como descolamento de placenta, asfixia ao nascer, prematuridade etc. Não são questões que se resolvam “no atacado”, com obras ou com investimentos de caráter geral. Ao contrário, para prevenir as mortes neonatais há que fazer esforços direcionados às gestantes individualmente. É preciso que elas tenham acesso a um bom atendimento pré-natal. O dado de que, entre 2000 e 2005, houve um pequeno aumento (2,1%) da mortalidade materna, que passou de 52,3 óbitos por cem mil bebês nascidos vivos para 53,4, reforça essa tese. Sem prejuízo das demais ações sanitárias, é preciso direcionar esforços para que mulheres grávidas tenham acesso a pelo menos seis consultas pré-natais e de fato compareçam a elas, como recomenda a OMS.

Em suma, duas características são comuns a ambos os textos: a) o assunto que tem dimensão internacional foi reduzido ao interesse nacional e, presumivelmente, com a ajuda da lógica do “ranking”; b) em nenhum momento a natureza das mortes, a razão de constarem do relatório (e de serem, portanto, “evitáveis”) torna-se assunto principal.

Não se pode dizer, assim entendemos, que os gráficos totalizadores

apresentados pelo Unicef e reproduzidos pelos jornais de grande circulação não sejam legítimos. São dados que ajudam a compreender em que condições sociais se encontram as nações. Ou, como diz a pesquisadora Genilda Alves de Souza (2009: 125):

A nossa postura crítica diante dos usos que a imprensa faz das estatísticas, não pode ser confundida com a negação da necessidade e da importância da comunicação de resultados de pesquisa na mídia. Antes de tudo defendemos a utilização desta ferramenta para analisar a realidade. O que nosso estudo procurou apontar é que tanto os veículos de comunicação como os produtores de pesquisa devem buscar formas de usar e promover as análises estatísticas sem o comprometimento de seu sentido e significado.

A comparação matemática no formato “ranking”, antes de alimentar um estudo comparativo distorcido, estabelece dados referenciais de saúde social, de rumo histórico e que, justamente pelo fato de poderem ser comparados entre si, tornam-se conteúdo informacional, ainda que relativo e subordinado aos desvios que vimos percebendo e salientando (como no Capítulo 1, item 1.2.2.1: “O que são os relatórios”). Entretanto, o que os jornais não costumam fazer, como verificamos, é ir além da ideia reducionista de listar posições numéricas e reproduzir outros dados de ordem comparativa; **não costumam buscar respostas ou ao menos remeter o leitor a uma questão central e que se interpõe aos três relatórios observados: se as mortes são evitáveis, por que acontecem?** Não nos referimos, obviamente, às causas técnicas conhecidas, como a falta d’água tratada e de medicação e alimentos básicos, mas ao “buraco” lógico decorrente de uma obviedade: 194 países reafirmam, anualmente, por documento oficial, que morrem todo ano cerca de 10 milhões de crianças de 0 a 5 anos de idade equivocadamente. Não se trata de uma discussão semântica: a adoção do termo “evitável” não é casual; ao contrário, ela representa um pensamento muito bem definido, que permeia todos os relatórios analisados.

Que os relatórios não avancem para além das respostas técnicas e primárias, como a falta de saneamento básico, por exemplo, é compreensível na medida em que o papel do levantamento, segundo consta, é o de oferecer uma espécie de radiografia das carências sociais encontradas. Mais difícil de compreender como aceitável é a reprodução desse papel por parte de jornais diários, aos quais, pressupomos, cabe a investigação não apenas em seus aspectos técnicos, mas,

como obviamente imaginamos, também em suas diversas outras possibilidades. O método, por exemplo, de oferecer às autoridades conclusões técnicas contraditórias como gancho para a produção de notícia não é algo novo, é da prática centenária do jornalismo. Boa parte do noticiário brasileiro diário se apoia sobre a especulação de contradições. É da natureza jornalística investigá-las.

Em 2009, uma crise econômica mundial deflagrada nos Estados Unidos ameaçou desmoralizar progressiva e irremediavelmente todo o sistema bancário mundial. A resposta, imediata, liderada pelos governos mais ricos, foi a cessão de aproximadamente dois trilhões de dólares a instituições que ocupavam posições estratégicas no cenário internacional, segundo informou o noticiário. A tática parece ter funcionado, contido o furor mais destrutivo da crise. No Haiti, a recente tragédia decorrente de um terremoto tornou-se em poucos dias uma das prioridades mundiais. Episódios agudos como esses mobilizam a imprensa e o mundo, revezam-se no topo do noticiário. Parece sustentável afirmar que as tragédias crônicas são mais perigosas e nocivas à humanidade que as tragédias agudas, em que pesem acontecimentos como a morte instantânea de dezenas de milhares de pessoas como aconteceu há pouco no Haiti – mortes, aliás, inevitáveis. É clara a noção que orienta o próprio jornalismo no sentido de que podemos ou devemos responder mais rapidamente ao que rapidamente se abate sobre as sociedades. Uma crítica nessa direção teria integrado o discurso oficial do governo brasileiro durante encontro que reuniu líderes mundiais em Roma (ITA) para debater segurança alimentar mundial em 16/11/09. Segundo o portal brasileiro R7 Notícias, vinculado à TV Record, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, teria declarado no encontro que:

Perante a ameaça de um colapso financeiro internacional, causado pela especulação irresponsável e pela omissão dos Estados na regulação e na fiscalização do sistema, os líderes mundiais não duvidaram em gastar centenas e centenas de milhões de dólares para salvar a queda dos bancos. Com menos da metade desses recursos, seria possível erradicar a fome do mundo. A luta contra a fome segue, no entanto, praticamente à margem da ação dos governos. É por assim dizer invisível. Muitos parecem ter perdido a capacidade de se indignar com um sofrimento tão distante de sua realidade e experiência de vida. Mas os que ignoram ou negam esse direito, acabam perdendo sua própria humanidade. ([www.r7.com.br](http://www.r7.com.br) – publicado em 16/11/2009)

No caso dos relatórios do Unicef, as repercussões jornalísticas, atentas

muitas vezes mais à dinâmica dos “rankings”, volta *sempre* à estaca zero, à (re)atualização do número, ano a ano – como se o crônico voltasse a ser pontual, e um pontual que só parece merecer mais atenção da mídia na medida em que as posições do “ranking” se alteram. Como vimos, a partir do levantamento que produzimos, poucas são as inserções jornalísticas que questionam, por exemplo, as diferenças muito expressivas entre os resultados matemáticos africanos e os resultados brasileiros. Enquanto a mortalidade infantil no Brasil decresce, a africana é uma das que cresce. Se os relatórios em questão fossem nacionais, estariam de acordo com títulos e textos, às vezes, até entusiasmados a partir dos resultados brasileiros. Mas posto que os relatórios são internacionais e dão conta de que a tragédia da mortalidade infantil, não bastasse ser “evitável”, como assegura o Unicef, é estável ou crescente em boa parte do mundo (a mais pobre), parecem passionais esses cortes editoriais que conseguem isolar uma *pequena* “boa notícia” de uma “má notícia” muito maior: a morte evitável de 9,7 milhões de crianças. Passionalidade que, aliás, corresponde adequadamente à ideia de “ranking”. Quando Norval Baitello Júnior nos ajuda a entender que a Comunicação e a Incomunicação se irmanam como gêmeas, percebemos objetivamente aí o porquê.

Os dados numéricos apresentados pelos gráficos dos relatórios do Unicef podem sofrer rearranjos, conforme a informação que queiramos compreender (ou no mínimo, conforme o ponto de vista de onde queiramos enxergar a questão), escondida por trás da sintaxe matemática predominante. Tomando por base, novamente, a tabela principal do relatório Situação Mundial da Infância de 2008, apresentada acima, tal qual a forma original da apresentação (utilizada também pelos relatórios anteriores), seguem alguns dos rearranjos possíveis, baseados nos mesmos dados, montados a partir de cruzamentos desses números com outras informações, presentes no mesmo relatório ou nos relatórios anteriores a esse (portanto, disponíveis a qualquer jornalista), utilizando apenas as 10 primeiras posições, a título de exemplificar as novas possibilidades sintáticas e de observação.

**Rearranjo 1 – A quais continentes pertencem os países onde mais morrem crianças por razões evitáveis, em números absolutos (mortes por 1000 – 0 a 5 anos de idade)**

| País             | Continente       | Posição Geral | 1990 | 2006 | Redução de mortes em %, de 1990 a 2006 |
|------------------|------------------|---------------|------|------|--|
| Serra Leoa       | África Ocidental | 1             | 290  | 270  | 7                                      |
| Angola           | Sul da África    | 2             | 260  | 260  | 0                                      |
| Afeganistão      | Ásia Central     | 3             | 260  | 257  | 1                                      |
| Níger            | África Ocidental | 4             | 320  | 253  | 21                                     |
| Libéria          | África Ocidental | 5             | 235  | 235  | 0                                      |
| Mali             | África Ocidental | 6             | 250  | 217  | 13                                     |
| Chade            | África Central   | 7             | 201  | 209  | - 4                                    |
| G. Equatorial    | África Central   | 8             | 170  | 206  | - 21                                   |
| R. Dem. do Congo | África C.        | 9             | 205  | 205  | 0                                      |
| Burquina Fasso   | África Oc.       | 10            | 206  | 204  | 1                                      |

Como vemos, a celebração pela redução sistemática da mortalidade infantil no mundo nos últimos anos, flagradas por títulos jornalísticos como “Avanço Notável” (*Folha de S. Paulo*, 24/08/2008, referindo-se à queda do número final anual de 13 milhões em 1990 para 9,7 milhões em 2006) pode ter sua legitimidade discutida em se tratando, por exemplo, do continente africano. Em alguns países africanos, aliás, o percentual não é de redução, mas de aumento da mortalidade, como em Chade (4%) e G. Equatorial (21%).

#### **Rearranjo 2 – A partir de outro critério: onde o percentual da mortalidade infantil mais aumenta (mortes por 1000 – 0 a 5 anos)**

| País          | Continente      | Posição Geral | 1990 | 2006 | Aumento em % desde 1990 |
|---------------|-----------------|---------------|------|------|-------------------------|
| Botsuana      | Sul da África   | 1             | 58   | 124  | 114                     |
| Suazilândia   | Sul da África   | 2             | 110  | 164  | 49                      |
| Zimbábue      | Sul da África   | 3             | 76   | 105  | 38                      |
| Lesoto        | Sul da África   | 4             | 101  | 132  | 31                      |
| Quênia        | África Oriental | 5             | 97   | 121  | 25                      |
| Congo         | África Central  | 6             | 103  | 126  | 22                      |
| G. Equatorial | África Central  | 7             | 170  | 206  | 21                      |

|                   |                |    |     |     |    |
|-------------------|----------------|----|-----|-----|----|
| África do Sul     | Sul da África  | 8  | 60  | 69  | 15 |
| Trinidad e Tobago | América C.     | 9  | 34  | 38  | 12 |
| Camarões          | África Central | 10 | 139 | 149 | 7  |

Não por coincidência, os números apontam novamente para a África, onde não parece caber qualquer forma de celebração a partir dessa formulação.

### Rearranjo 3 – Desta vez, onde o percentual de mortes mais diminui (mortes por 1000 – 0 a 5 anos)

| País          | Continente        | Posição geral | 1990      | 2006      | Redução em % desde 1990 |
|---------------|-------------------|---------------|-----------|-----------|-------------------------|
| San Marino    | Europa            | 1             | 14        | 3         | 79                      |
| Tailândia     | Ásia              | 2             | 31        | 8         | 74                      |
| Maldivas      | Ásia              | 3             | 111       | 30        | 73                      |
| Rep. Tcheca   | Europa            | 4             | 13        | 4         | 69                      |
| Timor Leste   | Ásia              | 5             | 177       | 55        | 69                      |
| Turquia       | Ásia/Euro         | 6             | 68        | 26        | 68                      |
| Chipre        | Europa            | 7             | 12        | 4         | 67                      |
| Cingapura     | Ásia              | 8             | 9         | 3         | 67                      |
| <b>Brasil</b> | <b>Am. do Sul</b> | <b>9</b>      | <b>57</b> | <b>20</b> | <b>65</b>               |
| Grécia        | Europa            | 10            | 11        | 4         | 64                      |

Como presumível, nenhum dos 10 países onde mais diminui a mortalidade é africano.

A redução no Brasil de 57 mortes por 1000, em 1990, para 20 por 1000, em 2006, possivelmente tenha colaborado para a leitura fragmentada dos dados, embora os textos jornalísticos apurados no período tenham efetuado poucas ressalvas sobre a total relatividade dos dados. Se de algum modo, o número milionário de mortes anuais parece não impactar os veículos de comunicação de um modo geral, a África também parece não merecer dos jornais que pesquisamos um olhar especial que ajude a compreender esses números de outra forma. Os aprofundamentos jornalísticos se limitam a perceber mais as diferenças internas, brasileiras, e interestaduais.

### 3.1.5 O silêncio enquanto ação da incomunicação

Um dos pontos de vista que nos ajudam a tecer uma crítica pertinente ao modo como os jornais tratam a questão da mortalidade infantil proposta por esses documentos vem de Bernardo Kucinski (2005:19): “(...) o jornalista não é responsável pelas conseqüências da divulgação de uma verdade de interesse público, seja ela qual for. Mas é responsável e até cúmplice das conseqüências de não ter socializado essa verdade de interesse público”.

A superexposição da imagem da menina Isabella Nardoni reacendeu a questão sobre o que faz com que a imprensa atribua tanta importância a um acontecimento em detrimento de outros. Os veículos de comunicação poderão dizer que a demanda popular é a medida desse valor (o que nos parece, como já dissemos, circunstancialmente legítimo). Mas é possível, pela mesma lógica, supor a simultaneidade da força inversa: que a superexposição tenha levado o cidadão a estabelecer uma relação *íntima* com a tragédia, até ao ponto de se *apaixonar* por ela e esperar mesmo pela sua superexposição. Essa seria, é possível, a lógica que dá sustentação ao sucesso de audiência do programa televisivo *Big Brother*.

A informação linguística e a informação imagética, dentre as muitas diferenças que tenham entre si, trazem propriedades distintas de natureza: enquanto a primeira, só podemos *saber* uma vez; a segunda, podemos *saber* incontáveis vezes. Ou seja, que dois grandes aviões botaram abaixo o World Trade Center só se pode saber uma vez, mas as cenas dos aviões se chocando contra as torres (por diversos ângulos, sob as mais diferentes narrativas e edições), podemos assistir, com *fascínio*, inúmeras vezes, e, como ressalta Susan Sontag, em qualquer idioma e por qualquer idade acima dos seis anos. Analogamente, durante a maior parte das coberturas em torno do caso Isabella, as informações que detiveram a audiência durante semanas foram fotos da menina e gravações da janela de onde ela teria sido jogada, assim como da fachada do prédio, ainda que re-exibidas incansavelmente como se sempre pela primeira vez. Acontece que, para os parâmetros conhecidos do jornalismo na perspectiva da audiência, repetir os dados estatísticos do Unicef diariamente não teria nenhum sentido. Uma vez publicados, *não há mais* o que apresentar ao consumidor de informações.

Enquanto isso, diversos autores jornalistas, a exemplo de Nelson Traquina, compreendem que o jornalismo não pode desconsiderar a possibilidade natural de alertar a sociedade para a necessidade de se promoverem movimentos para a redução de desigualdades sociais profundas onde quer que seja – muitas das quais, segundo o Unicef, responsáveis diretas pelos resultados dos relatórios em questão. A partir das conquistas do chamado relativismo cultural, em oposição ao etnocentrismo (ainda vivo, de certo), ganhou corpo a ideia de que não se pode observar uma cultura senão a partir de suas próprias dinâmicas internas – o que por si só já seria o suficiente para tornar essa missão impossível ao olhar estrangeiro. Entretanto, como diz o antropólogo José Luiz dos Santos (1996: 83)

(...) o relativismo pode servir para encobrir aspectos mais candentes da organização social e da relação entre os povos e nações, pois se encarmos o que ocorre na dimensão cultural como relativo a cada cultura ou a cada pequeno contexto cultural, então não haverá como emitirmos juízos de valor sobre o que ocorre na história: também a opressão, também o sofrimento das populações oprimidas serão vistos como relativos.

Nesse sentido, Edgar Morin nos ajuda a compreender não apenas a necessidade de se repensar sobre como se organizam e hierarquizam informações e saberes, mas, sobretudo, quanto à necessidade de se reverem e reconstruírem caminhos (métodos) que ajudem na identificação do que seja relevante ou mesmo fundamental para a vida em sociedade. Morin defende a ideia de que a compartimentalização do conhecimento e a hiperespecialização técnica anulou no homem moderno a percepção do todo, do seu envolvimento com a cidade pelos laços da cidadania e, conseqüentemente, da sua relação com o planeta. A percepção fragmentada da realidade implica a fragmentação de conceitos, sentimentos e, por fim, da própria noção de solidariedade, da capacidade de comprometimento com o outro, frequentemente restrita ao que se habituou chamar de filantropia – ou de assistencialismo, expressão que, por si só, já carrega uma conotação crítica ideológica, no sentido de que praticar a doação aos mais pobres nada mais seria do que reafirmar as diferenças sociais. Diz Morin (2001:18-19)

A continuação do processo técnico-científico atual – processo cego, alías, que escapa à consciência e à vontade dos próprios cientistas – leva a uma grande regressão da democracia. Assim, enquanto o “expet” (no nosso caso, o jornalista) perde a aptidão de conhecer o global e o fundamental, o cidadão perde o direito ao conhecimento. A partir daí, a perda do saber, muito mal compensada pela vulgarização da mídia, levanta o problema

histórico, agora capital, da necessidade de uma democracia cognitiva.

O enfraquecimento de uma percepção global leva ao enfraquecimento do senso de responsabilidade (...), bem como ao enfraquecimento da solidariedade – ninguém mais preserva seu elo orgânico com a cidade e seus concidadãos.

Nas sociedades modernas, notadamente no ocidente, a possibilidade de se alcançarem resultados a que chamamos de “bem-sucedidos” (nos negócios, na educação, na religião etc.) é dependente em igual medida da possibilidade de visibilidade. E números costumam ser sempre mais visíveis que sentimentos. A medida do sucesso está mais associada à posse de bens, objetivamente visíveis, do que, por exemplo, a qualquer beleza de ordem moral, sentimental ou espiritual. Números, assim, que correspondam ao volume e ao preço das posses, nessas mesmas sociedades, sempre *são mais importantes* que as idiosincrasias humanas. Em alguma medida, somos os números que somos capazes de produzir: a nota no boletim, o valor do salário etc. A matematização da vida (que parece ter encontrado na informática o amadurecimento de suas potencialidades) se interpõe à lógica jornalística sob a sombra da mesma verdade que orienta as teorias econômicas. Não é coincidência que a economia continue sendo a principal fonte de informações das muitas interpretações das quais a imprensa se serve para ler e explicar a realidade.

Demonstração incontestável do poder do número sobre a palavra vem das regras da própria racionalidade, o arredondamento dos números, o que se faz sistematicamente nos próprios relatórios do Unicef e, por extensão, em jornais de todo o mundo. A terminologia matemática moderna e predominante no ocidente faz uso de dois conceitos que costumeiramente estão relacionados entre si: “resto” e “arredondamento”. O primeiro equivale à sobra de um cálculo, o valor excedente que torna a conta *imperfeita*; o segundo conceito, o arredondamento, significa a supressão do primeiro, do “resto”, isto é, desconsiderar o valor excedente, que antes colocava em xeque o poder de representatividade do número. Como que por mágica, a racionalidade faz desaparecer uma parte do número, para que ele pareça perfeito. Assim, por analogia, quem já arredondava a conta de barris de petróleo, *commodities* e poupança passou a arredondar também os óbitos contemplados pelos relatórios do Unicef (13 milhões; 9,7 milhões; 10 milhões...). Não se poderia fazer o mesmo com uma lista nominal: nomes não podem ser arredondados, não

podem ser pressupostos, não podem constar sem existir.

Os “fatos numéricos” em torno dos quais as ciências econômicas se organizam e se orientam são os que também mobilizam os principais jornais diários. Não é surpreendente que os relatórios do Unicef (eles próprios, já uma coleção de dados estatísticos que sintetizam a vida e a morte em pouco mais de uma centena de páginas) caibam tão comodamente em pequenas notas de qualquer grande jornal. Um único número de sete ou oito dígitos *atende* à necessidade do leitor já acostumado a essa narrativa, pela qual a verdade parece mais verdadeira. Zigmund Bauman (2004: 38) nos ajuda ao afirmar que “num mundo em que a seriedade de algo é representada apenas por números e, portanto, só pode ser apreendida dessa maneira (...), a elevada frequência com que alguns ‘problemas’ retornam à coluna (...) é a prova de sua relevância para uma vida de sucesso (...)”. A contradição, no entanto, da qual nem a economia nem a matemática dão conta, também se evidencia a partir de Bauman (op. cit., p. 102): (...) *nenhum* tormento pode ser maior do que aquilo que um único ser humano pode sofrer. O planeta inteiro não pode sofrer tormento maior do que uma *única* alma.” Continua ele: “Em nosso mundo obcecado por estatísticas, médias e majorias, tendemos a medir o grau de desumanidade das guerras pelo número de baixas que elas causam. Tendemos a medir o mal, a crueldade, a repugnância e a infâmia da vitimização pelo número de vítimas.”(op. cit., p. 101)

A hiperespecialização compreendida por Morin parece ter condenado e confinado também o jornalista ao saber decomposto, excludente, fracionado e fracionador. Desde a escola, como frisa Morin, as mentes jovens perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes e integrá-los em seus conjuntos. O jornalismo baseado nas técnicas e metodologias oriundas da escola norte-americana, fundada, sobretudo, no princípio da redução (pressupõe-se, por exemplo, que uma notícia esteja completa ao responder aos seis “quês” – quem, o quê, como, quando, onde e por que, *telegraficamente*, nas primeiras linhas do texto) só faz recortar o que já está recortado, diminuir o que já era um pedaço. A ideia do que é “tecido junto”, na base do conceito de “complexo” em Morin, é justamente uma provocação à visão que fragmenta o mundo e reparte o saber em *subsaberes*. De modo que a produção estéril de conhecimentos, o caos da produção desenfreada de

informações, que não costuma passar predominantemente senão pelo filtro do mercado, remete-nos novamente à questão da relevância no jornalismo. Ou seja, de que competências dispomos para discernir o que pareça ou não importante não apenas segundo a lógica do mercado e da audiência, mas de acordo com o que justifica o jornalismo enquanto função profissional, com respectiva responsabilidade social, que, como sabemos, não é a de divertir, entreter ou vender, ainda que, eventualmente, por *acidente*, também possa fazê-lo. Enfim, um olhar na direção do que Morin (2001:15) chama de “conhecimento pertinente”, “aquele capaz de situar qualquer informação em seu contexto (...)” Esse esforço ajudaria a levar o jornalismo a rever os significados dos números dos quais é, frequentemente, refém. E a situar esses significados não apenas nos contextos macroeconômicos, mas antropológicos, artísticos, culturais, afetivos, humanos. Ou, como diria Morin, contribuir para a formação de uma consciência humanística e ética de pertencer à espécie humana, que só pode ser *completa* com a consciência do caráter matriarcal da Terra para a vida e da vida para a humanidade.

Lançar sobre o nosso objeto de pesquisa esse olhar de Morin, a partir das reflexões de Bauman, Barbero, Flusser, Sontag, Traquina, entre outros, significa perguntar por que a dor que é importante não merece tratamento jornalístico similar àquele dedicado à dor que é interessante; por que a morte evitável, mas provável, não inquieta as redações tanto quanto a morte inevitável embora improvável; questionar, enfim, sobre quanto o jornalismo poderia contribuir para que hemorragias sociais tão impressionantes quanto às registradas pelo Unicef fossem estancadas, curadas de uma vez por todas.

## CONCLUSÃO

O relatório intitulado Situação Mundial da Infância, reeditado anualmente pelo Unicef, dá conta de um resumo fortemente apoiado sobre estatísticas sociais em todos os países onde o órgão tenha acesso livre a informações. Em si, o relatório é um claro desafio: em apenas algumas dezenas de páginas, prestar contas de um amplo levantamento de questões e feridas sociais em cerca de 200 países. Como costumamos observar, é por meio de elementos e fatores quantificadores que as sociedades modernas mensuram, avaliam, atribuem valor. Onde a própria lógica da vida se alimenta da lógica da acumulação, é compreensível que a leitura da realidade agarre-se à necessidade de quantificar o objeto (as questões, sejam elas quais forem) para que ele possa se tornar inteligível. É o que fazem, basicamente, os referidos relatórios. Uma coleção de dados estatísticos tenta dar conta do maior número possível de aspectos sociais vinculados à infância.

Mas, apesar da destacada autoridade matemática à frente dos conteúdos desses relatórios, esses mesmos documentos fornecem pistas que levam a contradições profundas, que se iniciam no seio da questão histórico-social e se estendem até o objeto da nossa dissertação – o modo como importantes jornais diários abordam as conclusões levantadas pelo Unicef. No relatório Situação Mundial da Infância de 2008, consta que:

Em 2006, pela primeira vez na história recente, o número total de mortes anuais de crianças menores de 5 anos caiu abaixo de 10 milhões – ficou em 9,7 milhões. Esse número representa uma queda de 60% na taxa de mortalidade infantil desde 1960. **No entanto, não há espaço para complacência. A perda de 9,7 milhões de vidas a cada ano é inadmissível, especialmente quando se considera que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. E apesar dos progressos, o mundo ainda não está em condições de alcançar a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que determina uma redução de dois terços na taxa de mortalidade infantil até 2015.** (grifo nosso) (Situação Mundial da Infância, 2008, Prólogo)

Esse trecho se compõe de dois parâmetros: um, matemático (pela primeira vez, o número total de mortes caiu abaixo de 10 milhões); outro, um juízo de valor (no entanto, é inadmissível que morram tantas crianças, já que muitas dessas

mortes poderiam ter sido evitadas). Ou seja, de algum modo, o texto oferece ao leitor (no nosso caso, o jornalista) dois pontos de vista, que mais do que se excluírem mutuamente, complementam-se, permeiam-se e, parece-nos evidente que ao fazê-lo, colaboram para a formação de uma visão crítica sobre o problema. Parece ser, por parte do Unicef, um cuidado previamente levado em conta. Como costumam proceder os jornalistas ao oferecerem ao leitor mais de um ponto de vista sobre o mesmo assunto, entrevistando, por exemplo, fontes que se oponham.

Mas, como vimos, não são essas inferências lastreadas mais na ética que nas estatísticas que orientam a esmagadora maioria das pautas jornalísticas sobre os relatórios SMI do Unicef. Os quadros estatísticos, as tabelas, as mudanças de posições entre os países em um suposto “ranking” de privações ocupam muito mais espaço nos jornais investigados do que reflexões que fujam às (ou mesmo que ajudem a explicar) informações aritméticas. A pergunta que em nenhum momento os relatórios SMI fazem (embora a questão esteja pronta, nas entrelinhas de todos os relatórios observados) é: se as mortes são evitáveis, por que acontecem? Ora, o Unicef é um braço da ONU para questões relativas à infância. Em última instância, a ONU são todas as nações. A pergunta mencionada, assim, de fato, sequer faria sentido se formulada pelo próprio Unicef. Equivaleria a algo como: “Por que estamos permitindo que milhões das nossas crianças morram por razões evitáveis?” O Unicef tenta prestar contas daquilo que faz para reduzir a mortalidade infantil, conforme os ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, pactuados por 192 países, em 2000. Ou seja, parece evidente que essa questão caiba à imprensa, não ao Unicef. Parece razoável compreender que essa pergunta (na medida em que ela remete ao futuro, mortes que possam ser evitadas, e não ao passado, mortes consumadas) devesse significar mais importância do que apresentar (e só apresentar) quadros e “rankings” internacionais, regionais, locais. Por isso nosso trabalho se deteve também a questões como ética no jornalismo, a imprensa jornalística, a questão da ausência de imagens que deem conta do assunto, etc. A intenção foi a de nos certificar de que as costumeiras barreiras cotidianas do jornalismo não pudessem servir como bode expiatório para justificar o profundo silêncio ao qual nos referimos. Tudo aponta para uma questão: escolha. Escolher não tentar responder à pergunta. E parece residir aí, afinal, a contradição maior que tentamos compreender, posto que cabe à imprensa buscar respostas de interesse público.

Conforme o levantamento apontado no Capítulo 2, a nossa observação se deteve sobre quatro jornais diários: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, de São Paulo, e *O Globo* e *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, durante o período de janeiro de 2007 a junho de 2009.

Por razões que escaparam à nossa compreensão (tentamos discutir o assunto com a assessoria de comunicação do Unicef no Brasil, sediada em Brasília, e não obtivemos êxito), os jornais paulistas abordam os relatórios SMI em raras oportunidades. E, mesmo nessas, em nenhuma das matérias publicadas há uma abordagem que avance para muito além da apresentação de quadros e tabelas. Os jornais cariocas abordaram os relatórios com mais frequência, no entanto, assim como os diários paulistas, o conteúdo, em esmagadora maioria<sup>(6)</sup>, não oferece elementos para uma reflexão que ajude a entender a contradição “se são evitáveis, por que acontecem?” E insistimos: não se tratam, evidentemente, de elencar as inúmeras causas de ordem técnica, de infraestrutura física etc. Sem água tratada, crianças morrem; sem vacinas básicas, crianças morrem. A pergunta é de outra ordem, macrossocial, à altura do tamanho do número em discussão.

Ainda que tentássemos contornar logicamente a questão a partir da discussão das limitações da imprensa, se caberia ou não a ela o papel de avaliar resultados, é preciso lembrar que a imprensa faz isso e fez isso quanto ao nosso objeto de pesquisa. Por exemplo: o título “Avanço notável”, utilizado pela *Folha de S. Paulo* em janeiro de 2008 (por conta não do relatório SMI de 2008 como um todo, mas do “ganho” brasileiro de posições no “ranking” internacional da mortalidade), não se limita a uma referência informativa, numérica. Parece claro que esse título, mais do que isso, pretende que o leitor celebre um resultado.

---

(6) Há, aqui, um cuidado acadêmico. Utilizamos “esmagadora maioria” por salva-guarda. Não observamos um texto sequer que oferecesse uma possibilidade de leitura ou questionamento que tentasse debater a referida contradição.

O olhar que fatiou esse documento, restringindo-o a um dado nacional já é, a rigor, um juízo de valor. Editores angolanos, por exemplo, e, portanto, da nação “vice-campeã” do “ranking” internacional do SMI de 2008, com o valor de 260 mortos por 1000, atrás apenas da “campeã” Serra Leoa, com 270 / 1000, presumivelmente não utilizariam o mesmo título empregado pela *Folha de S. Paulo* para se referir ao relatório. “Notável” é um adjetivo – não funcionou, no título em referência, em seu sentido estrito: o que pode ser notado; mas mais do que isso: o que deve ser notado, e com certa admiração. Evidentemente que esse recorte parece legítimo. O jornal é brasileiro. O que não parece adequado (jornalístico, enfim) é que ele se restrinja a esse aspecto ao se debruçar sobre um documento que atesta, claramente, a morte evitável de 9,7 milhões de crianças, número que, quando não está estagnado, é crescente em toda África, destacadamente.

A cobertura e a repercussão dos relatórios por parte dos quatro jornais estudados e durante o período que acompanhamos parecem precárias, limitadas, não por falta de espaço (centímetro-coluna), mas por conta de escolhas que se repetem tais quais os (e subordinadas aos) relatórios. Aparentemente, os jornais não ousam discutir para além dos gráficos estatísticos, parecem preferir que os relatórios se esgotem em si mesmos, sem desdobramentos de pauta. O Unicef não explica, e a imprensa não debate: por que morrem tantas crianças anual e equivocadamente em todo o mundo? Por que, especialmente na África e em boa parte da Ásia, a História parece estar na contramão, considerada a celebração a partir da redução do número global consolidado de mortalidade nos últimos anos?

As contradições que acreditamos ter conseguido evidenciar nos parecem danosas à prática jornalística. A discussão sobre segurança infantil e o modo como os jornais lidam com o assunto é apenas uma das inúmeras possibilidades de conflito, de ruído, de incomunicação. Não se trata apenas de debater as escolhas conscientes entre o importante e o interessante, sob a ditadura mercadológica da demanda, mas de se perceber que o jornalismo no nosso país pode ainda se sujeitar a jogos e armadilhas que possam produzir, eventualmente, mais ruído que informação. Uma questão, enfim, da Comunicação Social contemporânea e dos desafios que ela nos apresenta.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ALTHUSSER, L. “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado” in: ZIZEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAITELLO JR., Norval. *O Animal que parou os relógios*. São Paulo: Annablume, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A era da iconofagia: ensaios de comunicação e cultura*. São Paulo: Hacker, 2005a.
- BAITELLO JR., Norval; CONTRERA, Malena Segura; MENEZES, José Eugenio de O. (orgs). *Os meios da incomunicação*. São Paulo: Annablume, 2005b.
- BAITELLO JR., N.; GUIMARAES, L.; MENEZES, J. E. O.; PAIERO, D. *Os símbolos vivem mais que os homens*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BARBERO, Jesús Martín. *Ofício de cartógrafo: travesías latinoamericanas de la comunicación em la cultura*. México, Fondo de Cultura Econômica, 2003.
- BARTHES, R. *Mitologias*. 4. ed., São Paulo: DIFEL, 1980.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na época das suas técnicas de reprodução” in: *Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril, 1975. (Col. Os Pensadores vol. XLVIII).
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica. Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BYSTRINA, Ivan. *Tópicos de semiótica da cultura*. São Paulo: CISC, 1995.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CAÑIZAL, Eduardo Peñuela. In: *Os meios da incomunicação*. São Paulo: Annablume, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v.1)
- \_\_\_\_\_. *A galáxia da internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CATALÀ, Josep M. *La imagen compleja: la fenomenología de las imágenes en la era de la cultura visual*. Barcelona: Ed. Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.

- COELHO, Cláudio Novaes Pinto; CASTRO, Valdir José de (orgs.). *Comunicação e sociedade do espetáculo*. São Paulo: Paulus, 2006.
- DEBORD, Guy. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ECO, Umberto. *Cinco Escritos Morais*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. *Prática de texto*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FONTCUBERTA, Mar de; BORRAT, Héctor. *Periódicos: sistemas complejos, narradores em interacción*. Buenos Aires: La Crujía, 2006.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta*. São Paulo: Relume-Dumara, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O Universo das imagens técnicas. Elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.
- GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo*. São Paulo: Ática, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O Marxismo tardio*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2007.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual – ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita; *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEÃO, Lucia. Interlab. *Labirintos do pensamento contemporâneo*. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- LOPES, Maria Immacolata. *Pesquisa em comunicação – Formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Loyola, 1990.
- MARTINO, Luiz C. “As epistemologias contemporâneas e o lugar da Comunicação” in *Epistemologia da Comunicação*, São Paulo: Loyola, 2003.
- MORIN, Edgar. *O enigma do homem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

PEIRCE, Charles Sanders. "Divisão dos signos". In: *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

RESTREPO, Luis Carlos. *O direito à ternura*. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTAELLA, L. *Cultura das mídias*. São Paulo: Razão Social, 1992.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril, 1983. (Os Economistas).

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2008.

SHAPIRO, Carl; VARIAN, Hal. *A economia da informação*. Como os princípios econômicos se aplicam à era da internet. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SILVA, Carlos Eduardo Lins e. *Folha de São Paulo*. 20 de abril de 2008, in: <http://www.google.com.br/notebook/public/09750216126199455098/BDUThlgoQ1Orn65Yj>

SMIERS, Joost. *Artes sob pressão: promovendo a diversidade cultural na era da globalização*. São Paulo: Escrituras - Instituto Pensarte, 2006. (Coleção democracia cultural, 3)

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SOUZA, Genilda Alves de. *Conotação dos dados estatísticos pela mídia impressa*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2009, in: [www.facasper.com.br](http://www.facasper.com.br)

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, v. I, 2005.

[www.onu-brasil.org.br](http://www.onu-brasil.org.br)

[www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br)

[www.auschwitz.org.pl](http://www.auschwitz.org.pl)

[www.r7.com.br](http://www.r7.com.br)

**ANEXO 1**

**PDFs dos relatórios SMI de 2006, 2007 e 2008, em cd, anexo.**

## **ANEXO 2**

### **Matérias jornalísticas dos quatro veículos observados**

## **O GLOBO**

Produto: *O Globo*  
Data de produção: 03/03/2008  
Página: 22  
Edição: 1  
Editoria: Nenhuma  
Caderno: Razão Social  
Coluna/Seção: Exemplos que vem de longe  
Fonte: Local  
Restrição: Não  
Tipo de matéria: Nota

### **1. INVESTIMENTO A Peugeot Citroen investirá US\$444 milhões para construir uma fábrica na Rússia voltada a modelos de passeio, com capacidade para 150 mil carros por ano. A meta é vender cem mil carros por ano na Rússia até 2010. Resta saber se a empresa francesa também tem como meta a sustentabilidade do planeta para fabricar automóveis que causem menos impacto à natureza.**

DESEMPREGO A América Latina obteve em 2007 avanços em matéria econômica e trabalhista, segundo o último estudo anual do escritório regional da Organização Internacional do Trabalho, que chamou a assumir novos desafios. O informe "Panorama Trabalhista 2007", apresentado pelo diretor do escritório da OIT, Guillermo Miranda, indica que o desemprego urbano diminuiu pelo quinto ano consecutivo na América Latina e no Caribe. O desemprego caiu em 2007 em 15 países, de 9,1% pago se deveu a uma redução da população economicamente ativa, mas à criação de novos postos de trabalho. O país mais destacado da região foi o Chile. Mas o país ocupa a pior posição quanto à participação feminina no mercado de trabalho. A informação é da Agência Envolverde.

RELATÓRIO O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) acaba de divulgar o relatório "Situação Mundial da Infância 2008 - Sobrevivência Infantil". São 194 países avaliados em aspectos referentes às crianças até seis anos de idade. Simultaneamente, o UNICEF lançou o Caderno Brasil, em que é avaliada a situação das crianças brasileiras nas 27 Unidades da Federação, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), criado para monitorar a situação da infância nas regiões, estados e municípios brasileiros. A situação do Brasil quanto à taxa de mortalidade das crianças até cinco anos melhorou. Este é um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o de número quatro, em que sessenta países são observados até 2015, com vistas à redução da mortalidade na infância em dois terços, com base nos dados de 1990. Em 1990, o Brasil tinha uma taxa de 57 mortes de menores de cinco anos por mil vivos. Em 2006, este número foi reduzido para vinte mortes por mil nascidos vivos. A média mundial é de 72 mortes para cada mil nascidos vivos. Em 2006, o número de óbitos de menores de cinco anos foi de 9,7 milhões em todo o mundo, ficando pela primeira vez abaixo dos 10 milhões. Com a evolução do índice, o Brasil saiu da 86ª posição de mortalidade na infância, passando para a 133ª. Entre os países que têm os menores índices, estão Suécia,

Cingapura, Espanha, Japão, Alemanha e Bélgica. Na América do Sul, três países têm posições melhores do que a do Brasil, casos do Chile (148ª posição), com a taxa de nove mortes por mil nascidos vivos, o Uruguai (138ª), com 12 mortes por mil e a Argentina (125ª), com 16 mortes por mil. A evolução do índice, no entanto, é heterogênea. Verificando-se os dados por regiões, classes de renda familiar e etnias, as crianças pobres, negras e indígenas são as mais sacrificadas. A probabilidade de uma criança pobre, com menos de um ano, morrer corresponde ao dobro de uma criança rica. Entre crianças filhas de mães negras, a chance de morrer antes de completar o primeiro ano, é quase 40% maior do que entre as filhas de mães brancas. A mortalidade infantil entre indígenas é de 48,5 por mil nascidos vivos, quase o dobro da taxa para crianças brancas. Ressaltado pelo fato de que 51% das mortes até um ano de idade ocorrerem na primeira semana de vida e 66% ocorrerem antes de um mês, uma sugestão de possível intervenção para a reversão deste quadro desfavorável é a melhoria da qualidade do pré-natal, das condições do parto e do pós-parto, privilegiando os segmentos mais atingidos.

**BIOCOMBUSTÍVEIS** Em discursos Fórum de Legisladores de G8+5 (países ricos emergentes), o presidente Lula chamou a atenção para o fato de que para se possa enfrentar com êxito a mudança climática e preciso que o mundo industrializado cumpra o Protocolo de Kyoto. Lula fez ainda uma defesa de biocombustíveis que segundo ele será uma excelente alternativa para diminuir os impactos ambientais causados pelas outras fontes de energia no mundo. Para isso no entanto, o presidente acredita que somente se os países ricos abrirem seus mercados e reduzirem seus subsídios agrícolas é que estarão contribuindo. O discurso dos países ricos no entanto é diferente. Representante da ONU para mudanças climáticas a ex-primeira ministra da Noruega Gro Brundtland disse quando esteve aqui no Brasil que já está na hora de os países pobres mudarem seu comportamento diante da crise ambiental. Segundo ela, os países em desenvolvimento devem começar a apresentar o resultado dos recursos que conseguem a partir do uso da tecnologia adquirida com os países ricos. Sendo assim é possível que essa discussão ainda leve muito tempo para chegar a um consenso.

Legenda da foto: RELATÓRIO DA Unicef mostra que entre crianças filhas de mães negras a mortalidade infantil é maior do que filhas de mães brancas

## **COMENTÁRIO:**

O texto traz assuntos diversos, e ao abordar o relatório SMI 2008, desenvolve quase toda a redação a partir dos dados comparativos, matemáticos. Alguma relativização será desenvolvida já ao final: “Entre crianças filhas de mães negras, a chance de morrer antes de completar o primeiro ano, é quase 40% maior do que entre as filhas de mães brancas. A mortalidade infantil entre indígenas é de 48,5 por mil nascidos vivos, quase o dobro da taxa para crianças brancas”. Mas são incursões isoladas e que não se aprofundam. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

Produto: *Extra*  
Data de produção: 23/01/2008  
Página: 21  
Edição: 1  
Editoria: Viva Mais  
Caderno: Primeiro Caderno  
Fonte: Local  
Restrição: Não  
Tipo de matéria: Reportagem

## 2. Mortalidade infantil

Brasil reduz mortes na infância

Dados do Unicef mostram melhores condições de saúde, mas contrastes regionais ainda são grandes

Com 74 mil crianças mortas antes de completar 5 anos, o Brasil está entre os 60 países considerados prioritários para o combate à mortalidade infantil. É o que mostra o relatório Situação Mundial da Infância 2008, divulgado ontem pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com base em dados de 2006. O estudo informa que a taxa brasileira de óbitos de menores de 5 anos caiu em relação a 2005. O avanço levou o Brasil a melhorar 27 posições no ranking mundial do Unicef, passando do 86º para o 113º lugar, entre 194 nações e territórios.

O ranking é ordenado conforme a maior taxa de mortalidade. Assim, o primeiro colocado - Serra Leoa, na África - apresenta a pior situação: 270 mortes de menores de 5 anos a cada mil crianças nascidas vivas. No outro extremo, com a menor taxa - 3 - estão empatados Suécia, Cingapura, San Marino, Liechtenstein, Islândia e Andorra. A taxa média mundial é 72.

Em 2006, o Brasil ultrapassou 27 países, entre eles México (81º), China (101º) e Venezuela (110º). Ficou lado a lado com Granada e São Vicente e Granadinas, duas ilhas caribenhas, na 113ª posição. O Brasil continua atrás da Argentina (125º lugar), do Uruguai (138º) e do Chile (148º). Na América Latina, Cuba tem a melhor posição (57ª), e o Haiti, a pior (48ª).

Rio tem 3º melhor IDI

No Brasil, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos caiu de 33, em 2005, para 20 em cada mil nascidos vivos, em 2006. Outro estudo divulgado ontem pelo Unicef, o Caderno Brasil, confirma a tendência de queda da mortalidade infantil nas últimas décadas: de 1990 a 2006, a mortalidade entre menores de 5 anos caiu pela metade (de 59,6 para 29,9). A mortalidade entre menores de 1 ano também caiu de 46,9, em 1990, para 24,9, em 2006.

O relatório estima que dois terços das mortes sejam evitáveis, e que metade estejam relacionadas à desnutrição. Falta de saneamento, higiene e má qualidade da água reforçam o problema. Em média, 26 crianças menores de 5 anos perdem a vida a cada dia. No Brasil, são 202. Infecções respiratórias, diarreias e sarampo são as principais causas.

De acordo com o Caderno Brasil, o Rio de Janeiro ocupa o terceiro lugar no ranking da qualidade de vida das crianças até 6 anos, medido pelo Índice de Desenvolvimento Infantil, que considera dados de saúde e educação.

## COMENTÁRIO:

A matéria aborda o relatório SMI 2008, a partir da lógica do “ranking”, até o final do texto. A abordagem desconsidera o fato de o relatório ser internacional, focando exclusivamente as questões nacionais. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

Produto: *O Globo*  
Data de produção: 23/01/2008  
Página: 3  
Edição: 1  
Editoria: O País  
Caderno: Primeiro Caderno  
Fonte: Sucursal de Brasília  
Crédito: Demétrio Weber  
Restrição: Não  
Tipo de matéria: Reportagem; Infográfico  
Chamada: 1 página:PP:Primeira Página

### 3. RETRATOS DO BRASIL

Cai a mortalidade infantil

Mas país ainda está entre as 60 nações prioritárias para o combate ao problema

Inclui Quadro: O Ranking do UNICEF de mortalidade de menores de 5 anos.

Os piores, os melhores e a posição do Brasil.

Demétrio Weber

Com 74 mil crianças mortas antes de completar 5 anos, o Brasil está entre os 60 países considerados prioritários para o combate à mortalidade infantil. É o que mostra o relatório Situação Mundial da Infância 2008, divulgado ontem pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com base em dados de 2006. O estudo informa que a taxa brasileira de óbitos de menores de 5 anos caiu em relação a 2005. O avanço levou o Brasil a melhorar 27 posições no ranking mundial do Unicef, passando do 86º para o 113º lugar, entre 194 nações e territórios.

O ranking é ordenado conforme a maior taxa de mortalidade. Assim, o primeiro colocado - Serra Leoa, na África - apresenta a pior situação: 270 mortes de menores de 5 anos a cada mil crianças nascidas vivas. No outro extremo, com a menor taxa - 3 - estão empatados os países em melhor situação: Suécia, Cingapura, San Marino, Liechtenstein, Islândia e Andorra. A taxa média mundial é 72.

Em 2006, o Brasil ultrapassou 27 países, entre eles México (81º), China (101º) e Venezuela (110º). Ficou lado a lado com Granada e São Vicente e Granadinas, duas ilhas caribenhas, na 113ª posição. O Brasil continua atrás da Argentina (125º lugar), do Uruguai (138º) e do Chile (148º). Na América Latina, Cuba tem a melhor posição (57ª), e o Haiti, a pior (48ª).

No Brasil, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos caiu de 33, em 2005, para 20, em 2006, segundo o relatório mundial. Ontem, no entanto, o Unicef divulgou também outro estudo, o Caderno Brasil, em que apresenta taxas de mortalidade da infância diferentes para 2005 e 2006: 31,1 e 29,9 respectivamente.

Os dados do Caderno Brasil confirmam a tendência de queda da mortalidade infantil nas últimas décadas: de 1990 a 2006, a mortalidade entre menores de 5 anos caiu pela metade (de 59,6 para 29,9). A mortalidade entre menores de um ano também caiu de 46,9, em 1990, para 24,9, em 2006.

#### Brasil pode atingir meta do milênio

A diferença entre os dados do ranking mundial e os do Caderno Brasil explica-se, segundo o Unicef, pelo fato de os indicadores do ranking serem construídos "por meio de modelos demográficos globais", para permitir a comparação entre os 194 países e territórios. Há casos, como o brasileiro, em que a taxa do ranking é diferente da oficial, informada pelo IBGE. Se o ranking mundial considerasse a taxa de mortalidade de 29,9, o Brasil ficaria em 92º lugar, ao lado da República Dominicana. A representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier, afirma que o modelo estatístico tenta compensar subnotificações:

O ranking mundial é a melhor comparação que se pode fazer de 194 países. É mais interessante, porém, avaliar a tendência do que o ranking. No Brasil, a situação da infância está melhorando. O problema são as desigualdades regionais, raciais e de renda. Quem morre mais é a criança pobre, a negra e a indígena.

Marie-Pierre disse que o país caminha para atingir a meta de redução da mortalidade prevista nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: diminuir a taxa em dois terços até 2015, em relação a 1990. No Brasil, o objetivo seria reduzir para 19 a taxa de mortalidade entre menores de 5 anos. Segundo o Unicef, porém, o governo brasileiro estipulou meta de 17,9. Segundo ela, os programas direcionados às crianças adotados no Brasil estão no rumo certo. O relatório do Unicef cita o Bolsa Família e o Saúde da Família.

O Ministério da Saúde só deve se manifestar hoje sobre o relatório. Em 2006, quando o Unicef divulgou o relatório anterior, o ministério o contestou, informando em nota que a taxa de mortalidade até 5 anos era de 26,85, em 2004, em tendência de queda.

Pela primeira vez na história recente, segundo o Unicef, o número de crianças menores de 5 anos mortas em todo o planeta ficou abaixo de dez milhões em 2006: foram 9,7 milhões de vítimas. Os 60 países incluídos no grupo da chamada contagem regressiva, isto é, que exigem esforços concentrados para atingir a meta do milênio, concentraram 93% dos óbitos. Nesse grupo, 38 são da África. O Unicef prevê que só sete das 60 nações atingirão a meta. O Brasil é uma delas, junto com Bangladesh, Egito, Filipinas, Indonésia, México e Nepal.

Entraram na lista de países prioritários aqueles onde a mortalidade anual de crianças é superior a 90 óbitos por mil nascidos vivos ou o número absoluto de

mortes é maior do que 50 mil por ano, caso do Brasil.

O relatório estima que dois terços das mortes sejam evitáveis, e que metade estejam relacionadas à desnutrição. Falta de saneamento, higiene e má qualidade da água reforçam o problema. Em média, 26 crianças menores de 5 anos perdem a vida a cada dia. No Brasil, são 202. Infecções respiratórias, diarreias e sarampo estão entre as principais causas. Mais de 30% desses bebês morrem no primeiro mês de vida, o que indica falta de acesso a serviços de saúde.

A mortalidade infantil (menores de 1 ano) no Brasil, segundo o estudo, é de 19 óbitos para cada mil nascidos vivos. No Caderno Brasil, porém, consta 24,9, citando o IBGE. Mas o instituto diz que a taxa é maior, de 25,1. No mundo, segundo o Unicef, é de 49.

O Ministério do Desenvolvimento Social destacou que o Unicef elogia os programas sociais brasileiros.

- O ministério possui ações para o público infantil que têm repercutido de forma positiva na vida da criança. As ações afirmativas do governo têm priorizado essa população - disse a secretária-executiva Arlete Sampaio.

O relatório está na página do Unicef da internet ([www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br)).

## COMENTÁRIO:

A orientação da matéria é a lógica das tabelas. O intertítulo já aponta nessa direção: “Os piores, os melhores e a posição do Brasil.” A reportagem abre mão de discutir o conteúdo internacional, senão por conta de algumas referências, centrando-se nas questões nacionais. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

Produto: *O Globo*  
Data de produção: 15/12/2006  
Página: 4  
Edição: 1  
Editoria: O País  
Caderno: Primeiro Caderno  
Coluna/Seção: Merval Pereira  
Crédito: Merval Pereira  
Restrição: Não  
Tipo de matéria: Coluna

#### 4. Perdendo espaço

O Brasil vai terminar o ano de 2006 com um paradoxo a nos perturbar: melhoramos em diversos aspectos, do social a índices econômicos como o risco-país, mas perdemos posição em todos os rankings internacionais em comparação não apenas aos países emergentes, que competem diretamente conosco numa economia globalizada, mas até mesmo para países menos desenvolvidos. As estatísticas deste ano se encarregaram de demonstrar como é falsa aquela afirmação do presidente Lula de que não devemos nos comparar com os outros, mas apenas conosco mesmos.

O relatório anual Situação Mundial da Infância do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), por exemplo, mostra que o Brasil avançou na melhoria da condição de vida de suas crianças, mas mesmo assim perdeu posições para países mais pobres, como Belize, na América Central, ou Ilhas Salomão, na Oceania. Desde 2003, já perdemos sete posições no ranking que trata da mortalidade de crianças menores de 5 anos.

O Brasil está em 86º lugar numa lista de 190 nações, isso porque a cada grupo de mil crianças brasileiras nascidas vivas, 33 morrem antes de completar 5 anos de idade, enquanto no ano passado esse número era de 34 crianças mortas a cada mil. Nesse ranking, quanto melhor a situação, mais próximo o país fica do final da lista.

Na América Latina, entre 21 países, o Brasil é o 15º. Estamos atrás não apenas da Argentina, Uruguai e Chile, mas também de países como a República Dominicana. E perdemos posições porque Belize, por exemplo, que aparecia atrás do Brasil na 81ª posição, pulou para a 125ª. E já estamos sendo alcançados pelo Egito.

O governo contestou os dados, afirmando que os números oficiais são outros, mas apresentou estatísticas de 2004. As estimativas oficiais do Ministério da Saúde são de uma taxa de mortalidade infantil (até 1 ano) de 22,58 óbitos por mil nascidos vivos, e uma taxa de mortalidade na infância (até 5 anos) de 26,85 óbitos por mil nascidos vivos, e o governo garante que não houve aumento dos índices entre 2002 e 2004.

A velocidade relativamente baixa dos avanços do país aparece em vários levantamentos, desde os índices de competitividade ao IDH, que avalia a qualidade de vida dos países e é medido pelas Nações Unidas. Nosso Índice de Desenvolvimento Humano melhorou, passando de 0,788 para 0,792, o que não impediu que fôssemos superados pela Bielorrússia, perdendo uma posição no ranking geral, passando de 68ª para 69ª.

Estamos também perdendo terreno frente aos demais países emergentes que disputam os mesmos interesses que nós. Um estudo da Câmara Americana de Comércio, elaborado em parceria com a organização Movimento Brasil Competitivo, colocou o México ao lado dos quatro emergentes que, num estudo de 2003 da consultoria Goldman Sachs, foram considerados os mais prováveis ocupantes de lugares de destaque na economia globalizada e passaram a ser conhecidos como Brics, sigla formada pelas primeiras letras dos quatro destaques, Brasil, Rússia, Índia e China.

A performance econômica do Brasil desde então já faz com que muitos especialistas considerem que a sigla deve perder o B, enquanto outros já estão dedicados a estudar a Chíndia, união da China com a Índia, os países que realmente vêm dando certo. O brasileiro Albert Fishlow, da Universidade Columbia, é quem defende a

inclusão do México nessa lista, formando o Bric-M. No estudo, embora a economia mexicana esteja no mesmo nível da brasileira, o México apresenta uma tendência de melhorar mais rapidamente.

Segundo esse estudo, o Brasil perdeu posições em 14 de 24 indicadores utilizados para avaliar sua competitividade frente às outras economias emergentes, isso entre 2000 e 2006. Para desânimo do presidente Lula, embora tenhamos melhorado na comparação conosco mesmo, progredimos menos em relação aos demais.

O "Painel de Competitividade 2006" avalia desde itens como custo de capital, inclusive fatores como risco soberano e taxa real de juros; até fatores institucionais, como insegurança jurídica, carga tributária e percepção de corrupção. São analisados também os custos operacionais, como a capacidade de infra-estrutura.

No chamado índice composto, formado pelos 24 indicadores, o Brasil ficou em 4º e último lugar, empatado com o México, com desempenho classificado de "especialmente insatisfatório" quando se trata do custo fiscal, institucional e também o operacional.

Apresentamos melhora em apenas dois indicadores, quando comparados com nossos concorrentes: leis trabalhistas e funcionamento da Justiça, e nesse caso não porque tenhamos evoluído, mas porque pioramos menos que a Índia.

Nossos resultados têm causas, e também são conseqüências, do fraco crescimento econômico. Segundo o relatório "Perspectivas Econômicas Globais de 2007", divulgado recentemente pelo Banco Mundial (Bird), os países em desenvolvimento vão ter um crescimento médio de 7% em 2006, uma das taxas mais altas da História.

Dos cerca de 120 países emergentes, nada menos que 75 vão crescer mais que 5% este ano, enquanto o Brasil crescerá 2,8%, sonhando com os 5% praticamente impossíveis para o próximo ano. E, como no ano passado, continuará só crescendo mais que a economia do Haiti.

No período do primeiro mandato de Lula, o PIB brasileiro cresceu 2,6% ao ano em média, enquanto a economia da América Latina cresceu no mesmo período a uma média de 4% ao ano, e o crescimento mundial foi de 4,8% ao ano. Estamos ficando para trás.

## **COMENTÁRIO:**

Texto de Merval Pereira se ancora no raciocínio matemático para afirmar que o Brasil está "atrasado" em relação a conquistas sociais de outros países que, a princípio, *deveriam* estar "atrás" do País no "ranking" do Unicef, como a República Dominicana. Embora o texto vá além dos costumeiros relatos numéricos, questionando, por exemplo, dados oferecidos pelo governo brasileiro, a matéria não se desvia das questões nacionais, não aprofunda as questões continentais, por exemplo, ou, afinal, por que as mortes acontecem, se são evitáveis. "Ganhamos" ou "perdemos posições" são as medidas que orientam a redação. O texto não

questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

Produto: *O Globo*  
Data de produção: 12/12/2006  
Página: 10  
Edição: 1  
Editoria: O País  
Caderno: Primeiro Caderno  
Fonte: Sucursal de Brasília  
Restrição: Não  
Tipo de matéria: Reportagem

## 5. Governo contesta ranking do Unicef

BRASÍLIA. O Ministério da Saúde contestou ontem, em nota, o ranking de mortalidade crianças até 5 anos divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em que o Brasil perdeu duas posições, de 2004 para 2005, passando a ocupar o 86º lugar, entre 193 países e territórios. Segundo o ministério, a metodologia utilizada pelo Unicef superestima a mortalidade infantil brasileira.

Estimativa usa dados de 2005

O relatório Situação Mundial da Infância 2007 do Unicef, divulgado mundialmente ontem, indica que, para cada mil crianças nascidas vivas no Brasil, 33 crianças morrem antes de completar 5 anos. A estimativa do Unicef leva em conta dados de 2005. De acordo com o Ministério da Saúde, porém, essa taxa era de 26,85 em 2004. Da mesma forma, o ministério contestou a taxa de mortalidade de menores de 1 ano citada pelo relatório: 31 para cada mil bebês nascidos vivos. A nota do governo brasileiro diz que essa taxa era de 22,58, em 2004.

O ministério informa que a tendência da taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano) no Brasil é de queda. Em 1996, a taxa era de 33,7, e caiu para 22,58, em 2004. A redução foi de 33% no período.

"O Unicef, ao apresentar um valor tão alto para a mortalidade infantil no Brasil, não divulgou o método usado para esta estimativa e, também, não buscou qualquer discussão com a área técnica do Ministério da Saúde, responsável pelo cálculo da taxa", diz a nota. O texto afirma que o país cumprirá o objetivo do milênio de reduzir em dois terços a mortalidade de crianças menores de cinco anos até 2015, em relação aos indicadores de 1990.

[www.oglobo.com.br/pais](http://www.oglobo.com.br/pais)

### COMENTÁRIO:

Novamente, a questão central do texto é a disputa entre fonte do governo brasileiro e o Unicef em torno de valores numéricos. A posição matemática em que o

Brasil se encontra no “ranking” mundial é a pauta. O termo “ranking” ganhou o título da matéria. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

Produto: *O Globo*  
Data de produção: 11/12/2006  
Página: 3  
Edição: 1  
Editoria: O País  
Caderno: Primeiro Caderno  
Fonte: Sucursal de Brasília  
Crédito: Demétrio Weber  
Restrição: Não  
Tipo de matéria: Reportagem  
Chamada: 1 página:PP:Primeira Página

## 6. RETRATOS DO BRASIL

Infância perdida

Brasil piora sua colocação no ranking do Unicef de mortalidade infantil até 5 anos

Inclui Quadro: Os números da pesquisa da Unicef

O Brasil perdeu duas posições no ranking de mortalidade de crianças até 5 anos que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lança mundialmente hoje. O Brasil está em 86º lugar entre 193 países e territórios, a mesma colocação de Egito e Filipinas. No ano passado, era o 88º colocado. Pelos critérios do Unicef, o país em pior situação ocupa o primeiro lugar no ranking e o que tem os melhores indicadores de mortalidade infantil, o último. De cada mil crianças nascidas vivas no Brasil, 33 morrem antes de completar 5 anos, segundo o Unicef. Na América do Sul, apenas três países estão em situação pior do que a brasileira: Bolívia (64ª taxa mais alta), Guiana (66ª) e Suriname (78ª).

O ranking consta no relatório Situação Mundial da Infância 2007, publicação anual do Unicef cujo tema, neste ano, são as desigualdades entre homens e mulheres. A exemplo de relatórios anteriores, os dados de mortalidade infantil têm defasagem de dois anos, de modo que refletem a realidade de 2005. O Brasil vem perdendo posições desde 2003, quando sua taxa de 35 mortes para cada mil nascidos vivos passou a ser a 90ª mais alta do mundo. No mesmo período, a taxa brasileira caiu para 34 e 33, respectivamente. O ritmo de redução, porém, não foi suficiente para melhorar a situação do país no ranking.

A mortalidade infantil brasileira diminuiu muito nos últimos dez anos. Mas outros países avançam mais rapidamente - diz a representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier.

Procurado pelo GLOBO, o Ministério da Saúde informou que só vai comentar o relatório após ter acesso aos dados.

De 2004 para 2005, as Ilhas Salomão, um arquipélago na Oceania, e Belize, um pequeno país na América Central, passaram o Brasil no ranking. O Egito, que também aparecia em situação pior, igualou-se ao índice brasileiro. Por outro lado, a Micronésia, na Oceania, perdeu posições e ficou para trás, deixando o Brasil em 86º lugar.

Nesse ranking, o primeiro colocado é Serra Leoa, na África, que tem a maior taxa e, portanto, o pior desempenho: 282 mortes antes dos 5 anos, para cada mil crianças nascidas vivas. Cuba é o país latino-americano com a menor taxa (7), a 156ª mais alta do mundo, enquanto o Chile, com 10, é a nação sul-americana em melhor posição: 150ª. Andorra, Cingapura, Islândia e San Marino têm a taxa mais baixa: 3 mortes para cada mil crianças, e dividem o 190ª lugar, na verdade, o topo do ranking.

Indicador resume condições de vida

O Unicef prioriza a mortalidade até 5 anos por entender que esse indicador resume as condições de vida da população, medindo o acesso ao sistema de saúde, à educação, as condições de saneamento, nutrição e renda familiar. Embora seja a agência das Nações Unidas que cuida da infância, o Unicef escolheu o tema da igualdade de gêneros porque considera que a qualidade de vida das mulheres tem impacto direto em seus filhos.

Estamos avançando, mas precisamos avançar muito mais. Não podemos tolerar taxas nesse nível, num país com a riqueza do Brasil. Não basta que tenhamos estratégias e programas bem desenhados no nível central. É preciso que as políticas cheguem na ponta - diz a secretária especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire.

O relatório reúne ainda dados de mortalidade infantil de crianças com menos de 1 ano. Nesse caso, a taxa brasileira é de 31 mortes para cada mil bebês nascidos vivos, a 78ª mais alta entre 192 países e territórios com dados disponíveis.

Marie-Pierre lembra que a redução da mortalidade fica mais difícil à medida que o país avança. Taxas elevadas são prontamente reduzidas mediante ações como a vacinação infantil ou o uso do soro caseiro, prática incentivada pela Pastoral da Criança para combater mortes por diarreia. Ela diz que o desafio agora é melhorar os índices na Amazônia, no semi-árido do Nordeste e nas periferias das grandes cidades.

A representante do Unicef defende maiores investimentos no atendimento pré-natal. O relatório Situação Mundial da Infância informa que 52,2% das gestantes não tinham acesso a pelo menos seis consultas médicas antes do parto, número considerado ideal. No Norte, esse índice era de 73,9% e, no Nordeste, de 66,7%.

Outra causa da mortalidade infantil é a falta de saneamento básico. A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostrou que 18% das residências brasileiras não eram atendidas por rede de água, enquanto 30% não contavam com esgoto.

O ministro das Cidades, Márcio Fortes, diz que o governo Lula pretende mais do que dobrar os investimentos no setor, saltando de R\$4,6 bilhões, neste ano, para R\$11 bilhões, em 2007. O relatório está disponível na página do Unicef na internet ([www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br)).

**COMENTÁRIO:**

A matéria gira em torno do “ranking” e da posição brasileira dentro dele. Por um momento, a inserção de um depoimento da diretora brasileira do Unicef oferece um ponto de vista que ajuda a relativizar os dados, como: “a redução da mortalidade fica mais difícil à medida que o país avança. Taxas elevadas são prontamente reduzidas mediante ações como a vacinação infantil ou o uso do soro caseiro, prática incentivada pela Pastoral da Criança para combater mortes por diarreia”. Esse raciocínio pode ter ajudado o leitor a se dar conta de que quanto mais se reduz o número de mortes, mais difícil será continuar a redução – ponto de vista importante para a formação de opinião, inclusive em relação aos dados internacionais, embora a matéria não os aborde.

**JORNAL DO BRASIL****1) JB 2 País Berliner 11/12/2006**

Mortalidade infantil Brasil está atrás de 104 países em ranking do Unicef, apesar da redução em quase 50% das mortes de crianças abaixo de cinco anos

**COMENTÁRIO:**

O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

**2) JB 3 País Berliner 11/12/2006**

Os melhores e os piores do mundo no ranking da mortalidade infantil Os melhores Islândia .2005: 3 mortes .1990: 7 mortes Cingapura .2005: 3 mortes .1990: 9 mortes: San Marino .2005: 3 mortes .1990:14 mortes Andorra 2005: 3 mortes .1990: – Suécia .2005: 4 mortes .1990: 7 mortes Os piores Serra Leoa 2005: 282 1990: 302 Angola 2005: 260 mortes .1990: 260 mortes .Afeganistão: .2005: 257 mortes .1990: 260 mortesNiger .2005: 256 mortes .1990: 320 mortes Libéria .2005: 235 mortes .1990: 235 mortes República Checa .2005: 4 mortes .1990: 13 mortes Noruega .2005: 4 mortes .1990: 9 mortes Liechtenstein .2005: 4 mortes .1990:10 mortes

Japão 2005: 4 mortes .1990:6 mortes Itália 2005: 4 mortes .1990: 9 mortes Fonte: Unicef

### **COMENTÁRIO:**

A questão do "ranking", "os melhores e os piores do mundo" domina o texto. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

---

### **3) JB 1 Primeira Página Berliner 11/12/2006**

Mortalidade infantil cai mas ainda é alta A mortalidade infantil caiu pela metade em 15 anos, mas o Brasil ainda está atrás de uma centena de países no ranking mundial deste indicador. País A2 e A3.

### **COMENTÁRIO:**

O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

---

### **4) JB 2 País Berliner 11/12/2006**

Valderez Caetano e Karla Correia BRASÍLIA. Apesar da redução em quase 50% do número de mortes de crianças abaixo de cinco anos nos últimos 15 anos, o Brasil ainda tem taxas de mortalidade piores do que 104 países. Figura na 86ª posição em ranking elaborado pelo Unicef com 190 nações, em que estão no topo aquelas com os piores indicadores. No ano passado, 33 de cada mil crianças morriam antes de completar cinco anos no Brasil. Em 1990, este número chegou a 60. Na década de 70 eram 135. Criador da ONG Missão Criança, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) diz que a diminuição da mortalidade de crianças abaixo de cinco anos no Brasil decorre da melhoria "vegetativa" das condições de vida no mundo. Seria fruto, por exemplo, de avanços da medicina. – A política de defesa da criança no Brasil é falha porque está baseada no assistencialismo e não garante alternativas de desenvolvimento – declara Buarque, candidato derrotado nas últimas eleições presidenciais. – Você permite a sobrevivência da geração atual, mas não consegue o avanço da próxima geração. Segundo o relatório Situação mundial da infância 2007, do Unicef, a mortalidade infantil no Brasil é maior, por exemplo, do que em Cuba (sete mortes em cada mil crianças), Chile (10 mortes), Argentina (18), Colômbia (21), Paraguai (23) e Peru (27). Na América do Sul, aparecem em situação pior do que a brasileira, entre outros países, Nicarágua (37), Honduras (40) e Bolívia (65 mortes). O médico Valter dos Reis, que trabalha na periferia de Brasília,

responsabiliza a má distribuição de renda pela situação brasileira. – Ainda encontro muitas crianças desnutridas. As mães sabem do que elas precisam para sobreviver, mas não têm condições de atender a tais necessidades – diz o médico. Segundo Valter dos Reis, não é tão fácil conseguir o Bolsa Família: “Muitas pessoas tentam um ano, um ano e meio, não conseguem e desanimam”. O documento do **Unicef** é mais um retrato da diferença de qualidade de vida na África e na Europa. Os campeões de mortalidade infantil são africanos, que ocupam nove das 10 primeiras colocações do ranking – a exceção é o Afeganistão, em terceiro, com 257 mortes. No topo do pódio está Serra Leoa (282), seguida por Angola (260). Os dois últimos países sofreram com guerras civis, respectivamente, durante 11 e 40 anos. San Marino, Islândia, Cingapura e Andorra apresentam o melhor desempenho do ranking: apenas três crianças em mil morrem antes dos cinco anos. De acordo com o relatório, 88% dos homens e 89% das mulheres em idade adulta são alfabetizados no Brasil. Em Cuba, destaca o documento, o percentual é de 100%. Na Guatemala, cai para 75% no caso dos homens e 63% no das mulheres.

### **COMENTÁRIO:**

Por Valderez Caetano e Karla Correia, é um dos raros textos em que a tônica da matéria não são os números (embora eles componham o cenário textual do início ao fim), mas a relativização entre eles. Em vez de a matéria enaltecer a queda da taxa brasileira, usando essa referência para elaborar o *lead* do texto, para só mais adiante sugerir ao leitor alguma ressalva quer quanto a cor de pele, quer quanto a origem étnica ou mesmo outros valores, desta vez a ressalva está na abertura da matéria. Embora toda a introdução esteja focada sobre as questões brasileiras, mais adiante surge outro diferencial em relação à maioria dos textos observados: “O documento do Unicef é mais um retrato da diferença de qualidade de vida na África e na Europa. Os campeões de mortalidade infantil são africanos (...)”. Diversas relativizações compõem o conteúdo, como, por exemplo, a permissão de sobrevivência para a atual geração mas os impedimentos de desenvolvimento da geração seguinte. É um texto que se alinha em grande parte com os apontamentos da nossa dissertação. Acreditamos que este texto supera a lógica padronizada da repercussão dos relatórios.

---

### 5) JB 3 País Berliner 11/12/2006

América Latina (número de mortes por mil crianças de até cinco anos) Cuba 2005: 7 mortes .1990: 13 mortes Chile .2004: 10 mortes .1990: 21 mortes Argentina .2005:18 mortes .1990: 29 mortes Jamaica .2005: 20 mortes .1990:20 mortes Venezuela .2005: 20 mortes .1990: 33 mortes Colômbia .2005: 21 mortes .1990: 35 mortes Paraguai 2005: 23 mortes 1990: 41 mortes Panamá .2005: 24 mortes .1990: 34 mortes Equador .2005: 24 mortes .1990: 57 mortes Peru .2005: 27 mortes .1990: 78 mortes México .2005: 27 mortes .1990: 46 mortes Brasil .2005: 33 mortes .1990:60 mortes Nicarágua. 2005: 37 mortes .1990: 68 mortes Honduras .2005: 40 mortes .1990: 59 mortes Guatemala 2005:43 mortes .1990: 82 mortes Fonte: **Unicef**

### COMENTÁRIO:

A tabela reformulada pelas jornalistas Valderez Caetano e Karla Correia apresenta uma outra sintaxe matemática: a posição brasileira na relação com os países da América Latina. A posição do Brasil, a partir deste ponto de vista, não leva o leitor a uma visão entusiasmante, como outros tantos textos sobre o mesmo relatório, mas preocupante, posto que a pesar da redução da taxa nacional, o País é uma das piores referências do continente.

### 6) JB 3 País Berliner 11/12/2006

Papel das mulheres é fundamental No relatório “Situação Mundial da Infância 2007”, o Unicef destaca que o papel das mulheres é fundamental para mudar as condições de educação e saúde das crianças. No documento, defende-se o sistema de cotas nos poderes legislativos, para que as mulheres tenham mais influência nas decisões que digam respeito ao bem-estar das famílias: “A participação das mulheres na política é vital para as crianças”, aponta o Unicef. Candidata derrotada ao governo do Rio de Janeiro, a deputada Denise Frossard (MD-RJ) engrossa o coro. Prega pelo aumento da participação feminina nos partidos e na atividade legislativa. Segundo dados do Congresso, 18% dos deputados e 12% dos senadores são mulheres. – Na questão do equilíbrio entre gêneros no poder, o Brasil está equiparado a Bangladesh, visto como um dos países mais corruptos do mundo, com altíssimos índices de mortalidade infantil e muita dificuldade para implementar uma política bem-sucedida de educação – declara a deputada. – Isso é reflexo claro da baixa participação da mulher na política. Segundo o relatório, a média de participação das mulheres nos parlamentos é superior a 35% em 15 países onde existe o sistema de cotas. Em Ruanda, a fatia feminina é de 48,8%. No país africano, vítima de conflito étnico recente, 203 a cada mil crianças morreram no ano

passado antes de completar cinco anos. Na Suécia, a participação das mulheres no parlamento é de 45%. Apenas 4 crianças em mil morreram em 2005 antes dos cinco anos. Estatísticas citadas pelo Unicef mostram que cerca de 20% das famílias no mundo eram chefiadas por mulheres em 1998. Na América Latina, o percentual era de 24%. No Oriente Médio, de 13%. (K.C. e V.C.)

## COMENTÁRIO:

Não por coincidência, o texto complementar das jornalistas Valderez Caetano e Karla Correia iniciam o conteúdo não por meio de números absolutos, mas destacando o papel da mulher nos processos de enfrentamento das dificuldades de saúde e educação das crianças. O texto se debruçará sobre o papel político da mulher de um modo geral. Parece claro que os relatórios do Unicef têm influência predominante no direcionamento das pautas jornalísticas. Até mesmo em textos como os das jornalistas Valderez Caetano e Karla Correia, que escapam do olhar mais frequente sobre os relatórios, o gancho, sobretudo do segundo texto, foi oferecido pelo próprio relatório: “Mulheres e crianças: o duplo dividendo de igualdade de gênero”. De qualquer forma, outra exceção: este texto também abre mão da lógica matemática para abordar o conteúdo do relatório. As jornalistas parecem estar envolvidas com a questão por meio de um ponto de observação mais próximo do problema, menos refém de equações matemáticas interpretativas e à distância.

---

## 7) JB 23 Internacional Berliner 14/09/2007

Relatório Unicef atribui queda a programas de imunização e anti-malária Taxas de mortalidade infantil diminuem em todo o mundo Reuters Em países como Marrocos, Vietnã e República Dominicana, a mortalidade caiu mais de um terço Londres. O número de crianças que morrem anualmente antes de completar cinco anos ficou abaixo da marca dos 10 milhões pela primeira vez desde que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) começou a fazer o registro. – Mais crianças estão sobrevivendo hoje do que em qualquer outra época – celebrou Ann Veneman, diretora-executiva do Unicef. Os dados do Unicef baseiam-se em pesquisas conduzidas por governos de mais de 50 países entre os anos de 2005 e 2006. Segundo o fundo, medidas como a suplementação de vitamina A, a instalação de redes de proteção contra mosquitos e a universalização de vacinas beneficiam cada vez mais crianças nos países pobres. Em 2005, 9,7 milhões de crianças morreram

no planeta, contra 13 milhões em 1990. Mas Ann ponderou que o número de mortes ainda é alto e “inaceitável”. Peter Salama, diretor de saúde do Unicef, estima que a comunidade internacional precisa aplicar mais US\$ 5 bilhões se quiser cumprir as metas da ONU de redução até 2015. De acordo com o fundo, muitas mortes podem ser evitadas com medidas simples. Orientações às mães sobre como cuidar de seus filhos, com conselhos simples sobre a necessidade de amamentação, e mais recursos ao treinamento de agentes de saúde do que para a construção de hospitais podem ajudar. Na África, a maior abrangência das campanhas de vacinação reduziu em 75% o número de mortes provocadas por sarampo. Em países como Marrocos, Vietnã e República Dominicana, a mortalidade infantil diminuiu em mais de um terço. Segundo o relatório, os países latino-americanos e caribenhos estão no caminho para alcançarem os objetivos de desenvolvimento do milênio, com uma média de 27 mortes para cada mil nascimentos, contra as 55 por mil que tinham em 1990. Alguns especialistas questionam a interpretação do Unicef. Christopher Murray, diretor do Instituto de Avaliação de Saúde da Universidade de Washington, é autor de uma pesquisa a ser publicada no *The Lancet* que critica os métodos de coleta de informações usados pelo Unicef e pela Organização Mundial de Saúde. Parte do banco de dados usado pela Organização das Nações Unidas (ONU) estaria desatualizada. Além disso, as agências subordinadas à ONU, como o Unicef e a OMS, usam dados dos governos, o que limita a credibilidade das informações.

#### **COMENTÁRIO:**

Matéria da Reuters dá conta da queda das taxas de mortalidade infantil: “Taxas de mortalidade infantil diminuem em todo o mundo.” Ressalta que pela primeira vez o número geral fica abaixo de 10 milhões de crianças de 0 a 5 anos de idade. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

#### **8) JB 2 País Berliner 28/11/2007**

Trinta anos de evolução gradativa Cláudia Dianni Brasília. Beneficiado por mudanças na metodologia de cálculo e em menor medida por programas sociais, o Brasil foi alçado este ano para o último lugar da lista dos 70 países com maior desenvolvimento humano. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Pnud, divulgado ontem, mostra que os indicadores do Brasil têm evoluído gradativamente desde 1975, mas é a primeira vez que chega a 0,800, exatamente a linha de corte do Pnud. Países acima desse índice são considerados com alto nível de desenvolvimento e abaixo de 0,500, com baixo nível. A Islândia figura como líder e Serra Leoa é o último, na 177ª posição. Mas, na avaliação dos especialistas do Pnud, a mudança deve ser interpretada com cautela, pois embora os indicadores brasileiros estejam avançando com consistência, o país apresenta números comparáveis aos de países africanos, classificados como de baixo desenvolvimento humano. Os indicadores da África estão estagnados desde 1990, por fatores econômicos e por causa de conflitos no

continente. Exemplo do desequilíbrio das condições brasileiras de desenvolvimento, que o índice não revela, é a cobertura da rede de saneamento, que segundo dados do Pnud cobre apenas 75% do país, enquanto na Argentina a cobertura é de 91% e no Uruguai, 100%, por exemplo. – No Brasil, a mortalidade infantil, embora tenha melhorado, é de 33 por mil. Todos os países latino-americanos estão melhores. Entre os 20% mais pobres, no Brasil a mortalidade chega a 99 por mil – compara o coordenador do relatório, Kevin Watkins. Outro exemplo é a mortalidade materna, de 110 por 100 mil no Brasil, enquanto nos demais países da região varia entre 40 e 50. Apesar de fazer elogios aos programas sociais do atual governo, que nos últimos anos têm beneficiado as camadas mais desfavorecidas, chama a atenção o indicador social do Brasil revelado pelo documento. Resultado do PIB per capita menos a classificação do IDH, no caso do Brasil esse índice é de menos três, o que indica, explica Watkins, grandes disparidades sociais. O avanço do Brasil no ranking precisa ser interpretado com cautela, pois as mudanças são de longo prazo. Ele lembra que os seis países latino-americanos que aparecem na frente do Brasil já estão nessa lista há 30 anos e apresentam índice de desenvolvimento social bem melhor do que o do Brasil. No caso da Argentina, o resultado é 9; Chile (15); Uruguai (16). – A disparidade mostra que, no Brasil, o desenvolvimento econômico está na frente do social – compara Watkins. – No Brasil, a renda dos mais ricos é 21,8 vezes maior do que a dos pobres – lembra. Embora o Brasil tenha caído da 69ª posição para a 70ª neste ano, três alterações na metodologia do Pnud colocaram o país na lista dos mais desenvolvidos. As mudanças nos métodos referem-se ao peso dado em levantamentos anteriores ao número de infectados pelo HIV. O Pnud considera que anteriormente esse dado vinha sendo superestimado. Também a forma de calcular a expectativa de vida e a taxa de matrícula mudou. Esse último item beneficiou a Arábia Saudita, que ultrapassou o Brasil no ranking, subindo 15 posições. O Banco Mundial ajustou a maneira de calcular o PIB per capita, segundo a paridade do poder de compra, em 159 países. A mudança não está relacionada à revisão do PIB feita pelo IBGE este ano. No entanto, a desvalorização do dólar com relação ao real teve peso, embora não isoladamente, na reclassificação do Brasil, de acordo com o especialista em desenvolvimento humano do Pnud, Flávio Comim. Segundo Watkins, nos últimos cinco anos houve melhoras nas políticas públicas brasileiras. – O Brasil, que sempre foi um mal exemplo por causa da distribuição de renda, começa a demonstrar liderança – diz.

## COMENTÁRIO:

Matéria de Cláudia Dianni coloca em questão o progresso brasileiro no ranking da ONU para o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, a partir da metodologia empregada para os cálculos. Os questionamentos levam a raciocínios de nosso interesse direto, como em “Os indicadores da África estão estagnados desde 1990”.

---

### **9) JB 1 Primeira Página Berliner 23/01/2008**

Mortalidade infantil cai no Brasil <\titulo> O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) anunciou ontem que o Brasil melhorou 27 posições na taxa de mortalidade infantil, referente aos menores de 5 anos. O número caiu de 57 para 20 por mil nascidos vivos entre 1990 e 2006. País A7<\texto>

#### **COMENTÁRIO:**

Chamada para matéria sobre o “ranking” internacional divulgado pelo Unicef. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

### **10) JB 8 Opinião Berliner 23/01/2008**

A sobrevivência infantil<\titulo> A mortalidade infantil caiu pela metade no Brasil. A boa notícia do relatório Situação Mundial da Infância 2008, divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, deve ser comemorada. Não deixa, contudo, de constatar a disparidade entre as regiões, entre ricos e pobres, afro-descendentes e brancos. Se cada vez mais bebês sobrevivem e menos crianças de 5 anos sucumbem à desnutrição, às doenças tropicais e à falta de saúde pública intensiva, o país ainda terá de avançar muito para reduzir a distância entre o Norte/Nordeste e o Sul/Sudeste.<\texto> De 1990 até hoje, o fortalecimento dos programas de vacinação, a distribuição de vitamina A para crianças, campanhas a favor do aleitamento materno e melhorias em saneamento básico fizeram o país galgar 27 posições no ranking mundial de mortalidade infantil. O investimento em projetos como o saúde da família, mais baratos e mais próximos de cada comunidade, impulsionaram ações mais eficientes a favor da vida de recém-nascidos e crianças em idade pré-escolar. Tanto que a ação dos agentes comunitários de saúde, presentes em 58% do território, em especial nas localidades carentes, ganhou destaque no relatório. Os dados provam que o país caminha célere para cumprir a quarta meta dos Objetivos do Milênio – redução drástica da taxa de mortalidade até 2015. “O Brasil tem dinâmica positiva, programas que estão dando certo, mas os recursos são limitados”, observa a representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier. “Temos de melhorar o enfoque das políticas públicas e a prioridade às regiões mais desfavorecidas”. O que ela cobra, e o Brasil exige, é o fortalecimento de ações nos municípios e em projetos de atendimento pré-natal e da gestante. Nada que custe muito e tudo que redunde em vidas mais longas e saudáveis.

#### **COMENTÁRIO:**

Este texto, que repercute o relatório SMI 2008, traz nas primeiras linhas uma opinião marcante em relação aos dados brasileiros: “A boa notícia (...) deve ser

comemorada”, seguida imediatamente de uma ressalva: “Não deixa, contudo, de constatar (o relatório) a disparidade entre as regiões, entre ricos e pobres, afro-descendentes e brancos”. O contentamento expresso em “boa notícia” e “deve ser comemorada” não encontra adjetivo ou qualquer expressão inversamente correspondente para o que vai mal. O olhar se restringe ao cenário nacional, embora o documento seja internacional. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

### **11) JB 7 País Berliner 23/01/2008**

<\chapeu> Cai índice de mortalidade infantil<\titulo> Segundo Unicef, país melhorou 27 posições: são 20 crianças mortas para mil nascidas vivas<\subtitulo>  
<TEXTO.BRASÍLIA> Brasil melhorou 27 posições no ranking da taxa de mortalidade na infância, segundo o relatório Situação Mundial da Infância 2008 – Sobrevivência Infantil, divulgado ontem pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). <\texto> O relatório avalia a situação geral da primeira infância (de zero a seis anos de idade) em 194 países. O Brasil tinha uma taxa de 57 mortes de menores de 5 anos por mil nascidos vivos em 1990. Esse número foi reduzido em 2006 para 20 mortes por mil nascidos vivos. Com essa nova marca, o Brasil deixou a 86ª posição no ranking mundial da taxa de mortalidade na infância, saltando para a 113ª. Posições<\texto> No ranking, ocupam as primeiras posições os países com as mais altas taxas de mortalidade na infância. Entre os que têm a menor taxa, estão Suécia, Cingapura, Espanha, Japão, Alemanha e Bélgica. <\texto> Na América do Sul, apenas três países têm taxas de mortalidade melhores do que o Brasil (Chile, na 148ª posição, com a taxa de nove mortes por mil nascidos vivos; o Uruguai, em 138ª lugar, com 12 mortes por mil; e a Argentina, em 125ª, com 16 mortes por mil). A taxa de mortalidade infantil brasileira é de 20 por mil nascidos vivos, conforme o relatório. Por se tratar de um relatório global, alguns dos números apresentam diferenças em relação aos dados das fontes oficiais do governo brasileiro. Isso ocorre em virtude da metodologia utilizada nos cálculos do relatório global, desenvolvida por várias instituições para permitir comparações globais. Mortalidade materna<\texto> Um dado ainda preocupante é a taxa de mortalidade materna. O Brasil aparece no relatório com a taxa de 76 mortes por 100 mil nascidos vivos.<\texto> Para a Representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier, o desafio aqui é manter a tendência de queda dos números de óbitos de menores de 1 ano e superar as grandes disparidades nas taxas de mortalidade infantil. – Ao analisarmos os dados por regiões, por renda familiar ou por raça e etnia, aparecem as desigualdades. Quem morre mais é a criança pobre, a negra e a indígena – comenta. Vítimas<\texto> As crianças pobres menores de 1 ano têm mais do que o dobro de chance de morrer, em comparação às ricas. A taxa de mortalidade infantil entre crianças filhas de mães negras é cerca de 40% maior do que entre as filhas de mães brancas. Entre os indígenas, a taxa de mortalidade infantil é de 48,5 por mil nascidos

vivos, duas vezes maior do que a taxa para crianças brancas. <texto> Outro desafio é reduzir a mortalidade nas primeiras semanas de vida da criança. Urgências<texto> – Cerca de 51% das mortes antes de 1 ano de idade ocorrem na primeira semana de vida, e 66%, antes de um mês – lembra Marie-Pierre. – Isso evidencia que é urgente melhorar a qualidade do pré-natal e a assistência ao parto. <texto>

## COMENTÁRIO:

Repercussão da divulgação do Relatório Situação Mundial da Infância, com destaque para o progresso brasileiro no “ranking”. O texto traz algumas ressalvas ao final, por depoimento da diretora do Unicef: “Ao analisarmos os dados por regiões, por renda familiar ou por raça e etnia, aparecem as desigualdades. Quem morre mais é a criança pobre, a negra e a indígena”. O depoimento orienta o texto para alguns dados nesse sentido, mas sem profundidade. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

## 12) JB 12 País Brasil:Fechamento Berliner 18/11/2008

saúde Mortalidade entre menores de 5 anos cai no Brasil Taxa de óbitos entre crianças indígenas é o dobro da nacional Luciana Abade Brasília A meta de redução da mortalidade infantil imposta ao Brasil pela Organização das Nações Unidas (ONU) será alcançada quatro anos antes do prazo. Em 2011, o índice geral brasileiro será de 14,4 mortes para cada grupo de mil crianças menores de um ano de idade nascidas vivas. A estimativa do Ministério da Saúde baseia-se no estudo Saúde Brasil 2007 que constatou a queda anual de 5,2% na mortalidade infantil. A meta era uma queda anual de 2,9%. Em 2000, o número de óbitos entre crianças de até um ano foi de 95.736. Em 2005 caiu para 69.095. A Região Nordeste foi a que apresentou a maior redução na taxa de mortalidade infantil, 23,7%, comparado a outras regiões brasileiras. As regiões Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste apresentaram queda de 21,1%, 19%, 18,7% e 14,7% respectivamente. As principais causas da mortalidade infantil são as malformações congênitas, as doenças infecciosas e as do aparelho respiratório. As doenças que ocorrem entre a 28ª semana de gestação até sete dias depois do parto foram responsáveis por metade das mortes em menores de um ano de idade entre 2000 e 2005. A mortalidade na infância – menores de cinco anos de idade – também caiu. Foi de 107.013 para 82.448 entre 2000 e 2005. No Rio de Janeiro, a queda de óbitos de crianças dessa faixa etária foi de 17,3%. Em São Paulo foi de 21,4%. A menor queda foi no Distrito Federal, 8,6%, enquanto a maior foi no Paraná, 25,6%. – O avanço do Brasil foi construído com um conjunto de ações que ultrapassou a área da saúde – explicou a coordenadora da Área Técnica de Saúde da Criança do Ministério da Saúde, Elsa

Giugliani. – Os problemas de distribuição de renda, o investimento em saneamento básico e o aumento nas taxas de aleitamento materno foram fatores fundamentais. Caminho longo Apesar dos avanços, o Brasil ainda está longe de alcançar a marca de países como Japão e Chile que registram apenas cinco óbitos para cada mil nascidos vivos. Para a chefe da Unidade Neonatal do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP), Silvia Ibidi, o Brasil ainda vai demorar a atingir essa marca: – Ainda tem muito para a gente fazer. É preciso investir na assistência ao pré-natal e ao parto. E, para isso, é preciso muito investimento em saúde. A meta de 14 óbitos por mil nascidos é possível, mas ainda estamos longe de números como os do Chile. Outro fator preocupante é a morte de crianças indígenas. Enquanto em 2006 a média de mortalidade infantil no Brasil era de 20.6, entre as crianças indígenas era de 48.6. Enquanto houve queda na mortalidade na infância em todos os Estados da federação, na população indígena a mortalidade entre os menores de cinco anos passou de 0,7% em 2000 para 1,2% em 2005. Os óbitos na infância entre os pardos aumentou 35% entre 2000 e 2005. O percentual de mortalidade se manteve estável nesse período entre as crianças brancas e pretas. Para Sílvia, investir na educação das mães é fundamental para diminuir a mortalidade infantil e na infância. Quanto menor for a escolaridade da mãe, maior é o percentual de óbitos na infância por doenças infecciosas, parasitárias e por causas mal definidas. Em contrapartida, como mostra o estudo, para as mães com maior grau de escolaridade, maiores as proporções de mortes por doenças originadas no período perinatal e mal formação congênita. – Temos muitos motivos para comemorar – acredita o diretor do departamento de Análise de Situação de Saúde (DASIS), Otaliba Libânio. – Mas preocupa os patamares elevados de mortes das nossas crianças.

## COMENTÁRIO:

Matéria de Luciana Abade dá conta da redução da mortalidade infantil no Brasil, acentuando a desigual – maior – taxa de mortalidade infantil entre indígenas. A matéria continua elencando dados internos, dos Estados, e externos, de outros países. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

### 13) JB 6 País Brasil:Fechamento Berliner 19/12/2008

Qualidade de vida ONU: Venezuela cresce e ultrapassa o Brasil no IDH Brasil mantém taxas e permanece na 70ª posição, à frente da Rússia Brasília O Brasil se manteve em 2008 na 70ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgado ontem pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Na comparação com os países vizinhos, foi superado pela Venezuela que passou da 74ª posição em 2007 para 61ª em 2008. O desempenho venezuelano só não foi melhor do que o do Equador, que subiu 17 pontos, passando da 89ª para a 72ª posição. Venezuela e Equador deixaram o grupo das nações de médio IDH e passaram a integrar o grupo de 75 países de alto índice. Apesar de estar na mesma

posição de 2007, o Brasil apresentou uma melhora sutil no seu indicador social, que passou de 0,802 para 0,807. A nota o mantém no grupo dos países considerados de alto desenvolvimento humano – aqueles com IDH superior a 0,8. O Brasil não é mais o último país do grupo de alto IDH. Existem cinco países abaixo. Apesar de cair no ranking do IDH, a Argentina continua na frente do Brasil. Passou de 38º para 46º lugar. O Uruguai também caiu. Foi da 46º para 47º posição. O Brasil também foi superado pela ilha de Santa Lúcia, nas Antilhas (66º), Montenegro (64º) e Sérvia (65º). Em compensação, ultrapassou quatro países: Rússia, Ilhas Maurício, Bósnia Hezergovina e Tonga. Segundo o Pnud, a melhora do indicador brasileiro pode ser creditada aos avanços no aumento de sua taxa de alfabetização, que foi de 88,6% para 89,6%. Já a taxa de matrícula registrou queda de 87,5% para 87,2%. O IDH, calculado para um total de 179 países, abrange três aspectos: a renda, tendo como indicador o Produto Interno Bruto per capita; a longevidade, medida pela expectativa de vida; e a educação, avaliada pela taxa de analfabetismo e pela taxa de matrícula. A expectativa de vida no Brasil passou de 71,7 anos em 2007 para 72 em 2008. Mesmo com os avanços, o Pnud lembrou que o Brasil possui importantes desafios a enfrentar que o diferencia dos países latino americano melhor posicionados no IDH. Entre eles, Chile (40º), Argentina (46º), Uruguai (47º) e Venezuela (61º). Os principais problemas apontados são a mortalidade infantil e materna, o saneamento e um grau elevado de desigualdade social. O IDH sempre trabalha com dados produzidos dois anos antes. Logo, os índices divulgados levam em consideração dados de 2006. Segundo o Pnud, a novidade no cálculo desse ano foi o recálculo dos PIBs internacionais feito pelo Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) por conta de um estudo internacional que atualizou os preços comparativos em mais de 146 países. O coordenador de Desenvolvimento Humano Nacional do Pnud, Flávio Comim, destacou que uma alteração na metodologia de levantamento dos dados fez com que muitos países latino-americanos oscilassem de posição, mas o Brasil se manteve no mesmo patamar: – Em termos de comércio internacional e produção, o Brasil ainda tem muito espaço para crescer. Também ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o Mapa da Pobreza e Desigualdade 2003. O Nordeste tem mais que o dobro de municípios com pessoas abaixo da linha da pobreza que em todo o Brasil. Na região, 77% dos municípios estavam nesta condição, enquanto que a média do Brasil era de 32,6%. A pesquisa, feita em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) traça, pela primeira vez, indicadores como a incidência de pobreza e a desigualdade entre os pobres no Brasil. O mapa revela que 1.793 municípios tinham populações vivendo abaixo da linha da pobreza naquele ano. Assim como no Nordeste, na Região Centro-Oeste o índice foi mais que o dobro do Brasil: 73,5%. Já em uma outra ponta, o Sul teve apenas 0,9% de seus municípios nessa condição. No Sudeste, o índice também foi baixo: 13,3% do total de municípios na região. O Mapa da Pobreza calculou também o quão distante está uma região de ultrapassar a linha da pobreza. O Nordeste concentrou uma média de pobres com a maior distância da linha da pobreza: 28,6%, contra 13,1% no Norte. O Centro-Oeste está mais próximo desta linha que o Sudeste. Apenas 3,6% dos municípios daquela região tinham uma distância da linha da pobreza maior que 25%, contra 6,8% no Sudeste. No Sul, o IBGE não registrou nenhum município nesta mesma condição. (Folhapress)

**COMENTÁRIO:**

Matéria da Folhapress publica pesquisa da ONU sobre “ranking” do IDH internacional, destacando a posição *desfavorável* do Brasil no quadro geral. A mortalidade infantil e a materna brasileiras ainda seriam, segundo o texto, os principais motivos pelo resultado apontado. Não se trata de análise decorrente do relatório SMI, do Unicef, mas a lógica da avaliação segundo o “ranking” é a mesma que encontramos na maioria das matérias. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

**14) JB 6 País Brasil:Fechamento Berliner 17/01/2009**

Saúde Temporão rebate dados do Unicef Ministro questiona pesquisa que apontou piora na mortalidade infantil Brasília O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, rebateu ontem a queda de posição do Brasil no ranking do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), que avalia as taxas de mortalidade infantil em crianças com até cinco anos em 194 países. Apesar dos dados da Unicef serem melhores que os apresentados pelo Ministério, Temporão disse que o Brasil poderia estar em uma posição melhor se os índices do órgão tivessem sido utilizados. – O Ministério da Saúde diverge dos dados da Unicef – afirmou, durante a posse do novo presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. – Nós fizemos uma reunião com a Unicef em que ela reconhece os dados do ministério como mais confiáveis. De acordo com o relatório Situação Mundial da Infância 2009 divulgado nesta quinta-feira pela Unicef, a taxa de mortalidade infantil em crianças menores de cinco anos no Brasil era de 22 para cada mil nascidos vivos, em 2007. Com o número levantado pelo organismo internacional, o Brasil havia piorado seis posições no Ranking mundial da entidade. Já os dados do ministério, produzidos com outra metodologia, mostram que a taxa era de 23,1 para cada mil nascidos vivos no mesmo ano. Queda Os dados da Unicef colocam o Brasil na 107ª posição em uma lista com 194 país. A posição pode ser considerada um pouco pior que o 113º do ano passado, pois, quanto mais próximo da primeira colocação, pior a classificação do país. - (Se fossem utilizados os dados do ministério) estaríamos melhor posicionados - reforçou Temporão. Para o ministro, a pesquisa desconsidera o esforço do país para acabar com o problema ao longo dos últimos 20 anos, embora a Unicef tenha, durante a divulgação dos dados, ressaltado a evolução do país num corte de período mais longo. - Nos dados do Ministério, o que se percebe é uma redução sustentada e gradativa - disse. - O retrato de um determinado momento não mostra toda uma trajetória. A Unicef garante que a mudança de posição do Brasil no ranking não significa nem melhora nem piora do país no combate a mortalidade infantil e argumenta que a metodologia utilizada nos relatórios pode variar ano a ano. (Com agências).

**COMENTÁRIO:**

Matéria informa divergência entre o Ministério da Saúde brasileiro e o Unicef acerca da posição do Brasil no “ranking” internacional do relatório Situação Mundial da Infância 2009. Ministro Temporão teria declarado que se os dados do órgão tivessem sido levados em conta, a posição do País seria mais favorável. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

**15) JB 24 Vida, Saúde & Ciência Internacional: Fechamento Berliner 27/03/2009**

Imunização Países pobres administram vacinas após o recomendado Muitas crianças em países pobres e de renda mediana recebem suas vacinas várias semanas após o recomendado pelos médicos. Assim, enfrentam riscos maiores de doenças e morte, segundo um novo estudo realizado por pesquisadores da London School of Hygiene and Tropical Medicine, publicado na revista médica The Lancet. Os cientistas avaliaram pesquisas sobre saúde de 45 países – a maioria deles da África e da América Latina – e concluíram que Egito, Quirguistão, Peru e Ruanda vão particularmente bem, e que o Chade, a Nigéria e o Iêmen estão entre os mais atrasados. Os pesquisadores usaram dados coletados de 217.707 crianças, adquiridos entre 1996 e 2005. O tempo mediano de atraso na administração das vacinas foi de 2,3 semanas para tuberculose; 2,4 semanas para difteria, tétano e coqueluche; e 2,7 semanas para a vacina contra sarampo. No entanto, nos 12 países com maior atraso, pelo menos um quarto de todas as crianças recebe vacinas de dois a cinco meses depois do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Nos primeiros nove meses de vida, a OMS recomenda vacinas para tuberculose, difteria, tétano, pólio, coqueluche e sarampo. Além do risco de que uma criança morra pela demora, existem algumas outras ameaças com vacinas sendo introduzidas pela primeira vez, afirmaram pesquisadores. A vacina contra hepatite B, por exemplo, pode proteger contra uma infecção adquirida da mãe somente se recebida nos primeiros sete dias após o nascimento. Uma nova vacina contra rotavírus também tem uma data-limite recomendada O atraso na vacinação pode ainda ter implicações importantes para o efeito de novas vacinas e avanços conquistados para erradicar uma doença. Avanços Globalmente, os índices de vacinação aumentaram significativamente nos últimos 20 anos. A mortalidade infantil caiu para menos de 10 milhões por ano pela primeira vez, devido, em grande parte, à vacina contra o sarampo, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância.

**COMENTÁRIO:**

Matéria sobre imunização de populações de países mais pobres menciona o relatório SMI, sem citá-lo, fazendo alusão ao fato de pela primeira vez desde o início

dos registros, a mortalidade infantil cair abaixo de 10 milhões por ano, em parte graças à vacina contra sarampo. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

## **16) JB 5 País Brasil:Fechamento Berliner 10/06/2009**

Educação infantil Um quadro ainda longe do ideal Unicef aponta avanços no ensino de crianças brasileiras, mas critica persistência de desigualdades Brasília Relatório divulgado ontem pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostra que o Brasil registrou avanços importantes na educação nos últimos 15 anos. O estudo Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009 – O Direito de Aprender aponta que os “grandes investimentos” feitos na área desde a década de 90 permitiram ampliar o número de matrículas. Mais de 70% dos municípios brasileiros, por exemplo, conseguiram atingir ou superar em 2007 as metas de evolução estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Outro dado positivo é o que revela que cerca de 27 milhões de estudantes estão nas salas de aula, o que corresponde a 97,6% das crianças brasileiras entre 7 e 14 anos. O Unicef chama a atenção, no entanto, para o fato de que a parcela ainda fora da escola (2,4%) representa o expressivo contingente de 680 mil brasileiros nessa faixa etária. Além disso, segundo o documento, “as desigualdades presentes na sociedade ainda têm um importante reflexo no ensino brasileiro”. O relatório alerta que são os grupos mais vulneráveis da população que enfrentam dificuldades para ter acesso à educação e concluir os estudos. Segundo dados divulgados pelo Unicef, do total de crianças que não frequentam a escola, 450 mil são negras e pardas e a maioria vive nas regiões Norte e Nordeste. Os altos índices de repetência e abandono escolar também são um desafio para a educação infantil brasileira, de acordo com o documento. Segundo o relatório, apesar de passar em média dez anos na escola, os estudantes brasileiros completam com sucesso pouco mais de sete séries. “De acordo com os dados do Censo Escolar de 2006, a quantidade de concluintes do ensino fundamental corresponde a 53,7% do número de matrículas na 1ª série deste nível de ensino no mesmo ano. No ensino médio, a proporção entre matriculados na 1ª série e os concluintes é ainda menor: 50,9%”, aponta o estudo. O Unicef destaca que a ampliação da obrigatoriedade do ensino é fundamental para garantir a todos o acesso à educação. Hoje apenas o ensino fundamental (dos 7 aos 14 anos) é obrigatório. As desigualdades regionais no acesso à educação de qualidade também foram captadas pelo estudo. O relatório mostra, por exemplo, que uma criança moradora da região do Semiárido do país leva, em média, 11 anos para concluir o ensino fundamental de oito anos. Parte da dificuldade está inclusive na estrutura física das escolas, que muitas vezes não têm condições mínimas de atendimento e funcionam sem energia elétrica e água potável. “Das 37,6 mil escolas na zona rural da região, 28,3 mil não são abastecidas pela rede pública (de abastecimento de água). Dessas, 387 não têm nenhum tipo de abastecimento”, cita o documento. De acordo com o levantamento, o Semiárido concentra mais da metade da população de analfabetos acima de 15 anos, registra índices de escolarização e frequência muito menores que a média nacional e ainda apresenta altos percentuais de evasão

escolar. De acordo com avaliação da representante do Unicef no país, Marie-Pierra Pirier, o Brasil precisa investir pelo menos 8% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação para conseguir reverter esses e outros problemas na área da educação infantil. O dado mais recente divulgado pelo Ministério da Educação é de 2007 e aponta que o gasto público do país na área correspondeu a 4,6% do PIB. O ministro Fernando Haddad defende que o investimento público em educação deve ser de 6% do PIB, média do que aplicado em países desenvolvidos. Marie-Pierre, contudo, aponta que países que enfrentaram situação semelhante a do Brasil e precisavam reverter “dívidas históricas” com a educação, como a Coreia, o Japão e a Irlanda, obtiveram bons resultados após aumentarem os investimento na área para mais de 6%. – Não é de um dia para o outro, mas é uma visão que colocamos para o debate. Sabemos que isso faria diferença e o Brasil tem como fazer essa escolha – concluiu a representante do Unicef. (Com agências).

## COMENTÁRIO:

Embora este texto se refira ao Relatório SMI versão 2009, já fora, portanto, das edições que observamos, não é difícil notar que o título do documento, “O Direito de Aprender”, direciona a pauta jornalística para a Educação. Há ainda um recorte, o foco está exclusivamente sobre o Brasil. Em torno da Educação, em especial, a matéria celebra avanços num primeiro momento, graças à redução de ausência de crianças em sala de aula, mas observa que das 650 mil crianças ainda afastadas das escolas, 450 são negras. Restringe-se ao cenário nacional. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

---

### 17) JB 7 País Berliner 23/01/2008

DESENVOLVIMENTO<\chapeu> Cai índice de mortalidade infantil<\titulo> Segundo Unicef, país melhorou 27 posições: são 20 crianças mortas para mil nascidas vivas<\subtitulo> <TEXTO.BRASÍLIAO Brasil melhorou 27 posições no ranking da taxa de mortalidade na infância, segundo o relatório Situação Mundial da Infância 2008 – Sobrevivência Infantil, divulgado ontem pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). <\texto> O relatório avalia a situação geral da primeira infância (de zero a seis anos de idade) em 194 países. O Brasil tinha uma taxa de 57 mortes de menores de 5 anos por mil nascidos vivos em 1990. Esse número foi reduzido em 2006 para 20 mortes por mil nascidos vivos. Com essa nova marca, o Brasil deixou a 86ª posição no ranking mundial da taxa de mortalidade na infância, saltando para a 113ª. Posições<\texto> No ranking, ocupam as primeiras posições os países com as mais altas taxas de mortalidade na infância. Entre os que têm a menor taxa, estão Suécia, Cingapura, Espanha, Japão, Alemanha e Bélgica. <\texto> Na América do Sul, apenas três países têm taxas de mortalidade melhores do que o Brasil (Chile, na 148ª posição, com a taxa de nove mortes por mil nascidos vivos; o Uruguai, em

138ª lugar, com 12 mortes por mil; e a Argentina, em 125ª, com 16 mortes por mil). A taxa de mortalidade infantil brasileira é de 20 por mil nascidos vivos, conforme o relatório. Por se tratar de um relatório global, alguns dos números apresentam diferenças em relação aos dados das fontes oficiais do governo brasileiro. Isso ocorre em virtude da metodologia utilizada nos cálculos do relatório global, desenvolvida por várias instituições para permitir comparações globais. Mortalidade materna<\texto> Um dado ainda preocupante é a taxa de mortalidade materna. O Brasil aparece no relatório com a taxa de 76 mortes por 100 mil nascidos vivos.<\texto> Para a Representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier, o desafio aqui é manter a tendência de queda dos números de óbitos de menores de 1 ano e superar as grandes disparidades nas taxas de mortalidade infantil. – Ao analisarmos os dados por regiões, por renda familiar ou por raça e etnia, aparecem as desigualdades. Quem morre mais é a criança pobre, a negra e a indígena – comenta. Vítimas<\texto> As crianças pobres menores de 1 ano têm mais do que o dobro de chance de morrer, em comparação às ricas. A taxa de mortalidade infantil entre crianças filhas de mães negras é cerca de 40% maior do que entre as filhas de mães brancas. Entre os indígenas, a taxa de mortalidade infantil é de 48,5 por mil nascidos vivos, duas vezes maior do que a taxa para crianças brancas. <\texto> Outro desafio é reduzir a mortalidade nas primeiras semanas de vida da criança. Urgências<\texto> – Cerca de 51% das mortes antes de 1 ano de idade ocorrem na primeira semana de vida, e 66%, antes de um mês – lembra Marie-Pierre. – Isso evidencia que é urgente melhorar a qualidade do pré-natal e a assistência ao parto. <\texto>

## COMENTÁRIO:

Matéria dá conta do relatório SMI 2008, recorrendo à figura de linguagem “ranking” para destacar a posição brasileira. O título é: “Cai índice de mortalidade infantil”. O intertítulo é: “Segundo Unicef, país melhorou 27 posições: são 20 crianças mortas para mil nascidas vivas”. O texto segue a partir desse mesmo gancho: “Com essa nova marca, o Brasil deixou a 86ª posição no ranking mundial da taxa de mortalidade na infância, saltando para a 113ª”. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

## 18) JB 7 País Berliner 23/01/2008

SP, SC e RJ têm melhor desenvolvimento infantil<\titulo>  
<TEXTO.BRASÍLIA> Paralelamente à divulgação do relatório, o Unicef lançou o Caderno Brasil, que mostra a situação das crianças brasileiras de até 6 anos de idade e os avanços e desafios em relação à primeira infância no país. <\texto> No caderno, há um ranking das 27 Unidades da Federação brasileiras, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), criado para monitorar a situação da primeira

infância nas regiões, Estados e municípios brasileiros. No ranking do Índice de Desenvolvimento Infantil, os Estados que aparecem com os melhores desempenhos são, pela ordem, São Paulo (com 0,856), Santa Catarina (0,828) e Rio de Janeiro (0,806). No cálculo feito com indicadores de 2006, todos os Estados brasileiros e o Distrito Federal alcançaram o IDI acima de 0,500, o que significa que todas as Unidades da Federação têm no mínimo um nível de desenvolvimento infantil médio. Em 1999, sete Estados tinham um desenvolvimento infantil baixo. Em 2004, esse número foi reduzido para um. Destaque Agora, dois Estados destacam-se: Alagoas, por ter conseguido sair da classificação de desenvolvimento infantil baixo, e o Amazonas, por ter avançado nove posições em relação à edição anterior. Entre 1999 e 2006, foi observada melhora no IDI de todas as regiões do Brasil. As regiões Nordeste e Norte continuam com os menores índices do País. As duas regiões, no entanto, obtiveram evolução do IDI maior do que as regiões mais ricas (Sudeste, Sul e Centro-Oeste). O IDI tem uma variação de 0 a 1, sendo 1 o valor máximo que um município, Estado ou região deve alcançar no processo de sobrevivência, crescimento e desenvolvimento de suas crianças no primeiro período de vida. O índice é composto por quatro indicadores básicos: crianças menores de 6 anos com pais com escolaridade precária, cobertura de vacina tetravalente em crianças menores de 1 ano, mães com cobertura pré-natal e crianças matriculadas na pré-escola.

#### COMENTÁRIO:

Este *box* foi inserido como extensão do texto principal, acima. A matéria destaca um caderno especial, dirigido pelo Unicef exclusivamente ao Brasil. A lógica da abordagem é a mesma: “No caderno, há um ranking das 27 Unidades da Federação brasileiras, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), (...)”. Destaque-se, ainda, o trecho que menciona “no ranking do Índice de Desenvolvimento Infantil, os Estados que aparecem com os melhores desempenhos são, pela ordem, São Paulo (com 0,856), Santa Catarina (0,828) e Rio de Janeiro (0,806)”. A entrega do conteúdo à razão matemática é absoluta. Ao afirmar que “no caderno, há um ranking”, o jornal ajuda a chamar a atenção para o provável fato de essa tabela ser chamada de “ranking” porque é assim, como ranking, que o próprio Unicef a apresenta, embora não a chame assim. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório.

A sobrevivência infantil<\titulo> A mortalidade infantil caiu pela metade no Brasil. A boa notícia do relatório Situação Mundial da Infância 2008, divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, deve ser comemorada. Não deixa, contudo, de constatar a disparidade entre as regiões, entre ricos e pobres, afro-descendentes e brancos. Se cada vez mais bebês sobrevivem e menos crianças de 5 anos sucumbem à desnutrição, às doenças tropicais e à falta de saúde pública intensiva, o país ainda terá de avançar muito para reduzir a distância entre o Norte/Nordeste e o Sul/Sudeste.<\texto> De 1990 até hoje, o fortalecimento dos programas de vacinação, a distribuição de vitamina A para crianças, campanhas a favor do aleitamento materno e melhorias em saneamento básico fizeram o país galgar 27 posições no ranking mundial de mortalidade infantil. O investimento em projetos como o saúde da família, mais baratos e mais próximos de cada comunidade, impulsionaram ações mais eficientes a favor da vida de recém-nascidos e crianças em idade pré-escolar. Tanto que a ação dos agentes comunitários de saúde, presentes em 58% do território, em especial nas localidades carentes, ganhou destaque no relatório. Os dados provam que o país caminha célere para cumprir a quarta meta dos Objetivos do Milênio – redução drástica da taxa de mortalidade até 2015. “O Brasil tem dinâmica positiva, programas que estão dando certo, mas os recursos são limitados”, observa a representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier. “Temos de melhorar o enfoque das políticas públicas e a prioridade às regiões mais desfavorecidas”. O que ela cobra, e o Brasil exige, é o fortalecimento de ações nos municípios e em projetos de atendimento pré-natal e da gestante. Nada que custe muito e tudo que redunde em vidas mais longas e saudáveis.

## COMENTÁRIO:

Repercuta o relatório SMI 2008, trazendo nas primeiras linhas uma opinião marcante em relação aos dados brasileiros: “A boa notícia (...) deve ser comemorada”, seguida imediatamente de uma ressalva: “Não deixa, contudo, de constatar (o relatório) a disparidade entre as regiões, entre ricos e pobres, afro-descendentes e brancos”. Parece-nos necessário destacar uma sutileza: o contentamento expresso em “boa notícia” e “deve ser comemorada” não encontra adjetivo inversamente correspondente à “disparidade entre regiões, ricos e pobres...” Ou seja, o que “vai mal” acaba não merecendo nem adjetivo contrário a “boa notícia” nem qualquer desdobramento desse apontamento. Ao contrário, o que “vai mal” deve se esgotar nessa ressalva, bem como restringir-se ao cenário nacional. O texto não questiona ou aprofunda resultados apresentados pelo relatório)

---

Mortalidade infantil cai no Brasil <\titulo> O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) anunciou ontem que o Brasil melhorou 27 posições na taxa de mortalidade infantil, referente aos menores de 5 anos. O número caiu de 57 mil para 20 por mil nascidos vivos entre 1990 e 2006. País A7<\texto>

## COMENTÁRIO:

Chamada para as matérias acima. O destaque sequer menciona que o relatório é internacional.

---

### 21) JB 23 Internacional Berliner 14/09/2007

Relatório Unicef atribui queda a programas de imunização e anti-malária Taxas de mortalidade infantil diminuem em todo o mundo Reuters Em países como Marrocos, Vietnã e República Dominicana, a mortalidade caiu mais de um terço Londres. O número de crianças que morrem anualmente antes de completar cinco anos ficou abaixo da marca dos 10 milhões pela primeira vez desde que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) começou a fazer o registro. – Mais crianças estão sobrevivendo hoje do que em qualquer outra época – celebrou Ann Veneman, diretora-executiva do Unicef. Os dados do Unicef baseiam-se em pesquisas conduzidas por governos de mais de 50 países entre os anos de 2005 e 2006. Segundo o fundo, medidas como a suplementação de vitamina A, a instalação de redes de proteção contra mosquitos e a universalização de vacinas beneficiam cada vez mais crianças nos países pobres. Em 2005, 9,7 milhões de crianças morreram no planeta, contra 13 milhões em 1990. Mas Ann ponderou que o número de mortes ainda é alto e “inaceitável”. Peter Salama, diretor de saúde do Unicef, estima que a comunidade internacional precisa aplicar mais US\$ 5 bilhões se quiser cumprir as metas da ONU de redução até 2015. De acordo com o fundo, muitas mortes podem ser evitadas com medidas simples. Orientações às mães sobre como cuidar de seus filhos, com conselhos simples sobre a necessidade de amamentação, e mais recursos ao treinamento de agentes de saúde do que para a construção de hospitais podem ajudar. Na África, a maior abrangência das campanhas de vacinação reduziu em 75% o número de mortes provocadas por sarampo. Em países como Marrocos, Vietnã e República Dominicana, a mortalidade infantil diminuiu em mais de um terço. Segundo o relatório, os países latino-americanos e caribenhos estão no caminho para alcançarem os objetivos de desenvolvimento do milênio, com uma média de 27 mortes para cada mil nascimentos, contra as 55 por mil que tinham em 1990. Alguns especialistas questionam a interpretação do Unicef. Christopher Murray, diretor do Instituto de Avaliação de Saúde da Universidade de Washington, é autor de uma pesquisa a ser publicada no The Lancet que critica os métodos de coleta de informações usados pelo Unicef e pela Organização Mundial de Saúde. Parte do banco de dados usado pela Organização das Nações Unidas (ONU) estaria desatualizada. Além disso, as agências subordinadas à ONU, como o Unicef e a OMS, usam dados dos governos, o que limita a credibilidade das informações.

**COMENTÁRIO:**

Texto encampado da Reuters comete o equívoco – barriga, no jargão profissional – de afirmar no que parece ser intertítulo (olho) da matéria que “Taxas de mortalidade infantil diminuem em todo o mundo”. O texto celebra a queda do número consolidado abaixo de 10 milhões. Bem mais adiante, a matéria destacará que “mas Ann – diretora do Unicef – ponderou que o número de mortes ainda é alto e ‘inaceitável’”. As aspas em “inaceitável” são sugestivas, propositalmente ou não. Para a reportagem ou redação, esse sinal gráfico pode querer sinalizar apenas que o adjetivo foi escolhido pela diretora, não pelo redator. A uma segunda leitura, pode sugerir que “inaceitável” signifique tão-somente o seu inverso, já que as mortes acontecem, para além da retórica do adjetivo. O texto não questiona ou aprofunda os resultados apresentados pelo relatório.

---

---

***O ESTADO DE SÃO PAULO***

Reprodução do material (uma página) na folha seguinte. Comentário inserido no Capítulo II – Análise de Mídia. Cópia do pdf também no cd que armazena os relatórios do Unicef, no Anexo I.

---

---

***FOLHA DE S. PAULO***

Reprodução do material (quatro páginas) nas folhas seguintes. Comentários inseridos no Capítulo II – Análise de Mídia. Cópia do pdf também no cd que armazena os relatórios do Unicef, no Anexo I.